

a cidade IN- ACA- BADA

Evandro Florin
Djonathan Freitas
Guilherme do Carmo Gomes Dias
Heber Maciel Tenório Vasconcelos
Kellen Melo Dorileo Louzich
Lais da Silva Rodrigues
Lucaas do Nascimento Souza
Matheus Alcântara Silva Chaparim
Paula Gabbi Polli



laboratório
percepção
urbana



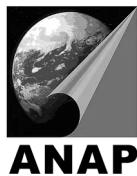
AUTORES:

Evandro Fiorin
Djonathan Freitas
Guilherme do Carmo Gomes Dias
Heber Macel Tenório Vasconcelos
Kellen Melo Dorileo Louzich
Laís da Silva Rodrigues
Lucas do Nascimento Souza
Matheus Alcântara Silva Chaparim
Paula Gabbi Polli

laboratório
percepção
urbana

a cidade INACABADA

1ª Edição



2021

EDITORA ANAP

Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista
Pessoa de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, fundada em 14 de setembro de 2003.
Rua Bolívia, nº.88, Jardim América, Cidade de Tupã, São Paulo. CEP 17.605-310.
Contato: (14)99808-5947 e 99102-2522
www.editoraanap.org.br
www.amigosdanatureza.org.br
editora@amigosdanatureza.org.br

ARQUITETURA & URBANISMO/UFSC PUBLICAÇÕES

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - CTC-UFSC
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Trindade - CP 470 - CEP 88040-970 - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil.
Contato: (48)3721-9550/4766
<https://arq.ufsc.br/>
arq@contato.ufsc.br

Foto de Capa - Evandro Fiorin

Revisão final - Autores

Editoração e Diagramação - Guilherme do Carmo Gomes Dias

Ficha Catalográfica

F521a Fiorin, Evandro
A cidade inacabada / Evandro Fiorin, Djonathan Freitas, Guilherme do Carmo Gomes Dias, Heber Macel Tenório Vasconcelos, Kellen Melo Dorileo Louzich, Laís da Silva Rodrigues, Lucas do Nascimento Souza, Matheus Alcântara Silva Chaparim, Paula Gabbi Polli – Tupã-SP, ANAP; Florianópolis-SC, Arquitetura & Urbanismo/UFSC Publicações: 2021.

194 p.

Requisitos do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN 978-65-86753-51-6

1. Urbanismo. 2. Planejamento Urbano. 3. Cidade. I. Título.

CDD: 710
CDU: 710/49

Índice para catálogo sistemático

Brasil: Planejamento urbano e paisagismo

CONSELHO EDITORIAL ANAP

DIRETORIA EXECUTIVA DA EDITORA

Profa. Dra. Sandra Medina Benini

Profa. Dra. Leonice Seolin Dias

Prof. Dr. Ricardo Miranda dos Santos

Prof. Ms. Allan Leon Casemiro da Silva

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Alba Regina Azevedo Arana – UNOESTE

Prof. Dr. Alessandro dos Santos Pin – Unicerrado

Prof. Dr. Alexandre Carneiro da Silva – IFAC - AC

Prof. Dr. Alexandre Gonçalves – Centro Universitário IMEPAC

Prof. Dr. Alexandre Sylvio Vieira da Costa – UFVJM

Prof. Dr. Alfredo Zenen Dominguez Gonzalez – UNEMAT

Profa. Dra. Alzilene Ferreira da Silva – UFRN

Profa. Dra. Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão – UFPA

Profa. Dra. Ana Paula Branco do Nascimento – USJT

Profa. Dra. Ana Paula Novais Pires Koga – UFCAT

Profa. Dra. Andréa Aparecida Zacharias – UNESP - Câmpus de Ourinhos

Profa. Dra. Andréa Holz Pfützenreuter – UFSC

Prof. Dr. Antonio Carlos Pries Devide – APTA/SP

Prof. Dr. Antonio Cezar Leal – FCT/UNESP - Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira – UFAM

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – PUC - GO

Prof. Dr. Antonio Soukef Júnior – UNIVAG

Profa. Dra. Arlete Maria Francisco – FCT/UNESP - Câmpus de Presidente Prudente

Profa. Dra. Bruna Angela Branchi – PUC Campinas

Prof. Dr. Carlos Andrés Hernández Arriagada – UPM - SP

Prof. Dr. Carlos Eduardo Fortes Gonzalez – UTFPR

Profa. Dra. Cássia Maria Bonifácio – UEM

Prof. Dr. Celso Maran de Oliveira – UFSCar

Prof. Dr. César Gustavo da Rocha Lima – UNESP - Câmpus de Ilha Solteira

Profa. Dra. Cibele Roberta Sugahara – PUC - Campinas

Prof. Dr. Claudiomir Silva Santos – IFSULDEMINAS

Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – UnB - Câmpus Darcy Ribeiro

Profa. Dra. Daniela Polizeli Traficante – FCA/UNESP/Botucatu

Profa. Dra. Danila Fernanda Rodrigues Frias – Universidade Brasil

Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – UNESP- Câmpus de Sorocaba

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - IEMA

Profa. Dra. Edilene Mayumi Murashita Takenaka – FATEC/PP

Prof. Dr. Edson Leite Ribeiro – Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR

Prof. Dr. Eduardo Salinas Chávez – UFMS – Câmpus de Três Lagoas

Prof. Dr. Eduardo Vignoto Fernandes – UFJ - GO

Profa. Dra. Eleana Patta Flain – UFMS – Câmpus de Naviraí

Profa. Dra. Eliana Corrêa Aguirre de Mattos

Profa. Dra. Eloisa Carvalho de Araujo – PPGAU/ EAU/UFF

Prof. Dr. Erich Kellner – UFSCar

Profa. Dra. Eva Faustino da Fonseca de Moura Barbosa – UEMS – Câmpus de Campo Grande

Prof. Dr. Fernando Sergio Okimoto – FCT- Câmpus de Presidente Prudente

Profa. Dra. Flavia Rebelo Mochel – UFMA

Prof. Dr. Frederico Braidá – UFJF

Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai – UFSCar

Prof. Dr. Gabriel Luis Bonora vidrih Ferreira – UEMS

Prof. Dr. Gilivã Antonio Fridrich – UNC

Prof. Dr. Joao Adalberto Campato Jr – Universidade Brasil

Prof. Dr. João Candido André da Silva Neto – UFAM

Prof. Dr. João Carlos Nucci – UFPR

Prof. Dr. João Paulo Peres Bezerra – UFFS

Prof. Dr. José Mariano Caccia Gouveia – FCT- Câmpus de Presidente Prudente

Profa. Dra. Josinês Barbosa Rabelo - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES -UNITA)

Profa. Dra. Jovanka Baracuhy Cavalcanti – UFPB

Profa. Dra. Juliana de Oliveira Vicentini – USP – Câmpus de Piracicaba

Profa. Dra. Juliana Heloisa Pinê Américo-Pinheiro -Universidade BRASIL

Profa. Dra. Karin Schwabe Meneguetti – UEM

Prof. Dr. Kleso Silva Franco Junior

Prof. Dra. Larissa Fernanda Vieira Martins

Prof. Dr. Leandro Gaffo – UFSB

Profa. Dra. Leda Correia Pedro Miyazaki – UFU

Profa. Dra. Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima – Universidade Brasil

Profa. Dra. Ligiane Aparecida Florentino – UNIFENAS

Profa. Dra. Luciane Lobato Sobral – UEPA

Prof. Dr. Luiz Fernando Gouvea e Silva – UFJ - GO

Prof. Dr. Marcelo Campos – FCE/UNESP – Câmpus de Tupã

Prof. Dr. Marcelo Real Prado – UTFPR

Prof. Dr. Márcio Rogério Pontes

Prof. Dr. Marcos de Oliveira Valin Jr – IFMT – Câmpus de Cuiabá

Profa. Dra. Maria Angela Dias - FAU/UF RJ

Profa. Dra. Maria Augusta Justi Pisani – UPM - SP

Profa. Dra. Martha Priscila Bezerra Pereira – UFCG - PB

Profa. Dra. Nádia Vicência do Nascimento Martins – UEPA

Prof. Dr. Natalino Perovano Filho – UESB - BH

Prof. Dr. Paulo Alves de Melo – UFPA

Prof. Dr. Paulo Cesar Rocha – Professor – FCT/UNESP – Câmpus de Presidente Prudente

Profa. Dra. Rachel Lopes Queiroz Chacur – UNIFESP

Profa. Dra. Renata Franceschet Goettems – UFFS

Profa. Dra. Renata Morandi Lórá

Profa. Dra. Renata Ribeiro de Araújo – FCT/UNESP – Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. Ricardo de Sampaio Dagnino – UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Toshio Fujihara – UFSCar

Profa. Dra. Rita Denize de Oliveira – UFPA

Prof. Dr. Rodrigo Barchi - Universidade Ibirapuera (UNIB)

Prof. Dr. Ronald Fernando Albuquerque Vasconcelos – UFPE

Profa. Dra. Roselene Maria Schneider – UFMT – Câmpus de Sinop

Profa. Dra. Rosío Fernández Baca Salcedo – UNESP – Câmpus de Bauru

Prof. Dr. Salvador Carpi Junior – UNICAMP

Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves – UNEMAT – Câmpus de Cáceres

Prof. Dr. Sérgio Luís de Carvalho – UNESP – Câmpus de Ilha Solteira

Profa. Dra. Thais Guarda Prado Avancini

Profa. Dra. Vera Lúcia Freitas Marinho – UEMS – Câmpus de Campo Grande

Prof. Dr. Vitor Corrêa de Mattos Barretto – UNESP – Câmpus de Dracena

Prof. Dr. Wagner de Souza Rezende – UFG

Profa. Dra. Yanayne Benetti Barbosa

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO - UFSC

CHEFE:

Prof. Dr. Ricardo Socas Wiese

SUB-CHEFE:

Profa. Msc. Letícia Mattana

LDA - LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO E ACERVO

SUPERVISOR:

Prof. Dr. Raphael Grazziano

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

COORDENADOR:

Prof. Dr. Paolo Colosso

SUB-COORDENADORA:

Profa. Dra. Máira Longhinotti Felipe

GRUPO DE PESQUISA DE PROJETO, PATRIMÔNIO, PERCEPÇÃO & PAISAGEM (CNPq)

LÍDER:

Prof. Dr. Evandro Fiorin

VICE-LÍDER:

Prof. Dr. João Paulo Schwerz

LABORATÓRIO DE PERCEPÇÃO URBANA

RESPONSÁVEL:

Prof. Dr. Evandro Fiorin

apresentação

Este e-book é resultado de um esforço conjunto dos integrantes do Laboratório de Percepção Urbana, vinculado ao Grupo de Pesquisa de Projeto, Patrimônio, Percepção e Paisagem da Universidade Federal de Santa Catarina, para fazer-ver algumas mudanças acontecidas no panorama atual das conformações urbanas contemporâneas, principalmente, depois da pandemia de Covid-19 (causada pelo vírus SARS-CoV-2). Integram este volume, estudantes de pós-graduação de dois diferentes programas de Arquitetura e Urbanismo. Além disso, colaboram com esses estudos, alunos do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, com bolsa de iniciação científica, da mesma instituição citada acima.

Um trabalho que se pretende aberto, como um projeto em construção que se abre à crítica e ao debate acadêmico. Também serve para trazer ao grande público, as questões relevantes sobre as transformações da cidade e a impossibilidade de manter um discurso atrelado ao sentido de planejamento da primeira metade do século passado. Pretende-se, portanto, lançar novo olhar sobre os espaços, sem modelos apriorísticos, agasalhando a ruptura, a resistência, a resiliência e tudo aquilo que escapa ao desenho do arquiteto; uma chance para reconectar nosso ofício com a complexa teia urbana que habitamos e com os que nela habitam.

Um reconhecimento que busca por uma outra arquitetura, especialmente depois dos sucessivos fechamentos que impactaram os espaços urbanos com a pandemia. É por conta disso que, neste compêndio, os lugares inconclusos ganham destaque, frente àqueles que são planejados para o consumo conspícuo. Uma percepção que apenas foi possível diante de uma modalidade de pesquisa aberta, rizomática, onde as narrativas de descobertas, de re-construções e deciframentos do arquiteto na cidade ganharam peso. Nessa busca, os espaços de encontro das conformações urbanas contemporâneas são alçados à condição de postos-chave para compreender os desejos dos Outros, bem como, toda a capacidade de transcorrer pela e sobre a cidade, tal como aquele que a vê pela primeira vez.

Nessa trajetória não há parada. E cada semáforo no sinal vermelho, comumente revelará uma cidade inacabada: cheia de discrepâncias, desatinos e desalentados. Nosso papel é revelar essas agruras para buscar reconectar a tarefa do arquiteto com algum senso de humanidade, não para tentar consertar os erros do passado, mas para seguir em frente, porque agora sabemos que a experiência do lugar e a imersão na sua cultura pode ser uma saída hábil para fazer qualquer projeto – sempre em processo.

Sumário

- 01./ **Por uma ‘outra arquitetura’. P.12**
/Guilherme do Carmo Gomes Dias
/Matheus Alcântara Silva Chaparim
- 02./ **A cidade esvaziada. P.38**
/Laís da Silva Rodrigues
- 03./ **Um bairro que desliza: vazios inconclusos. P.62**
/Heber Macel Tenório Vasconcelos
- 04./ **A construção da cidade inanimada. P.82**
/Kellen Melo Dorileo Louzich
- 05./ **O caminhar como uma modalidade de pesquisa. P.98**
/Lucas do Nascimento Souza
- 06./ **Uma narrativa de descobertas, (re) construções e deciframentos do arquiteto na cidade. P.116**
/Paula Gabbi Polli
- 07./ **Sólidos, planos, vazios; espaços de encontro, escadas e esquinas... P.136**
/Evandro Fiorin
/Igor Augusto de March
- 08./ **Trans-cidade. P.158**
/ Evandro Fiorin
/Arthur Fracaro Gonçalves
- 09./ **Sinal vermelho. P.182**
/ Djonathan Freitas

01. /

Guilherme do Carmo Gomes Dias
Matheus Alcântara Silva Chaparim

Por uma *'Outra Arquitetura'*.

Resumo./

Neste capítulo são reunidas algumas reflexões sobre perspectivas de atuação do arquiteto-urbanista nas cidades contemporâneas. Diante de um contexto marcado pelo urbanismo funcionalista, pensa-se ser de interesse refletir sobre como os desejos dos cidadãos e a possibilidade de encontro com o ‘outro’ podem ainda ser respeitados. O desafio se torna ainda maior frente às mudanças e avanços tecnológicos acentuados pelas adaptações exigidas com a chegada da pandemia de covid-19. Desta forma, o objetivo deste trabalho é pensar sobre como esses planejadores podem impulsionar uma “outra arquitetura”, entendida como aquela que permite que transformações espaciais espontâneas ocorram através das ações dos próprios usuários no espaço urbano. Utilizaram-se como referenciais teóricos diversos autores como **Solà-Morales (2002)**, **de Certeau (1999)**, **Queiroga (2001)**, **Besse (2014)** e **Careri (2013)**. As considerações finais sugerem que na busca de promover uma “outra arquitetura” os arquitetos devem se preocupar em proporcionar o ambiente no qual as pessoas sigam participando dos processos de formação, transformação e desconstrução da cidade.

Palavras-chave: Outra arquitetura, Pracialidade, Cidade Inacabada, Práticas Culturais, Espaço Público.

Introdução./

Neste capítulo são reunidas algumas reflexões que apresentam perspectivas de atuação do arquiteto-urbanista no contexto das cidades contemporâneas. Em um período marcado, sobretudo, pelos vícios de um urbanismo funcionalista, que prioriza os automóveis e se expande com base no consumo, pensa-se ser de interesse refletir sobre como os desejos e necessidades dos cidadãos, assim como a possibilidade de encontro com o “outro”, possam ainda ser respeitados. Tal desafio se tornou ainda maior frente às mudanças e aos avanços tecnológicos decorrentes de medidas, cuidados e adaptações exigidas pela chegada da pandemia de covid-19.

Deste modo, o objetivo do presente trabalho é propor uma reflexão sobre como arquitetos-urbanistas podem impulsionar uma “outra arquitetura”, entendida como aquela que permite que transformações espaciais espontâneas ocorram através das ações dos próprios usuários no espaço urbano. Espera-se criar subsídios para auxiliar na prática profissional a partir do relato dos casos apontados, com destaque para o Minhocão de São Paulo, assim como das discussões apresentadas. Para elaborar a reflexão, utilizou-se como referenciais teóricos conceitos de diversos autores como: Terrain Vague de Ignasi de Solà-Morales (2002); Práticas Culturais de Michel de Certeau (1999); Paisagem como projeto de Jean-Marc Besse (2014); Projeto Indeterminado de Francesco Careri (2013); e Pracialidade de Eugênio Queiroga (2001).

O trabalho está dividido em três seções. Na primeira, ressalta-se que a “cidade inacabada” se revela nos usos e apropriações dos transeuntes e que espaços públicos mais exitosos são aqueles nos quais os usuários possuem a liberdade de executar intervenções e atribuir novos significados através de suas práticas culturais. Na segunda parte, destaca-se que com a chegada da pandemia de covid-19 e as medidas de distanciamento social, as práticas culturais passaram a ocorrer de maneira limitada, mas isso também demonstrou o quão forte era o desejo das pessoas em compartilhar lugares e desempenhar atividades coletivas. Diante disso, pensa-se que o planejador deve oferecer um modo de a comunidade ampliar sua liberdade de adaptar os espaços conforme as próprias necessidades e desejo. Para tanto, defende-se a ideia que o arquiteto deve buscar reafirmar uma “outra arquitetura”. A terceira parte, por sua vez, inicia-se recordando que historicamente a ‘Praça’ é um dos mais importantes espaços de encontro da vida pública, local em que se desempenha uma série de ações que compõem o cotidiano e que constituem a ideia de “pracialidade”, ou “estado de praça” (**QUEIROGA, 2001**). Destaca-se que a esfera pública contemporânea não possui como suporte apenas os espaços físicos públicos, visto que o mundo cyber permite que se compreendam hábitos, maneiras de fazer e habitar de cada um, de modo que é possível encontrar uma infinidade de relatos

cotidianos nas redes sociais e, a partir deles, fazer leituras de “práticas culturais” e entendimentos espaciais sobre os espaços reais.

Por fim, nas considerações finais, sugere-se que na busca de promover uma “outra arquitetura” os arquitetos se preocupariam em dar condições de “pracialidade”, ou seja, em proporcionar um ambiente no qual as pessoas se sintam aptas em seguir participando dos processos de formação, transformação e desconstrução da cidade.

A cidade como território de transgressão./

Fundamentada numa constante renovação da crença na razão, que por sua vez está objetivada tanto na promoção dos avanços ‘técnico-produtivos’ como também na fé sobre o desenvolvimento do intelecto humano, a modernidade, que também é fruto dos processos desencadeados pela industrialização, vem oferecendo como método de produção das cidades um modelo urbano baseado no funcionalismo de sua estrutura, como bem nos recorda Henri Lefebvre em “O Direito à Cidade” (LEFEBVRE, 2009).

Tal modelo funcionalista, que parte da busca por gerar o bem-estar através do que seria a “racionalização das necessidades dos cidadãos”, ainda que tenha sido concebido através das ideias e do pensamento de importantes planejadores, a exemplo de Haussmann e mais tarde Le Corbusier entre outros, dificilmente chegou a ser capaz de contemplar os verdadeiros desejos das pessoas. Pelo contrário, sua forma operacional conduziu (e ainda vem conduzindo), um crescimento rígido em que interesses de poucos se impõe sobre as reais necessidades dos indivíduos, proporcionando assim grandes desequilíbrios na estrutura urbana. Isso acaba por provocar uma expansão urbana “descontrolada”, além de impactos ambientais que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas e impossibilitam que espaços urbanos públicos sejam resultado de processos de decisões coletivas (Figura 1).



Figura 1 - Sobreposição de Imagens utilizando recortes de “la ville radieuse” (1924) que Ilustram a Ideia de Cidade Funcionalista./

A cidade funcionalista, marcada pela racionalização das necessidades dos cidadãos, enaltece os automóveis e deixa os desejos em segundo plano, provocando uma expansão urbana “descontrolada” com base no consumo.

Nessa cidade, em que o automóvel acaba sendo o protagonista, a relação com o ‘outro’ vai se tornando cada vez mais impossibilitada, de tal modo que o contato do cidadão com os espaços públicos ocorre, muitas vezes, de forma pouco pessoal. Somado a isso, o rápido avanço tecnológico, principalmente àquele referente aos novos meios de comunicação, vem impondo no decorrer das últimas décadas uma forte alteração no modo de vida das pessoas e, conseqüentemente, uma série de mudanças em suas formas de habitar. Diante disso, essa condição pode favorecer que as pessoas procurem em outros meios o que Queiroga (2001) define como “pracialidade”, ou o “estado de praça”. Logo, ao tratar dessa problemática, não é possível desconsiderar o impacto que o mundo virtual proporciona sobre a vida urbana.

Por essa razão, essa sociedade cada vez mais encapsulada, fechada em seus próprios dispositivos de vigilância e incapaz de controlar seus tempos já não é compatível ao modelo convencional de cidade entregue a certos formalismos persistentes, onde tudo, ou quase tudo, está programado para aceitar apenas um estilo de vida rígido, sedentário, de limites marcados e completamente avesso ao nomadismo, fazendo de alguns espaços urbanos verdadeiros “Terrain Vague” que tanto definem a modernidade.

Segundo Ignasi de Solà-Morales, os terrain-vague:

“Son lugares obsoletos en los que sólo ciertos valores residuales parecen mantenerse, a pesar de su completa desafección de la actividad de la ciudad. Son en definitiva lugares externos, extraños, que quedan fuera de los circuitos, de las estructuras productivas. Desde un punto de vista económico, áreas industriales, estaciones de ferrocarril, puertos, áreas residenciales inseguras, lugares contaminados, se han convertido en áreas de las que puede decirse que la ciudad ya no se encuentra allí”

(DE SOLÀ-MORALES, 2002).

O surgimento dessas áreas de conflito dentro da cidade, muitas vezes marcadas por zonas antes produtivas que passaram a representar um cenário de abandono e crescente deterioração, acabou por se tornar um contexto recorrente, principalmente nos grandes centros urbanos; tornando possível considerar as grandes cidades um antro de ‘ruínas pós-industriais’. Tais espaços, que também são consequência do processo de desindustrialização metropolitana iniciado no final do século XX, são formados, quase sempre, por vazios que já não cumprem com suas finalidades e que assumem um papel de vulnerabilidade.

Sendo assim, tornam-se vulneráveis, muitas vezes, por estarem sujeitos à especulação imobiliária e possível destruição: desde ferrovias desativadas, passando por antigas instalações de fábricas abandonadas e até os baixios de viadutos, entre muitos outros espaços que nos remetem a uma imagem que poderia ilustrar praticamente qualquer cidade do mundo. (Figura 2).

Muitos casos poderiam ser citados para ilustrar esse fenômeno nas cidades brasileiras. Em São Paulo, o Minhocão, que consiste num elemento fruto da euforia automobilística e do autoritarismo da ditadura militar vividos entre os anos de 1964 e 1984, é em realidade um longo viaduto de 3,4km de extensão construído no final da década de 1960, como um símbolo de “progresso” que facilitaria ao transporte individual o acesso à Zona Oeste da cidade atuando com uma alternativa que teoricamente evitaria congestionamentos nas ruas do centro, algo que jamais chegou a ser uma verdade. Muito pelo contrário, o elevado desde o início representou um trauma à estrutura já consolidada, não apenas pelo fato



Figura 2 - Sobreposição de Imagens que Ilustram a Ideia de Terrain-Vague./

Os terrain-vagues, lugares obsoletos, estranhos, assumem um papel de vulnerabilidade por estarem fora das estruturas produtivas e por serem formados por vazios que já não cumprem com as suas finalidades iniciais.

de ter causado mais congestionamentos, mas também por outros aspectos que caracterizam sua violência contra a vida urbana impondo um agressivo processo de deterioração do seu entorno.

Sendo assim, por conta do alto índice de contaminação do ar, além do forte ruído causado pelos veículos que passam sobre o Minhocão, a parte superior começa a ser bloqueada em certas horas como forma de reduzir seus impactos sobre a vida doméstica dos edifícios adjacentes. Essa medida acaba por transformar o minhocão num espaço que carrega o conceito de “terrain-vague”, mesmo que apenas em horários determinados (Figura 3).



Figura 3 - Sobreposição de Imagens que ilustram o vazio sobre o Elevado Manoel Goulart (Minhocão) na cidade de São Paulo./

Os terrain-vagues, lugares obsoletos, estranhos, assumem um papel de vulnerabilidade por estarem fora das estruturas produtivas e por serem formados por vazios que já não cumprem com as suas finalidades iniciais.

Casos de terrain-vague também podem ser encontrados nas atuais cidades (médias) do centro-oeste paulista, como Bauru e Presidente Prudente, em que se tem um contexto onde a ferrovia foi o motor para a busca de novas terras, especialmente para o plantio de café. Com a diminuição do transporte de passageiros e a prioridade que se deu historicamente ao modal rodoviário, grande parte do antigo legado ferroviário caiu em desuso (Figura 4). Constituem-se hoje de estruturas que carecem de sensibilidade e que, por ocuparem grandes áreas urbanas, também sofrem com pressões políticas e econômicas (KÜHL, 2008). Esses locais retêm uma força potencial para impulsionar experimentações; espaços que ganham um novo sentido democrático pela interferência de seus usuários (FIORIN, 2020) e que devem ser preenchidos de significados antes de serem preenchidos de coisas (CARERI, 2013).

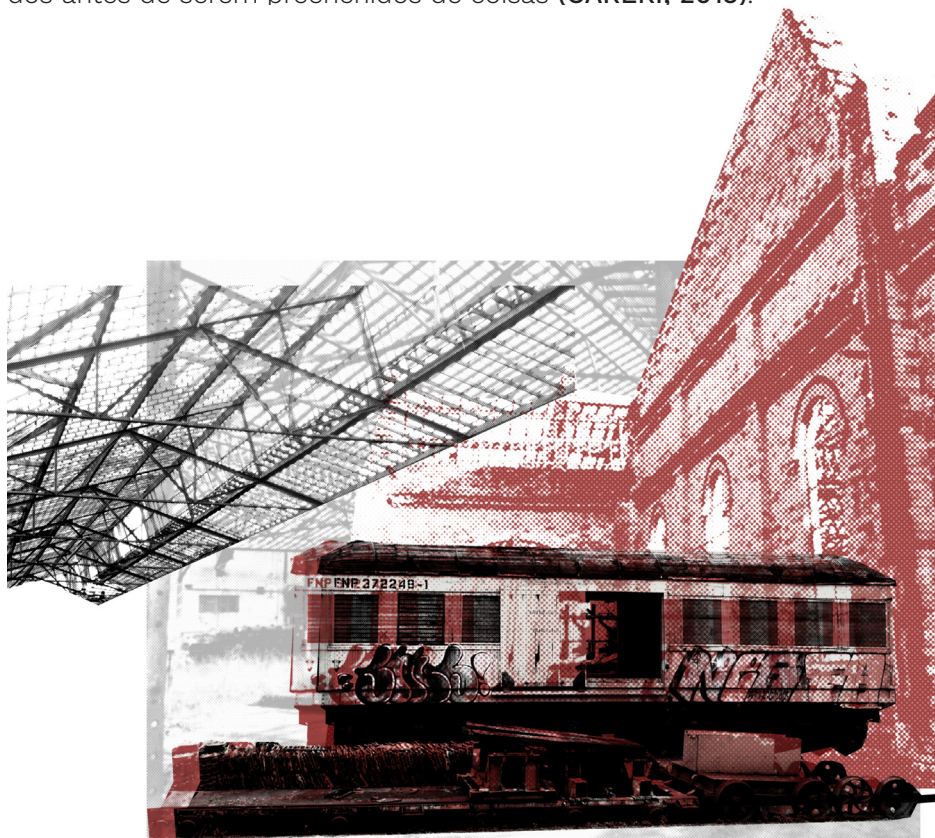


Figura 4 - Sobreposição de Imagens que Ilustram o Desuso e Degradação do Legado Ferroviário./

Grande parte do legado ferroviário caiu em desuso com a diminuição do transporte de passageiros e a prioridade que se deu historicamente ao modal rodoviário. Constituem-se hoje de estruturas que carecem de sensibilidade e que sofrem com pressões políticas e econômicas.

Diante disso, como o arquiteto-urbanista pode atuar nesse contexto? Cabe ao planejador aceitar sua incapacidade de determinar os rumos da cidade e da vida sobre ela? Qual o paradigma de espaço público a se considerar? É muito comum observar um certo pessimismo com relação a essas questões. Para muitos a sociedade caminha para um isolamento gradativo que, em outras palavras, significa uma cidade onde os espaços comuns sejam exponencialmente nulos ou carentes de qualquer interação. Por outro lado, há uma grande vertente que ainda crê de forma tão romântica como inocente, para não dizer mal intencionada, na construção de espaços públicos seguindo os moldes que vêm sendo empregados desde a elaboração da ‘Carta de Atenas’ (1933), espaços fruto de uma arquitetura de dominação, algo que não cumpre outro papel senão aquele de atuar como um mecanismo de especulação imobiliária e gentrificação, que acabam por produzir outros novos vazios.

Embora haja muita razão na primeira hipótese, talvez seja mais prudente adotar um pouco de cautela, já que muitos processos aos quais estamos submetidos, indiquem tendência no aumento do distanciamento social, não se pode negar a necessidade humana de ocupar lugares, de intervir e de interagir em seus espaços como parte do exercício da “prática cultural”, conforme definição utilizada por Michel de Certeau. Para explicar o que são “práticas culturais” – atividades realizadas por cidadãos em um espaço de seu bairro –, Michel de Certeau elabora uma reflexão sobre o “modo de habitar a cidade” a partir de duas séries lógicas: a primeira baseia-se na “sociologia urbana do bairro”, que se caracteriza por avaliar “dados quantitativos relativos aos espaços e à arquitetura” avaliando os condicionantes materiais e administrativos que definem o bairro; a segunda tem a ver com as “análises socioetnográficas do cotidiano”, aquelas relacionadas aos estudos mais eruditos dos “folcloristas e historiadores” da “cultura popular”. (DE CERTEAU, 1999, p.5).

Essas duas lógicas permitem reconhecer “bairro” como território onde se pode exercer “compromisso social”, estimulado e protegido pela “arte de conviver” com “o outro”, que nesse caso se insere num contexto comum (Figura 5). Portanto, os interlocutores são aqueles que compõem o bairro e o seu cotidiano: o comerciante que passa vendendo objetos; a senhora que caminha com o cachorro; e o garçom que o cumprimenta e faz um comentário engraçado; enfim, são todos aqueles que manifestam o que Certeau chama de “prática cultural”, entendendo que a “prática” é um elemento decisivo para a identidade de um usuário ou de um grupo, pois pela identidade o usuário pode ocupar seu lugar no tecido de relações sociais inscritas no seu entorno” . (DE CERTEAU, 1999, p.8).¹

1 Lê-se no original: *Es “práctica” lo que es decisivo para la identidad de un usuario o de un grupo, ya que esta identidad le permite ocupar su sitio en el tejido de relaciones sociales inscritas en el entorno (DE CERTEAU, 1999, p.8).*



Figura 5 - Sobreposição de Imagens que Relatam Momentos de Práticas Culturais./

As práticas culturais são atividades realizadas por cidadãos no cotidiano de seu bairro, território onde se pode exercer o seu “compromisso social”, estimulado e protegido pela “arte de conviver” com o outro.

O bairro ainda é uma "organização coletiva" composta por ações e interesses individuais que se cruzam, por isso, o bairro exerce uma "função" de "lugares de proximidade", que permitem atender facilmente às necessidades do cotidiano, mas que, de uma forma ou de outra, acaba abrigando contatos interpessoais, que se dão por meio de contatos inesperados, frutos do acaso possibilitado por deslocamentos “cotidianos”. Para exemplificar, podemos retomar o caso do Minhocão, pois à medida que a sua parte superior se conforma em um terrain-vague “momentâneo”, devido aos bloqueios periódicos para o acesso dos automóveis, surge imediatamente nesse vazio uma oportunidade de transformar aquela via em um “outro lugar”. O fato de ele estar localizado

em uma zona de grande adensamento da cidade de São Paulo permite, possivelmente, que pessoas passem a ocupá-lo de forma espontânea, carregando em suas ações a ideia de um compromisso de bairro. Assim, práticas culturais exercidas por seus usuários acabam por atribuir novos significados ao Minhocão, na medida em que passam a promover pequenas transformações urbanas sobre esse espaço “obsoleto”, que alteram a sua relação com o entorno.

Quem constrói a cidade é quem vive no ambiente urbano. Nesse sentido, é preciso assumir que a cidade seja um processo em constante construção, independente do desejo de um projetista. A expressão das práticas culturais ocorre no horizonte de transformação da cidade inacabada. Em outras palavras, a cidade inacabada se revela em seus usos e apropriações e a comprovação disso se dá justamente pela possibilidade de sua transgressão.

Portanto, embora urbanistas acreditem ter o poder de definir e de prescrever os usos para o espaço projetado, serão seus usuários cotidianos, àqueles que o experimentarão e que o utilizarão de fato, os quais terão o poder de lhe modificar e de lhe ressignificar constantemente **(BERENSTEIN JACQUES, 2008)**.

"Os praticantes ordinários das cidades atualizam os projetos urbanos e o próprio urbanismo, através da prática, vivência ou experiência dos espaços urbanos. Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que os atualizam. São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano."

(BERENSTEIN JACQUES, 2008).

Devido a essas constatações, é bastante improvável que cheguemos ao ponto de que os espaços públicos percam o seu valioso papel frente à sociedade; porém, não apenas isso, trata-se de um valor que revela que esses espaços determinados através do perfumado desenho elaborado pelas mãos de um planejador, atendendo um programa pre-estabelecido, já não sejam capazes de cumprir ou atender às verdadeiras necessidades das pessoas por um simples motivo: nenhum programa, por mais amplo que seja, consegue prever e abarcar as mudanças impostas pelo tempo. Os espaços públicos mais exitosos muitas vezes são aqueles que não passaram pelo crivo de um projetista, mas sim aqueles espaços nos quais os usuários obtiveram a liberdade de executar intervenções e transformações que deslocam seus significados e que inclusive transbordam sua própria ordem inicial (Figura 6).



Figura 6 - Sobreposição de Imagens que Expressam Atividades Realizadas pelos Usuários nos Espaços Públicos./

Quem constrói a cidade é quem vive no ambiente urbano. Os espaços públicos mais exitosos são aqueles nos quais os usuários obtiveram a liberdade de executar intervenções e transformações que deslocam seus significados e que transbordam a sua ordem inicial.

O lockdown e o encontro com o 'outro'./

O novo coronavírus (Sars-CoV-2) que foi detectado inicialmente em meados de 2019, alcançou uma escala mundial em muito pouco tempo, chegando a ser considerado uma pandemia pela OMS poucos meses após seu surgimento. Doença que até o presente momento gera inúmeras incertezas e instabilidade; porém, todos aqueles que apostaram que a pandemia fosse uma espécie de evento passageiro, que não duraria mais do que alguns meses, acabou, de um modo ou de outro, quebrando as suas expectativas. Ainda hoje, no transcorrer de 2021, contando com milhares de mortes diárias, além de todo o colapso, tanto no campo da saúde quanto na vida cotidiana e econômica, cresce a certeza de que essa será uma realidade persistente em nossas vidas, seja pelo fato de não sabermos exatamente a extensão da eficácia das vacinas como também por estarmos sempre sob a constante ameaça do surgimento de uma nova variante do vírus ainda mais agressiva.

De toda forma, as mudanças impostas à dinâmica da cidade alteraram definitivamente a vida urbana em diversos aspectos, abrangendo desde o âmbito privado até a coletividade, sobretudo, e como dito anteriormente, pela potencialização de uma sociedade cada vez mais virtual imposta pelo avanço das tecnologias de comunicação, o que promove uma latente alteração na dinâmica da vida urbana.

A intensidade das medidas de prevenção à propagação da doença e de seus efeitos (sociais, econômicos, sanitários, etc.), imediatos e futuros, também levaram uma grande quantidade de pensadores

a exporem ideias e a fazerem um convite à reflexão sobre as mudanças em curso. Destaca-se, por sua iniciativa e amplitude, o e-book “*Sopa de Wuhan: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*”, composto por uma coletânea de textos publicados entre fevereiro e meados de março de 2020, de autores de diversas nacionalidades.

No que se refere ao espaço urbano, as consequências da pandemia em questão podem ser estudadas e refletidas por diversas entradas: o evidente caráter de saneamento básico e de saúde pública (que remonta às questões das pestes na idade média); a salubridade e a escassez habitacional (que dificulta uma eficaz e concreta medida de isolamento “social/físico”); o impacto econômico em diversos setores (com destaque para o do turismo); dentre muitas outras.

Paul Preciado (2020) em seu texto “*Aprendiendo del virus*”, publicado em meados de março, expõe questões muito pertinentes que ajudam a pensar as modificações em curso com a chegada da pandemia de Covid-19. Para o autor, muito antes da aparição da Covid-19, já nos encontrávamos em um processo de mutação planetária, atravessando mudanças sociais e políticas. Uma ideia que perpassa todo o seu texto é a relação entre os corpos e a chamada biopolítica - termo que a filósofa Judith Butler (2020) esclarece como sendo as operações de poder que buscam gerenciar as populações.

Com a gestão política da Covid-19 uma nova subjetividade também é desenhada. O corpo e a subjetividade contemporâneos já não são regulados unicamente pela passagem de instituições disciplinares, mas, principalmente, por um conjunto de tecnologias biomoleculares, digitais e de transmissão de informação. Devido ao apelo ao estado de exceção e pela imposição inflexível de medidas extremas, epidemias também podem servir como oportunidade de reconfiguração das técnicas de dominação dos corpos e das tecnologias de relações de poder em grande escala. No caso da Covid-19, legitimam-se práticas estatais de biovigilância e de controle digital, normalizando-as e tornando o controle cibernético estatal e corporativo aceitável e tolerável pelos cidadãos (**PRECIADO, 2020**).

Referente ao aspecto da força de trabalho, colocado em pauta por David Harvey (2020), a Covid-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça, visto quem são as pessoas “na primeira fila” – principalmente classe média baixa ou baixa, mulheres e negras, ou seja, as que acabam ficando responsáveis por cuidarem dos doentes na maior parte do mundo, quem correu maiores riscos de contrair o vírus ou de serem demitidas pela contenção econômica. Além disso, a divisão social foi acentuada entre aqueles que conseguiam ou não trabalhar em casa ou foi permitido se isolar (com ou sem salário), em caso de contato ou contágio (**HARVEY, 2020**).

Se por um lado o acesso à moradia mais ampla e versátil será um desafio para vida privada a fim de atender à nova rotina imposta pelo

trabalho remoto e o ‘home office’, por outro lado caberá repensar um modelo de cidade mais capaz de se adaptar às adversidades e diversidades que possam ocorrer no futuro com relação inclusive ao surgimento de novas doenças.

As regras de distanciamento social podem levar também a mudanças culturais, dependendo de quanto tempo durar a emergência sanitária. No entanto, a única forma de consumismo que, quase certamente, se beneficiará destas condições é aquela chamada “‘Netflix’ economy”, que fornece serviço aos “observadores compulsivos” (binge watchers) (HARVEY, 2020).

As políticas de “lockdown” adotadas em muitos países como medida para conter o contágio da Covid-19 põe em evidência a necessidade das pessoas de se expressarem por meio de pequenas transformações nos espaços que ocupam, adaptando suas funções para diferentes finalidades e usos, conforme cada demanda, fazendo com que um mesmo espaço adquira diferente caráter de acordo com cada momento. Além disso, outro ponto muito importante consiste no desejo das pessoas em compartilhar lugares e desempenhar atividades coletivas uma vez que passaram a encontrar meios de realizar, muitas vezes de forma clandestina, pequenas agrupações e ocupações de lugares e espaços difíceis de vigilar como maneira de romper com o distanciamento que lhes foi imposto.

Segundo Preciado (2020) a clausura e o teletrabalho também podem levar à descoletivização e ao telecontrole. Por conta disso, o autor sugere que se busque reapropriar criticamente técnicas biopolíticas e que se altere a relação dos corpos com as máquinas de biovigilância e biocontrole. Por outro lado, Michel Maffesoli (2020) observa uma busca pelo “estar-junto”, seja através do uso da tecnologia, como por ações de compartilhamento e voluntarismo, que chegam até as ressignificações de elementos arquitetônicos, como as janelas - muito usadas em diversos tipos de manifestações (seja musical, como visto na Europa, seja com os “panelaços”, no Brasil).

A imobilidade produzida pelo estado de quarentena imposto por muitos países no mundo, por conta da Covid-19, fez com que a realidade das ruas de diversas cidades fosse completamente alterada, lugares que antes contavam com um cotidiano muito frequentado se converteram em verdadeiras ‘terras baldias’ remetendo à ideia de cidades fantasmas dos filmes de “western”. Diante desta condição, os relatos passaram a ocorrer em muitos casos por meio de interações limitadas. Em cidades europeias, por exemplo, os terraços e as sacadas se converteram em espaços físicos de encontro com o ‘outro’, nelas as pessoas passaram a manifestar seu desejo de coletividade e “comunitarismo” acenando e aplaudindo seus vizinhos, mostrando que muito embora haja a internet ela não chega a ser suficiente para suprir demandas sociais (Figura 7).

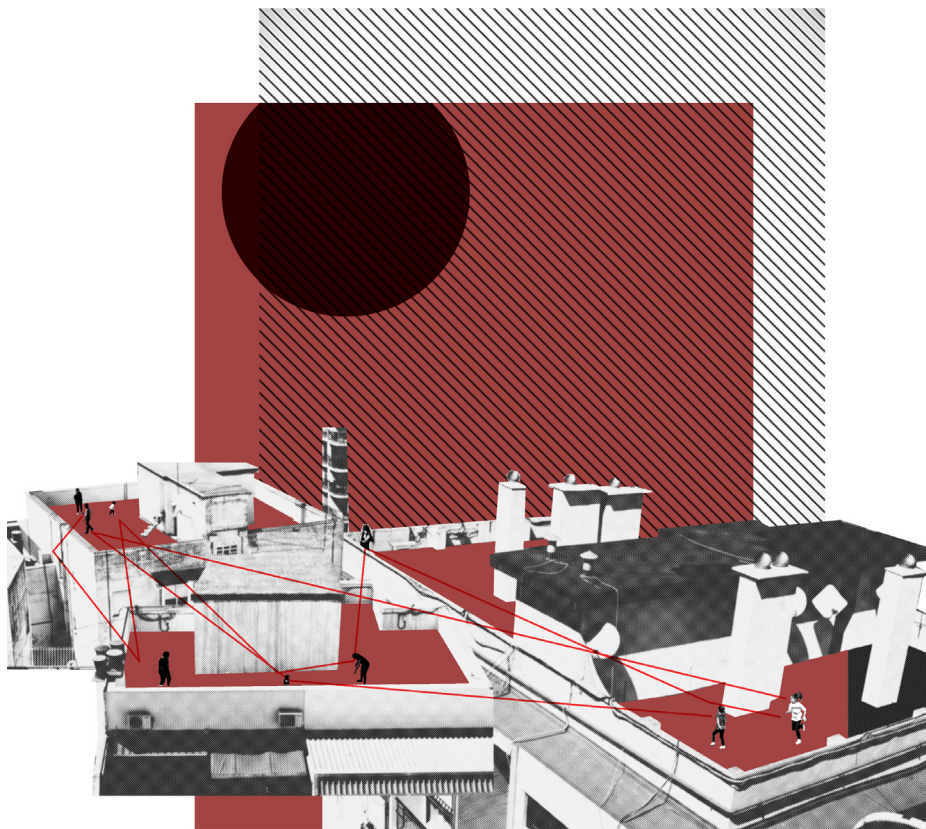


Figura 7 - Edição de Fotografia que demonstra a busca pelo espaço público ainda possível./

A imobilidade produzida pelo estado de quarentena por conta da Covid-19 fez com que muitos terraços e sacadas se convertessem em espaços de encontro com o 'outro'.

Já no Brasil, as medidas de prevenção à covid-19, por diversas razões, ao menos no início, não tiveram muita adesão. Como exemplo, podem-se citar os diversos casos e denúncias em que determinados comércios, não essenciais, funcionavam promovendo aglomeração¹. Além disso, o próprio distanciamento “social/físico” poucas vezes superou o índice de 50% da população até março de 2021². No entanto, mesmo que a adesão não tenha sido como o esperado, o isolamento causou consequências na experiência urbana, especialmente sobre o uso do

¹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/07/03/interna_nacional,1162364/bares-lotados-no-leblon-em-plena-pandemia-geram-criticas-nas-redes-soc.shtml. Acesso em out. de 2021.

² Disponível em: <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/>. Acesso 27 de jun. de 2021.

espaço público - a primeira “vítima fatal” da pandemia, segundo Giselle Beiguelman (2020).

Ao mesmo tempo, a redução dos fluxos de veículos proporciona um novo olhar sobre outras oportunidades já presentes nas ruas. Cabe, portanto, saber como aproveitá-las fazendo delas espaços de cooperação, de exercício do compromisso de bairro, mas também que sejam lugares de inclusão com habilidade de desbloquear barreiras que impedem às pessoas adquirirem o pleno direito à cidade. Se as pessoas têm autonomia de interferir e de determinar as melhores condições dos seus espaços comuns, talvez o mais importante, para o planejador, seria entender de que forma as pessoas estão realizando e exercendo suas “práticas culturais”, pois a partir daí, eventualmente, o arquiteto poderia oferecer, através de suas ferramentas e linguagem, um modo que a comunidade amplie suas formas de exercer sua liberdade de adaptar os espaços conforme seus entendimentos próprios.

As ideias aqui apresentadas possuem certa aproximação com a visão de Jean-Marc Besse sobre “a paisagem como projeto”. Para o autor (2014), projetar a paisagem é, de forma ambígua, representar o real (projeção) enquanto se imagina o que ele poderia ser ou vir a ser (projeção). Em outras palavras, trata-se de testemunhar, por um lado, e modificar, por outro. Em síntese, o projeto seria o ato de “criar algo que já estava aí” (BESSE, 2014, p.61), deixando ainda algo de “**inacabado**”:

"O mundo é uma totalidade inacabável, mas também um meio no qual vivemos. [...] Projetar é, portanto, primeiramente querer esse inacabamento, e a responsabilidade do projetista, [...] talvez resida nisto: é o portador do inacabamento, isto é, das significações em reserva, dos horizontes espaciais e temporais dentro mesmo da localização dos futuros. Um mundo sem horizontes, [...] simplesmente deixou de ser um mundo."

(BESSE, 2014, p.66).

As aproximações também se dão com a ideia de Projeto Indeterminado de Francesco Careri (2013), que nasce do encontro com o Outro urbano. Para o autor (2017) há que se destacar que, muitas vezes, é difícil “ativar” processos que durem e, nesses casos, que pode ser ainda mais interessante procurar entender qual o projeto que os outros já ativaram. Para Francesco Careri (2017), parece ser mais honesto e projetual colocar-se como explorador de projetos em curso e alimentá-los com energia. Pensando dessa forma, há mais esperanças de que as práticas espaciais continuem mesmo depois de sua saída do “campo de jogo”, visto que os processos já estavam acontecendo.

Talvez caiba ao arquiteto reafirmar uma espécie de “**outra ar-**

quietura”, desde o ponto de vista que seu principal interesse não seja apenas escorado nas definições de um projeto ou um programa pré-estabelecido, até porque se entende que a obra pode jamais chegar a ser efetivada; pelo contrário, a intervenção, se ela ocorrer, deve ser sutil, algo que parece não estar ali, suscetível a uma eterna desconstrução e à sua provável desapareição.

Essa **“outra arquitetura”** não consta de uma aversão à Arquitetura ou à técnica e linguagem, sua diferença se dá, sobretudo, pelo fato de ocorrer frequentemente na ausência de um projeto profissional, consiste em um ato, em um lapso, em um momento que se expande, se fragmenta e se desdobra de acordo com aquilo que sucede devido a cada situação. Nesse caso, a **‘outra arquitetura’** consiste muitas vezes em um simples “relato” do cotidiano que promove transformações espaciais espontâneas sob o olhar despretenso que provoca entendimentos múltiplos de determinado lugar (Figura 8).



Figura 8 - Sobreposição de Imagens de Intervenções que Remetem à Ideia de uma “Outra Arquitetura”./

A outra arquitetura ocorre frequentemente num ato, num lapso, num momento que se expande, se fragmenta e se desdobra de acordo com aquilo que sucede devido a cada situação. Consiste muitas vezes em um simples “relato” do cotidiano que promove transformações espaciais espontâneas e entendimentos múltiplos de determinado lugar.

Pracialidade e espaços virtuais - algumas pistas para uma 'outra arquitetura'./

Historicamente a praça é um dos mais importantes espaços simbólicos de encontro da vida pública, o qual se considera não apenas como um palco para as ações humanas, mas um espaço onde se desempenha uma série de ações e intervenções que formam parte do cotidiano (AMARAL, 2010), constituindo o que Queiroga (2001) define como “pracialidade” ou “estado de praça”:

"Uma prática espacial própria da esfera de vida pública, que pode se estabelecer em determinados momentos, para diferentes sistemas de objetos integrantes do espaço urbano, envolvendo desde ações comunicativas do cotidiano da vida pública, até momentos da vita activa harendtiana, da ação política e suas representações simbólicas. A pracialidade é, como categoria, uma abstração, mas voltada à interpretação de concretudes, existências que se situam no tempo-espaço, participando da construção e metamorfose da esfera de vida pública".

(QUEIROGA, 2001).

Importante ressaltar que essa “pracialidade” não se encontra exclusivamente nas “praças” das cidades, mas também em diversos outros espaços. Alguns exemplos seriam as manifestações políticas em avenidas importantes de grandes e de médias cidades, campinhos de futebol que ocorrem em periferias, praias urbanas lindeiras a bairros de elite com forte poder imagético, além de também ocorrer em edifícios,

quando são transformados em lugares de manifestação pública e de encontro (como o MASP na Avenida Paulista em São Paulo) (QUEIROGA, 2012).

No entanto, a esfera pública contemporânea não possuiria como suporte apenas os espaços físicos públicos, visto que através dos meios midiáticos e telecomunicacionais é possível realizar interações entre esses meios:

"Não se trata de um meio destruindo outro, as telecomunicações e redes informacionais não anulam a importância do espaço concreto, o virtual não substitui o real; pelo contrário, novas e interessantes relações sociais, inclusive da esfera pública política contemporânea, vêm demonstrar que ambas se potencializam. Um evento num espaço público se transmite pela internet a partir de um pequeno telefone celular ou por câmera digital interna a um tablet, por exemplo, dando a ele uma dimensão pública que pode alcançar o planeta em tempo real".

(QUEIROGA, 2012).

Muito embora esse ambiente virtual illustre, em sua essência, algo muito semelhante ao que representam os shoppings centers - espaços que se colocam como simulações da vida urbana, mas que não são mais que falsas representações da realidade - ainda é possível reconhecer no mundo cyber uma série de evidências que nos permitem compreender hábitos, maneiras de fazer e de habitar de cada um, os quais acabam conformando esse "estado de praça" ou "pracialidade" virtual.

Deste modo, é possível encontrar uma infinidade desses relatos cotidianos nas redes sociais, mesmo que frios e repletos de banalidades, mas que ainda assim nos permitem fazer leituras de "práticas culturais" e, inclusive, de entendimentos espaciais.

Um exemplo que ilustra esse pensamento se encontra no perfil "@unicosobrevivente"¹ que permite imaginar uma condição única da cidade de Valência, na Espanha. Partindo de sua narrativa de um outro espaço e de um outro tempo, o autor das publicações demonstra a experiência de uma cidade que se torna também o testemunho de um impacto da pandemia. A partir de fragmentos de relatos e vídeos, nos é mostrado momentos da cidade de Valência convertida em um território baldio, consolidado com as medidas de lockdown quando as ruas estavam "vazias". E, para além disso, desperta um imaginário da cidade em um futuro distópico.

Poderíamos dizer que, conscientemente ou não, o autor das pos-

1 O código QR Code direciona para o perfil no Instagram do "@unicosobrevivente", entretanto não se sabe até quando ele estará ativo.



tagens evoca nos seguidores uma inquietação sobre o que fazer nessa situação, e isso pode ser uma pista de como despertar interesse pelo espaço público.

O Minhocão também é um outro exemplo de como a 'praxialidade' que ocorre no mundo virtual pode acontecer de forma similar no mundo real, pois consegue adquirir de algum modo a condição que permite aos usuários a liberdade de se expressarem tal como fazem na rede social; porém, a principal diferença se dá pelo fato de que no elemento real existe a possibilidade de intervenção espacial que nos remete à ideia de uma 'outra arquitetura', aquela cujo os próprios usuários são os responsáveis por praticá-la.

Conforme afirma Lilian Amaral:

"Num mundo em que cresce o poder da imagem e de práticas virtualizadas e intermediadas por telas, em que cresce a desigualdade social, a praça torna-se ainda mais importante caso se deseje construir uma sociedade mais consciente de si. A praça, como lugar simbólico e como lugar de interação pública marcado pela diversidade e liberdade, permite aos que dela se apropriam ao menos a visão e a co-presença diante das diferenças dos que co-habitam a megalópole. Reconhecer a alteridade é já um passo para a desalienação".

(AMARAL, 2007, p.1436).

Portanto, esses reconhecimentos espaciais, a partir da expressão das práticas culturais nos ambientes virtuais, podem servir para demonstrar quais dinâmicas são possíveis de suceder no espaço real.

Uma conclusão em aberto./

Conforme apresentado ao longo do capítulo, entende-se que a busca por uma cidade mais inclusiva passa por valorizar usos e apropriações do espaço público, dando condições aos cidadãos de coexistirem para que juntos possam intervir e ressignificar os locais onde vivem como bem entenderem. A reflexão desenvolvida busca, portanto, demonstrar que a “cidade inacabada”, que se revela na concretização de práticas culturais dos cidadãos e que se desdobra também em outros meios como o virtual, escapa do controle dos projetistas, mas é sempre atualizada por quem se lança à sua experiência.

Assim, na busca por promover essa “outra arquitetura”, os arquitetos devem se incumbir de dar, primeiramente, condições de “praticidade”, ou seja, devem se preocupar em proporcionar ambientes nos quais as pessoas se sintam aptas em seguirem participando dos processos de formação, transformação e desconstrução da cidade.

Referências Bibliográficas./

AMARAL, Lilian. INTERTERRITORIALIDADES – PASSAGENS, CARTOGRAFIAS E IMAGINÁRIOS. In: 19º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas “Entre Territórios” – 20 a 25/09/2010 – Cachoeira – Bahia – Brasil. p. 1415-1428

_____. CorpoPoético: uma Cartografia do Lugar. In: 16º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas Dinâmicas Epistemológicas em Artes Visuais – 24 a 28 de setembro de 2007 – Florianópolis. p.1429-1438

BEIGUELMAN, Giselle. A cultura do coronavírus: prólogo do confinamento. O espaço público é a primeira vítima fatal. 16/03/2020. Em: <https://www.select.art.br/coronavida/>

BERENSTEIN JACQUES, Paola. Corpografias urbanas. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>.

BESSE, J.M. O gosto do mundo: Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2014.

BUTLER, Judith. Debería haber otras formas de refugio que no dependan de una falsa idea del hogar. Disponível em: <https://www.latercera.com/tendencias/noticia/judith-butler-deberia-haber-otras-formas-de-refugio-que-no-dependan-de-una-falsa-idea-del-hogar/MWV43WK4MBFR-LEAKUOS5UD5KKI/>

CARERI, Francesco. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

_____. Caminhar e Parar. Barcelona: Editora G. Gili, 2017.

CIAM. Carta de Atenas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em 27 de jun. de 2021.

CERTEAU, M. La Invención de lo cotidiano. II, Habitar, Cocinar. Tlaquepaque: Universidad Iberoamericana, 1999.

FIORIN, E. Caminhar como estrangeiro em terras de descobrimentos: Processos de percepção da arquitetura e urbanismo contemporâneos. Tupã: ANAP, 2020. 128 p.

HARVEY, David. Anti-Capitalist Politics in the Time of COVID-19. 19/03/2020. Em: <https://davidharvey.org/2020/03/anti-capitalist-politics-in-the-time-of-covid-19/>

KÜHL, B. M. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização. São Paulo: Ateliê, 2008.

LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. São Paulo: Editora Centauro, 2009.

MAFFESOLI, Michel. “A pandemia é o sinal de uma crise civilizatória”. O Globo. 04/04/2020. Em: <https://oglobo.globo.com/cultura/michel-maffesoli-pandemia-o-sinal-de-uma-crise-civilizatoria-1-24346714>

PRECIADO, Paul. Covid-19. Aprendendo com o vírus. 28/03/2020. Em: https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html

QUEIROGA, E. A megalópole e a praça: O espaço entre a razão e a ação comunicativa. São Paulo, 2001. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

_____. Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros, 2012. Tese de Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

SOLÀ-MORALES, I. de. Terrain Vague. In: SOLÀ-MORALES, I. de. Territorios. Barcelona, G. Gilli, 2002.

SOPA DE WUHAN: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. Em: https://www3.unicentro.br/defil/2020/05/08/livro-sopa-de-wuhan/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=livro-sopa-de-wuhan

02. /

Lais da Silva Rodrigues

A cidade esvaziada.

Resumo./

A proposta deste capítulo reside na construção de uma breve reflexão entre o comportamento das ações políticas-sanitárias no combate a febre amarela que acometeu a sociedade de Araraquara, cidade situada no interior paulista, no período de 1895 até 1898, e as medidas tomadas no combate a COVID-19 (2020-2021). Para isto, é traçado um panorama do desenvolvimento das doenças, incluindo os efeitos do lockdown e um comparativo estatístico da duração das moléstias em relação ao número de vidas perdidas. É importante ressaltar que os estudos problematizam sobre a vinculação do processo de urbanização aliado ao saneamento básico e sua contribuição no controle das doenças. A evidência dessa correlação é conseguida a partir da revisão histórica e documental da cidade, por meio de bibliografia e registros oficiais disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Araraquara. As considerações finais não seguem de encontro a um ponto final, mas sim... reticências de um longo processo evolutivo das cidades em conjunto com a sociedade.

Palavras-chave: Lockdown; Araraquara-SP; COVID-19; Urbanismo; Cidade.

Introdução./

Compreender a disseminação de uma epidemia demanda tempo e suporte em várias áreas do conhecimento. O combate a processos epidemiológicos é uma questão importante que figura em destaque na última década, visto as várias moléstias que acometem a sociedade como um todo, antes de toda pandemia há uma epidemia. Basta um caminhar pela história para encontrar ciclos repetidos de ações sanitárias e urbanas (urbanismo sanitário) no enfretamento de doenças como: varíola, malária, febre amarela, influenza A (H1N1), SARS e, atualmente, COVID-19. Precisamos aprender com o passado para alcançarmos o futuro. A sociedade pós-pandêmica não existe, o que existe é uma sociedade permanentemente pandêmica, cíclica, que de tempos em tempos ganha fôlego para caminhar até iniciar novamente todo o processo em busca de uma nova “cura”.

A proposta deste capítulo reside na construção de uma breve reflexão entre o comportamento das ações políticas no combate a febre amarela que acometeu a sociedade de Araraquara, cidade situada no interior paulista, e as medidas tomadas no combate a COVID-19, assim como seus efeitos perante a sociedade de cada época através do lockdown.

Mas o que seria o lockdown como medida protetiva? A expressão, de origem inglesa, significa “confinamento”. Porém, pode ser interpretada de muitas formas dependendo do contexto utilizado. Em época de pandemia, o termo foi adotado como referência as medidas mais restritivas tomadas por governos como forma de combate aos avanços dos números de contaminados. Em resumo, é o fechamento dos estabelecimentos não essenciais à sociedade e, em alguns casos, inclui o fechamento de alguns serviços essenciais, exceto saúde e segurança pública.

O objetivo dessa medida extrema é restringir a circulação de pessoas para garantir o devido distanciamento social e reduzir o número de contaminação e mortes decorrentes da doença. Porém, toda medida extrema possui certo tipo de efeito dominó nos vários níveis estruturais da sociedade, afetando desde a economia até a saúde mental da população.

Em 1895 Araraquara tornou-se uma cidade praticamente deserta durante o enfretamento da febre amarela. Agora, em 2021, presenciemos um comportamento parecido no combate a COVID-19. O que levou os governos das épocas a tomarem essa decisão? Quais medidas sanitaristas foram tomadas? O curso da epidemia de febre amarela foi estudado e catalogado por pesquisadores, ele serve de auxílio ao combate da COVID-19? Mais uma vez o passado ensina o presente e, quem sabe, o futuro? Como Bauru, cidade do interior paulista que não aplicou o lockdown, está em comparação a Araraquara? Essas são questões que pretendemos levantar para o entendimento da importância de uma

ação consciente no combate as doenças que assolam a sociedade. Para tal tarefa, nos apoiaremos em bibliografias (artigos, dissertações e teses), documentos oficiais (nacionais e municipais) e memórias registradas em álbuns organizados por memorialistas.

Segue o glossário dos termos que serão utilizados:

SURTO: aumento inesperado do número de casos de determinada doença em uma região específica.

ENDEMIAS: são aquelas doenças que se manifestam apenas numa determinada região, não se espalha por outras comunidades, mesmo com duração contínua. No Brasil, a febre amarela, hoje, é considerada uma doença endêmica, sendo comum na Amazônia. Por esse motivo, que no período de infestação da doença, as pessoas que viajam para essa região precisam de vacina.

EPIDEMIA: caracterizada por uma doença infecciosa e transmissível que ocorre numa comunidade ou região, podendo ser de nível municipal, estadual e nacional. Ela pode se espelhar rapidamente entre as pessoas, originando vários surtos, em decorrência de mutações do agente transmissor da doença ou pelo surgimento de um novo agente (desconhecido). A gripe aviária é um exemplo de doença que se iniciou com um surto epidêmico.

PANDEMIA: a pandemia é uma epidemia que atinge nível mundial, ou seja, um ou mais continentes, causando inúmeras mortes ou assolando cidades. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia pode ter início através do surgimento de uma nova doença. Alguns exemplos são: AIDS, tuberculose, peste, gripe asiática, gripe espanhola, tifo, etc.

(HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA TEREZA, 2020)¹



Figura 1 - Sobreposição de imagens utilizando a base de dados da internet (2021) que ilustram o combate à evolução epidemiológica./

¹ Citação direta da redação Santa Tereza, disponível em < <https://hospitalsantatereza.com.br/surto-endemia-epidemia-e-pandemia-saiba-a-diferenca/>>. Acesso em 21 de maio de 2021.

A febre amarela sobe a serra: 1º *lock-down?*

[...] no desenvolvimento da civilização (...) o preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização é uma perda da felicidade pela intensificação do sentimento de culpa”

(FREUD, 2006: 137, in COSTA, 2016, p. 15).

O pensamento freudiano indica que para ganhar algo é necessário perder algo em troca. Simbiose gravada na história do desenvolvimento das cidades, onde há necessidade de algum tipo de sobressalto e, às vezes, as mudanças são decorrentes do progresso de expansão à custa do bem estar social.

No caso de Araraquara, do início do século XX, não foi diferente. Com a instalação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1885) a disputa de poder do sistema coronelista atenuou e a febre amarela alcançou o planalto do interior paulista.

Segundo Telarolli Junior (1993), em análise ao registro de óbitos, fornecido pela Prefeitura de Araraquara, a epidemia de febre amarela perdurou 4 anos e ceifou 548 vidas, com a última morte pela doença registrada em 1899. O número exato de vidas perdidas durante a epidemia é incerto, pois, inicialmente, a doença não era diagnóstica de forma correta e, em muitos casos, as mortes eram eclipsadas pelo governo municipal.

Nos primeiros anos da década de 1890 a febre amarela não se manifestou em Araraquara e a primeira morte importada pela doença foi registrada em 1893, um caso entendido como aleatório. A doença reapareceu em 1894 e, novamente, importada de outra localidade. Após o segundo óbito, um ano se passou sem notícias da moléstia; até que, em abril de 1895, a doença eclodiu e foram registrados 14 óbitos no mesmo mês.

Telarolli Junior (1993) ressalta que antes da febre amarela ser uma doença epidêmica, disseminada pelos trilhos do trem, ela já era uma doença endêmica nos portos brasileiros. Dentro dessa correlação doença-transportes, as autoridades sanitárias executaram medidas profiláticas que iam desde a instalação de estufas para desinfecção de roupas e bagagens dos passageiros, até o isolamento e vigilância dos passageiros vindos dos locais de epidemia. Medidas resultantes dos esforços para conter a moléstia que assolava principalmente o interior do estado de São Paulo, detentor de grande concentração da produção cafeeira do

país. Ainda de acordo com o autor, os anos entre 1880-1890 foram os de “maior crescimento da malha ferroviária paulista”, esse fato colaborou com a redução do isolamento do interior do estado e proporcionou uma troca de informações mais rápida com a capital.

A relação do ciclo de disseminação da doença, café-ferrovias-imigrantes-febre amarela, foi descoberta pelo engenheiro sanitarista Theodoro Sampaio, que observou que onde o café não era cultivado não havia registro da doença, pois a concentração e a circulação de imigrantes era baixa ou inexistente.

Cabe ressaltar que as vertentes higienistas são de grande influência na reestruturação das cidades ao longo dos séculos. A preocupação com medidas sanitárias que abrandassem a disseminação de doenças e outros males remonta há anos anteriores ao Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894. A Lei do Governo Geral de 1º de outubro de 1828, intitulada “Lei da estruturação dos Municípios” e assinada por D. Pedro I, determina que, entre outros saberes e deveres, a limpeza e a iluminação das ruas devem ser realizadas, assim como os reparos das calçadas e postes, e quaisquer outras construções que tragam benefícios e bem estar aos habitantes (BRASIL, 1828). Com a nova lei de 1828, as preocupações com a salubridade pública são afloradas e passam a ter maior discussão em torno de novos locais de sepultamento dos habitantes, que até então eram realizados no interior das igrejas sob seus assoalhos e após a lei foram proibidos.

De acordo com o observado, tais vertentes vão além de simples medidas de embelezamento das cidades, elas perpassam pelas infra-estruturas físicas, econômicas e sociais de todo o sistema já instaurado. Aqui, devemos lembrar a importância que essas leis possuem nas noções de ordem, higiene, urbanidade, civilidade e saneamento nos alicerces para a construção e reestruturação das cidades.

Em Araraquara, o cumprimento da lei de 1828, a respeito do cemitério, foi adiado até o ano de 1835, quando finalmente foi escolhido um novo local para sepultamento dos habitantes. A postergação da escolha do novo local de sepultamos foi devido ao desgosto da população com a construção do cemitério fora dos limites do município e a falta de verba municipal, que culminou em uma carta resposta ao ofício recebido do Presidente da Província:

[...] respondendo ao Exmo. Presidente, que nêste município não há fundos, e que os rendimentos desta Câmara apenas chegam para os seus empregados; e diga-se mais que se passa a marcar o lugar; aqui, por enquanto se continua a sepultar os corpos no cemitério existente fora do recinto do templo, porém, unido à Matriz, até se poder preparar no outro lugar.

(ALMEIDA, 1948, p. 16).

Araraquara não sepultava mais os corpos dentro do templo, mas continuaria com os sepultamentos em terreno adjacente a Matriz de São Bento, encravada no meio da cidade, até que pudessem custear a construção de um novo local. Não nos cabe debater aqui os possíveis problemas resultantes da localização do cemitério até então existente, mas vale ressaltar que no pátio da Matriz corria um córrego denominado “Córrego da Servidão” e o mesmo forneceu água à população por 45 anos (figura 2).



Figura 2 - Fotografia pertencente ao acervo do Museu de Araraquara, onde se vê a terceira Matriz de São Bento e o Córrego d'água, ano de 1885./



Figura 3 - Montagem com gravura publicada em Londres, em 1866, representa o risco do consumo de água fornecida por uma fonte contaminada./

Em 1885, a Companhia Paulista chega a Araraquara e traz consigo o desenvolvimento da região, até então considerada “boca do sertão”, através da exportação do café para várias outras localidades do país e, com isso, importa a febre amarela para a cidade.

Onze anos mais tarde, em 1896, a situação sanitária foi agravada com a inauguração da Companhia Estrada de Ferro Araraquara (EFA), com sua primeira locomotiva circulando em 1898 (**BERGAMIM, 2015**). Com a implantação da ferrovia km 0, uma grande rede de apoio foi instalada ao seu redor aumentando o fluxo de pessoas (nativos e estrangeiros) e o fluxo econômico, culminando na expansão urbana com a inserção de novas vilas e cortiços. A nova dinâmica social facilitou a disseminação de doenças, antes endêmicas, através dos trilhos.

A febre amarela já assolava o interior paulista antes de chegar a Araraquara. Tendo isso em vista, a seção técnica da Câmara Municipal, em 28 de março de 1893, aprovou a criação do Código de Posturas ou Lei Orgânica do Poder Executivo Municipal para combater as epidemias que por ventura viessem atingir a cidade. O projeto não teve continuidade, pois em 1895 a epidemia alcançou Araraquara e o governo municipal o substituiu por uma Comissão Sanitária para restabelecer a salubridade da cidade (**TELAROLLI JUNIOR, 1993**).

Assim como todas as grandes moléstias, a febre amarela acometeu a sociedade araraquarense em vários níveis estruturais. Devido a sua alta taxa de letalidade, foi responsável pela desestruturação de todo o sistema político, social, administrativo e econômico da cidade. O governo, regido pelo coronelismo, minimizava a propagação da notícia e não incentivava a imprensa a divulgar os casos relatados com o intuito de não causar pânico na população. Somente após a morte de figuras importantes da sociedade araraquarense, as autoridades não puderam mais esconder a calamidade dos casos e soaram o alarme para o êxodo da cidade (**ALMEIDA, 1948**).

Com o êxodo em massa da população de Araraquara, a doença foi transportada para outras localidades através de pacientes infectados, colaborando para a disseminação pelo planalto do oeste paulista. Aos poucos Araraquara transfigurou-se em uma cidade praticamente abandonada com o fechamento de todas as casas de comércio e o êxodo de grande parte da população, deixando seus animais para morrerem por inanição (agravando a situação de higiene pública), lixo acumulado no quintas, o que favorecia na proliferação dos mosquitos em recipientes com água parada. Perante esses fatores a sede administrativa foi transferida para Américo Brasileiro.

O ano de 1895 chega ao fim contabilizando 228 mortes registradas por febre amarela.

A Comissão Sanitária adotou diversas medidas de saneamento urbano no decorrer dos anos da epidemia (1895-1898). Entre elas citamos as mais significativas: construção do sistema de abastecimento de água potável; coleta de lixo; desinfecção das ruas e casas de forma compulsória; isolamento compulsório da população infectada no antigo lazareto de variolosos – reaberto para atender as necessidades da epidemia; plantio de mil eucaliptos nas ruas da cidade para purificação do ar; construção do novo cemitério em 1896¹ (um destinado à febre amarela e outro às mortes de outras procedências); tamponamento das foças sanitárias compreendidas como contaminadas - foças perto de focos da doença; aplicação de cal virgem nas vias públicas, nos quintais e hortas, e caiação compulsória de casas e muros (**TELAROLLI JUNIOR, 1993**). O melhoramento urbano se torna um aliado na contenção da epidemia, além da ampla fiscalização praticada pela Comissão de Saneamento na cidade de Araraquara através da busca ativa dos infectados ocultos.

¹ *A situação era caótica, não muito diferente da pandemia hoje enfrentada. Telarolli Junior(1993) aponta em sua tese as dificuldades enfrentadas para o sepultamento e a implantação de especificações técnicas sobre o traslado dos corpos, especificações dos ataúdes e dimensões das covas – onde, por sua vez, eram enterrados mais de um corpo em um só caixão.*

Araraquara após Febre Amarela./

Após o término da epidemia, a cidade passou por mais uma remodelação com o objetivo de subtrair da memória dos habitantes os anos suprimidos pela febre amarela embates políticos e sociais de extrema violência². A remodelação teve como foco principal a parte central da cidade, que recebeu luz elétrica em 1908, as ruas principais foram calçadas com paralelepípedo e a arborização das calçadas foi realizada. Além da remodelação para o embelezamento, a cidade recebeu melhorias nos equipamentos de serviços à população: através da expansão da rede de abastecimento de água (1911), prolongamento da estrada de ferro (1908); construção do Banco de Araraquara (1911); do Teatro Municipal e a Beneficência Portuguesa (1914), do Hotel Municipal (1916), da Maternidade e Gota de Leite (1916), do Asilo de Mendicidade (1917), do Ginásio Municipal (1920), da Escola de Farmácia e Odontologia e a Fábrica de Laticínios (1923); o Colégio Progresso (1924); a sede social do Clube Araraquarense (1925), entre tantos outros. Na economia, foram suspensas as taxas e juros para incentivar os comerciantes a retomada de seus estabelecimentos.

O cemitério central, lacrado até então, foi reaberto em 1906. Enquanto o cemitério de isolamento foi abandonado e fechou seus portões em 1908.

A economia baseada na produção do café continuou sendo a principal fonte de renda, movimento e expandindo a vida urbana para atender as necessidades de uma população que contava com 37.000 habitantes em 1910, em grande maioria estrangeira ou filhos de estrangeiros – mesmo com a suspensão da imigração apoiada pelo Governo do Estado.

As medidas de higiene pública foram mantidas e outras implantadas por dispositivos de leis municipais com o passar dos anos, tais como:

[...] proibição de cães soltos pelas ruas da cidade, sob pena de sacrifício do animal por um fiscal municipal. No ano seguinte fora nomeado um médico municipal para cuidar da vacinação no município e da fiscalização da higiene em geral, e prover os pobres de assistência médica.

(TELAROLLI JUNIOR, 1993, p.415).

2 *Os Álbuns de 1915 e 1948 relatam acontecimentos sociais e políticos violentos na cidade de Araraquara no mesmo período que a febre amarela assolava a comunidade.*

Em 1902, o Código de Posturas foi retomado e publicado.

Além da febre amarela outra epidemia assolou Araraquara, porém com menor violência que sua antecessora. A varíola atingiu a cidade em três surtos, em 1905, 1911 e em 1913, contabilizando menos de 20 mortos em cada um.

O saldo de mortes pela doença durante os quatro surtos consecutivos de febre amarela (tabela 1), somam números elevados visto à população estimada da época:

- População em 1837: 2.764 habitantes (antes da epidemia);
- População em 1874: 7.128 habitantes, sendo 5.711 livres e 1.417 escravos (antes da epidemia);
- População em 1886: 9.500 habitantes, sem registro de livres e escravos (ferrovia);
- População em 1900: 28.900 habitantes, sendo 5.780 residentes na sede municipal e 23.120 nas fazendas ou núcleos urbanos vizinhos (ferrovia e pós-febre amarela);
- População em 1902: auge da produção cafeeira, a população da sede municipal era de apenas 4.046 habitantes.

TOTAL DE ÓBITOS POR FEBRE AMARELA EM ARARAQUARA (1895-1898)

MÊS	ANO			
	1895	1896	1897	1898
JANEIRO	-	70	-	-
FEVEREIRO	-	25	-	-
MARÇO	-	35	-	5
ABRIL	14	34	-	20
MAIO	24	26	4	59
JUNHO	42	7	22	10
JULHO	4	1	-	2
AGOSTO	2	-	-	-
SETEMBRO	4	-	-	-
OUTUBRO	14	1	-	-
NOVEMBRO	48	-	-	-
DEZEMBRO	80	-	-	-
TOTAL	228	199	26	96

TOTAL GERAL

549

Tabela 1 - Tabela de óbitos por febre amarela no município de Araraquara – 1895/1899./

Fonte: TELAROLLI JUNIOR, 1993, editada pela autora (2021)

Em 49 anos, o crescimento populacional de Araraquara foi de apenas 4.364 habitantes, entre livres e escravos. Um salto na linha temporal para o ano de 1886, um ano após a chegada da Cia. Paulista à cidade, o município soma 2.385 habitantes a mais em apenas 12 anos, crescimento que representa 54,65% do aumento populacional de 49 anos, números que evidenciam a importância da ferrovia no crescimento e desenvolvimento de Araraquara. De 1886 até 1900, França (1915) aponta um crescimento de 19.400 habitantes. Porém, precisamos levar em consideração o número de habitantes residentes na sede municipal, que é de apenas 5.780 moradores contra 23.120 residentes nas fazendas e núcleos urbanos vizinhos. Nesse período a área rural, somada aos vilarejos adjacentes, obteve maior crescimento populacional devido ao êxodo da sede municipal.

De acordo com os registros encontrados, os surtos da doença foram classificados por períodos e não por anos. De abril a junho de 1885, Araraquara enfrentava a primeira onda da doença, contabilizando, oficialmente, 80 mortes. O segundo teve início em outubro de 1895 até junho de 1896, classificada como a pior onda da doença, ceifando 339 vidas. O terceiro, e mais leve dos surtos, contabilizou 26 mortes decorrentes da febre amarela. Por último, e não menos alarmante, o quarto surto registrou 93 vidas perdidas para a febre amarela. A última vítima fatal da doença na cidade foi registrada em 1899. Foram 549 vidas perdidas, o que representa 2,37% dos habitantes de Araraquara.

Entre adultos e crianças, registrou-se 152 óbitos do sexo feminino (27,6%) e 381 do sexo masculino (69,6%), aqui identificados como a população mais vulnerável por motivos sociais pertinentes à época. Conforme apresentado na tabela 2, que identifica a população mais vulnerável, a faixa etária com maior número de óbitos foi a da população ativa, dos 20 anos aos 40 anos, com 234 óbitos (42,9%).

% DE ÓBITOS POR FEBRE AMARELA EM ARARAQUARA (1895-1898): POR SEXO E FAIXA ETÁRIA

SEXO	%	FAIXAS ETÁRIAS	%
FEMININO	27,9	< 1 ANO	-
MASCULINO	69,6	1 A < 5 ANOS	2,3
IGNORADO	2,5	5 A < 10 ANOS	1,3
		10 A < 20 ANOS	10,7
		20 A < 30 ANOS	23,9
		30 A < 40 ANOS	19,0
		40 A < 50 ANOS	16,8
		50 A < 60 ANOS	8,3
		60 ANOS E +	6,5
		IGNORADO	11,2
Número total de óbitos 549			

Tabela 2 - Tabela de óbitos por febre amarela no município de Araraquara – 1895/1899 (sexo e faixa etária)./

Fonte: TELAROLLI JUNIOR, 1993 - editada pela autora (2021)

COVID-19: 2º e 3º lockdowns./

Aqueles que não aprendem com o passado estão condenados a repetir seus erros [...]. Em poucas áreas esta assertiva é tão verdadeira quanto na saúde pública. Quem quer que se tenha dedicado a esta tão ingrata quanto fascinante atividade vive sob a permanente impressão do déjà vu; e pior, aquilo que foi visto, e que é visto, não é agradável. A cíclica volta das pestilências ao Brasil, ainda que em circunstâncias sempre variáveis, é uma prova disto.

(SCLIAR,1993 in RIBEIRO, 2017).

135 anos se passaram desde o primeiro caso registrado de febre amarela na cidade de Araraquara até a nova crise do sistema de saúde, agora com proporções avassaladoras, assim como Scliar (1993) relata: “o que aconteceu e continua acontecendo não é agradável, a volta é cíclica, e a sensação de déjà vu constante para aquelas que possuem a memória resguardada é uma sombra que não se dissipa”. Muito além de uma epidemia, a nova doença atinge todos os continentes, caracterizando uma pandemia ainda em curso.

A Araraquara de 1895 e a atual Araraquara, possuem cenários diferentes e outras tecnologias, onde tudo pode intensificar a velocidade de propagação e mutações de doenças tão distintas. Uma está ligada diretamente ao acúmulo de água e dejetos em recipientes que viabiliza a criação do vetor *Aedes aegypti*, responsável por propagar o vírus quando estão infectados; a outra uma doença infecciosa causada por um coronavírus (SARS-CoV-2) onde os seres humanos são os vetores da disseminação por contato direto, indireto (através de superfícies contaminadas) ou próximo (gotículas respiratórias). Assim como a febre amarela, a COVID-19 será mais um capítulo de uma longa história de doenças que correram o mundo, a exemplo da Peste Negra (1347-1351) e da Gripe Espanhola (1918).

Entre tantas diferenças, há semelhanças. Assim como a febre amarela alcançou o planalto paulista pelos trilhos da ferrovia, a COVID-19 foi disseminada entre os continentes pelos meios de transportes, portos, aeroportos, rodovias e muitos outros. Em Araraquara, a febre amarela eclodiu nas áreas envoltórias da EFA e Vila Xavier; a COVID-19, pela amostra de concentração de casos fornecida pela prefeitura municipal (figura 3), guarda maior número de infectados na área central da cidade, proximidades da estação e Vila Xavier, com respectivamente 1.729 e 1.442 casos confirmados em agosto de 2021. A COVID-19 segue o mesmo rumo de propagação que a febre amarela em Araraquara: propagação em áreas próximas a meios de transporte de grande fluxo, áreas comerciais de in-

tensa circulação e segue se alastrar por toda cidade. O sistema doença-transportes, antes citado, ganha um novo agente: o adensamento urbano das cidades contemporâneas.

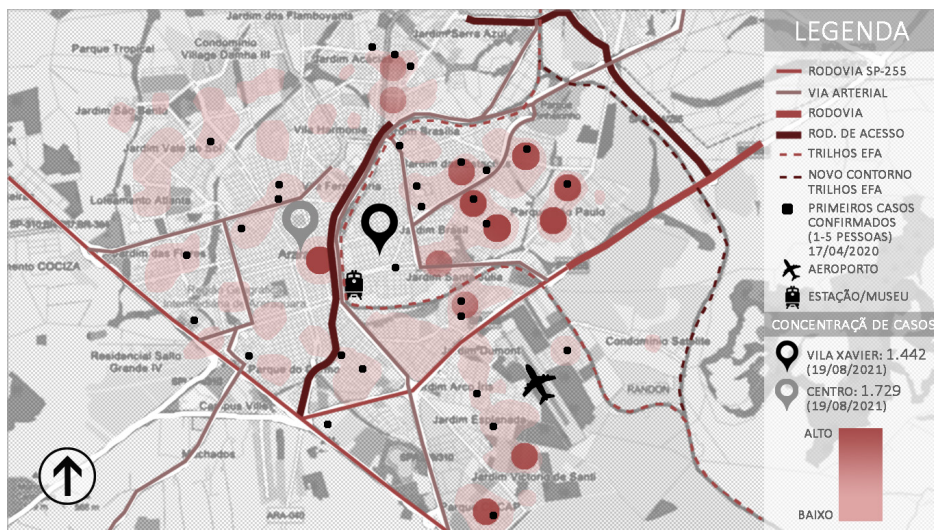


Figura 4 - Mapa de distribuição dos casos de COVID-19 pela cidade de Araraquara.
Fonte: Boletim Completo do Coronavírus do Estado de São Paulo - editada pela autora (2021)./

A COVID-19 alcançou Araraquara em 31 de março de 2020 e logo no primeiro dia foram 28 suspeitas de infecção, 3 casos confirmados e 1 morte registrada, um idoso de 84 anos. Diferente da febre amarela, a infecção por COVID-19 foi amplamente divulgada pela imprensa e muitas vezes usada como munição política nas relações entre município e federação. Nicolas de Condorcet, filósofo iluminista que viveu entre os anos de 1743 a 1794, afirmava que em situações propensas às disputas e tensões “são os lobos que nos falam” (LIMA, p.37, 1898). Um pensamento com mais de 227 anos que não perde a essencialidade e atualidade da questão: em momentos de crise a verdadeira natureza é revelada pelas ações.

Entre disputas políticas que não nos cabe aqui debater, o governo de Araraquara estrutura um plano de posturas públicas coordenadas, com o apoio instituições públicas e privadas, para conter o avanço da doença que antecederam o segundo *lockdown*, primeiro da COVID-19. Entre tais medidas de contenção, podemos citar o hospital de campanha em parceria com a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, localizada ao lado da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Vila Xavier; a formação de equipes de bloqueio para busca ativa dos infectados e testagem, enviando pacientes e familiares para quarentena; distribuição de kits de higiene para a população vulnerável; monitoramento de

pacientes infectados em tratamento domiciliar; envolvimento e auxílio da guarda municipal para a conscientização da população para permanecerem em suas residências.

Com um histórico de combate a moléstias vivo na memória, Araraquara promove um resgate às posturas públicas utilizadas no combate à epidemia de febre amarela de 1895. As ações foram reformuladas e aplicadas em conjunto com estratégias atuais à nova ambiência urbana. O *lockdown*, no entanto, foi inevitável. Após a confirmação de uma nova variante e o aumento massivo de casos confirmados da doença, Araraquara decreta o *lockdown* total em 21 de fevereiro de 2021 com duração de 10 dias. O município foi o primeiro a adotar o confinamento com medidas restritivas severas, que incluíam a suspensão do transporte público e o fechamento dos supermercados por uma semana.



Figura 5 - Você é feliz e nem sabe, margem do leito férreo da EFA em Araraquara. Fonte: acervo dos autores e editada pela mesma (2021)./

De acordo com dados apresentados pela Vigilância Epidemiológica de Araraquara em parceria com o Urbie - Grupo de Inovação e Extensão em Engenharia Urbana (2021), o cenário epidemiológico até a data de fechamento contabilizava 171 óbitos, 13.454 casos confirmados, com ocupação de 98% dos leitos de UTI e 97% da enfermaria.

O ano de 2021, em apenas 2 meses, vitimou 78% do total de óbitos do ano anterior (tabela 3) e com a superlotação do sistema de saúde, o *lockdown* foi uma medida emergencial para conter uma nova variante altamente contagiosa.

Com o fechamento mais restritivo da cidade, ajustes foram rea-

lizados para evitar o esgotamento de recursos dos habitantes, entre eles a liberação do sistema de retirada nos supermercados. Já o transporte público voltou ao funcionamento após 12 dias do decreto com lotação reduzida.

Para uma breve comparação entre posturas municipais adotadas, destacamos Bauru, que assim como Araraquara é classificada como uma cidade de médio porte, distante 131 km da cidade estudada. A adoção de medidas restritivas diferentes reflete no quantitativo de casos confirmados, óbitos e letalidade em ambos os municípios.

Em 1 ano de pandemia (2020), Araraquara registrou 8.327 casos confirmados e 92 mortes, que representam respectivamente 35,27 infectados a cada 1.000 habitantes e uma taxa de letalidade de 1,10%. De acordo com o censo realizado em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada de Araraquara era de 238.339 habitantes, ou seja, 3,49% da população testaram positivo para COVID-19 e 0,03% da população veio a óbito.

O lado oposto do comparativo, ainda analisando o ano de 2020, temos Bauru que registrou 20.724 casos confirmados e 299 óbitos; 54,63 infectados a cada 1.000 habitantes e a taxa de letalidade foi de 1,44%. Segundo o IBGE (2020), Bauru possuía uma população estimada de 379.297 habitantes (140.958 habitantes a mais que Araraquara), sendo 5,46% infectados e 0,07% de vítimas. Deve-se lembrar que a densidade demográfica de Bauru é de 515,12 hab/km², contra 207,90 hab/km² de Araraquara.

Os números de casos confirmados em Bauru no período de 01/01/21 a 02/03/21 representam 4,5 meses dos 12 meses de contágio do ano de 2020, ou seja, a pandemia avançou 4 meses em 2 com consequente aumento da letalidade, porém, não ultrapassando o número de óbitos. A análise do mesmo período em Araraquara apresenta um cenário alarmante, a pandemia avançou 9,5 meses em apenas 2 meses com relação ao ano de 2020; a porcentagem da letalidade da doença aumentou e o número de óbitos ultrapassou o número apresentado em 2020, tabela 3.

COMPARAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA				
INÍCIO ATÉ 31/12/2020				
ESFERA	CASOS CONFIRMADOS	ÓBITOS	CASOS POR 1.000 HABITANTES	LETALIDADE
GLOBAL	82.676.050	1.806.072	10,63	2,18%
BRASIL	7.675.781	194.976	36,32	2,54%
SÃO PAULO (ESTADO)	1.462.297	46.717	33,21	3,19%
ARARAQUARA	8.327	92	35,27	1,10%
BAURU	20.724	299	54,63	1,44%

01/01/2021 a 02/03/2021			
CASOS CONFIRMADOS	ÓBITOS	CASOS POR 1.000 HABITANTES	LETALIDADE
6.527	125	27,38	1,91%
7.722	120	20,35	1,55%

Tabela 3 - Tabela de comparação Epidemiológica – Início até 02/03/2021./

Fonte: Boletim Completo do Coronavírus do Estado de São Paulo - editada pela autora (2021)

Passados os 15 dias do término do *lockdown*, a média móvel de contágios por COVID-19 registrou uma queda de 74% nos casos, 21% nas interações e 42% nos óbitos. Os números em declive, consequentes do fechamento mais restritivo, estabilizaram os casos de novas infecções por aproximadamente 3 meses. No dia 20 de junho de 2021 um novo *lockdown* foi decretado em decorrência do aumento de casos devido a flexibilização, conforme gráfico 1.

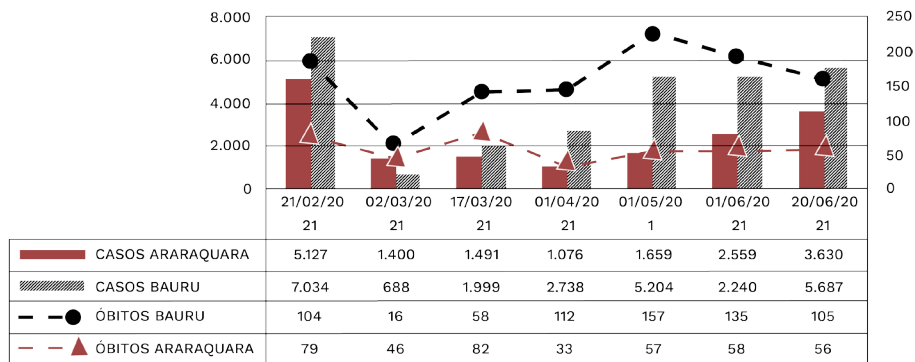


Gráfico 1 - Curva de contágio após o segundo lockdown./

Fonte: Boletim Completo do Coronavírus do Estado de São Paulo - editada pela autora (2021).

Os efeitos do fechamento total de uma cidade são sentidos em várias escalas sociais. No caso de Araraquara, que possui sua economia voltada à agroindústria, o cenário é resiliente, tal como um elástico levado ao ponto de ruptura, sofre deformidades, porém consegue se adaptar conforme a deformação regride.

De acordo com os registros encontrados, é possível identificar a população mais vulnerável à contaminação e óbito pelo novo coronavírus em Araraquara. Foram 92 vidas perdidas e 8.327 casos confirmados no ano de 2020; entre adultos e idosos, 35 do sexo feminino e 57 do sexo masculino vieram a óbito, sendo a faixa etária dos acima de 70 anos com maior índice de óbitos registrados (28 homens e 21 mulheres). Por outro lado, a população mais vulnerável ao contágio foi a população ativa de 2 faixas etárias, dos 20 aos 29 e dos 30 aos 39 anos, com foco na população do sexo feminino, conforme tabela 4. É importante ressaltar que não houve registro de mortes nas faixas etárias iniciais em nenhum sexo no ano de 2020.

**% DE ÓBITOS E CONTÁGIO POR COVID-19 EM ARARAQUARA:
POR SEXO E FAIXA ETÁRIA**

IDADE	2020				ÓBITOS			
	CONFIRMADOS				FEM.		MASC.	
	FEM.		MASC.		FEM.		MASC.	
< 1 ANO	7	0,08%	15	0,18%	-	-	-	-
1 A < 4 ANOS	48	0,58%	67	0,80%	-	-	-	-
5 A < 9 ANOS	49	0,59%	41	0,49%	-	-	-	-
10 A < 19 ANOS	269	3,23%	191	2,29%	-	-	-	-
20 A < 29 ANOS	1.012	12,15%	782	9,39%	-	-	-	-
30 A < 39 ANOS	1.055	12,67%	938	11,26%	2	2,17%	-	-
40 A < 49 ANOS	868	10,42%	750	9,01%	2	2,17%	5	5,43%
50 A < 59 ANOS	581	6,98%	535	6,42%	2	2,17%	6	6,52%
60 A < 69 ANOS	371	4,46%	302	3,63%	8	8,70%	18	19,57%
> 70 ANOS	271	3,25%	175	2,10%	21	22,83%	28	
30,43%								
TOTAL 1	4.531	54,41%	3.796	45,59%	35	38,04%	57	61,96
TOTAL 2		8.327 - 100%			92		100%	

Tabela 4 - Tabela de óbitos e contágio COVID-19 no ano de 2020 no município de Araraquara./

Fonte: Boletim Completo do Coronavírus do Estado de São Paulo - editada pela autora (2021)

A amostra do ano de 2021 não é conclusiva, mas é possível identificar que o comportamento do contágio e o registro de óbitos seguem a mesma linha do ano anterior. A população com maior letalidade continua com foco no sexo masculino, porém há uma inversão na faixa etária dos 70 acima, antes os homens registravam maior número de óbitos, agora as mulheres ultrapassaram a contagem. Já nos contágios não houve inversão em nenhum dos parâmetros da população alvo com maior vulnerabilidade (tabela 5).

**% DE ÓBITOS E CONTÁGIO POR COVID-19 EM ARARAQUARA (2021):
POR SEXO E FAIXA ETÁRIA**

IDADE	2021 (ATÉ 19/08)				ÓBITOS			
	CONFIRMADOS				FEM.		MASC.	
	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.
< 1 ANO	17	0,06%	23	0,08%	0	0,00%	0	0,00%
1 A < 4 ANOS	179	0,61%	218	0,75%	0	0,00%	0	0,00%
5 A < 9 ANOS	226	0,77%	245	0,84%	0	0,00%	0	0,00%
10 A < 19 ANOS	1193	4,09%	1.107	3,79%	1	0,18%	0	0,00%
20 A < 29 ANOS	2.925	10,02%	2.694	9,23%	7	1,23%	2	0,35%
30 A < 39 ANOS	3.317	11,36%	3.140	10,76%	18	3,16%	20	3,51%
40 A < 49 ANOS	2.835	9,71%	2.615	8,96%	27	4,75%	45	7,91%
50 A < 59 ANOS	2.026	6,94%	1.930	6,61%	37	6,50%	74	13,01%
60 A < 69 ANOS	1.354	4,64%	1.268	4,34%	54	9,49%	84	14,76%
> 70 ANOS	1.057	3,62%	825	2,83%	111	19,51%	89	15,64%
TOTAL 1	15.129	51,82%	14.065	48,18%	255	44,82%	314	55,18%
TOTAL 2	29.194		100%		569		100%	

Tabela 5 - Tabela de óbitos e contágio por COVID-19 em Araraquara (2021) – por sexo e faixa etária./

Fonte: Boletim Completo do Coronavírus do Estado de São Paulo - editada pela autora (2021)

O cenário pós-febre amarela em Araraquara é o possível reflexo de uma sociedade baseada no patriarcado, o homem como provedor do sustento familiar e da vida economicamente ativa da cidade; deste modo, os óbitos registrados pela doença foram concentrados na população ativa do sexo masculino. Porém, a Araraquara que enfrenta a COVID-19, possui parâmetros indicativos da mudança do comportamento social no decorrer do último século, onde a mulher passa a integrar a vida econômica ativa da cidade e figura no maior número de contágio da população economicamente.

Urbanismo na prevenção de epidemias: um olhar para a cidade./

O desafio ao repensar a cidade e suas práticas urbanas está enraizado no dia-a-dia da população, uma sociedade voltada ao modelo “carrocêntrico”, agravado ainda mais pela pandemia da COVID-19, se mostrou insustentável em longo prazo. Para Rolnik, em entrevista a Hailer (2021), o espaço público pertence a todos, porém não pode ser capturado em grande parte pelos automóveis, caminhões e todo tipo de veículo motorizado. Observamos as reformas urbanas do século passado, com suas grandes avenidas rasgadas para acolher o desenvolvimento acelerado proporcionado pela industrialização, não se trata apenas de uma demanda por mobilidade, é principalmente uma demanda por saúde. A análise de Rolnik segue a vertente urbanística em defesa da vida, da vida consciente e compatível da cidade com a sociedade e com o meio ambiente, existimos porque coexistimos em simbiose. Mas até quando a equação de equivalências irá conseguir fechar um resultado? Até quando resistiremos em condições incompatíveis com o desenvolvimento sustentável? A sociedade está adoecendo lentamente, com ciclos cada vez mais diminutos entre epidemias e pandemias. Respostas para essas questões formaria um livro à parte, não nos prolongaremos.

[...] o modelo carrocêntrico está nos matando, matando nos acidentes de trânsito e na poluição.

(ROLNIK, 2021 in HAILER, 2021).

Uma morte agonizante, lenta e evitável. A chamada utopia urbanística de Da Vinci sobre cidades caminháveis e conectadas com todos os espaços urbanos não é mais uma utopia e sim uma realidade a ser empregada de forma progressiva, munida por planos de ações, diretrizes, prazos e envolvimento da comunidade. O que nos faz retomar a cidade objeto deste trabalho, Araraquara, e o Projeto de Lei nº 247/2018, “Araraquara 2050”.

O plano Araraquara 2050, escrito em setembro de 2018, possui o objetivo de “promover um macroplanejamento estratégico do desenvolvimento do município, de curto, médio e longo prazo, respaldado no potencial econômico, ambiental e social”, com o envolvimento de instituições de ensino, entre elas a Universidade Estadual Paulista – UNESP, no intuito de promover um planejamento organizado e participativo de um modelo de “cidade compacta, integrada e policêntrica” sem abandonar suas raízes fincadas no passado ferroviário, porém com uma nova

frente à economia sem deixar de lado questões sociais e ambientais que envolvem o planejamento e construção de uma cidade funcional, que visa a “redução das desigualdades”. Ressaltamos que o plano foi escrito antes do início da pandemia por COVID-19, mas pode ser entendido como um plano de ação mitigatório para os possíveis efeitos estruturais que a doença pode vir a deixar como passivos existentes.

Que cidade queremos e quais são os desafios de curto, médio e longo prazos para Araraquara? Quais as dificuldades que persistem e os obstáculos ainda a serem superados para o alcance de um desenvolvimento sustentável? Como enfrentar os passivos existentes? Como avançar na inclusão social? Como criar ambientes ainda mais propícios para o desenvolvimento, onde crescimento econômico, justiça social e proteção do meio ambiente sejam fios que se entrelaçam no tecido de um futuro comum, com maior coesão social? Como transformar espaços públicos em espaços vivos da cidade?

(ARARAQUARA, 2018).

Estas são as indagações que o plano nos traz, seguindo os preceitos da Agenda de 2030 que estabelece 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a fim de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer os recursos da geração futura com o uso sustentável do ecossistema aliado a infraestrutura, saúde e economia inclusivas.

Algumas considerações./

A relação urbanismo e doenças remontando a era do renascimento e seus grandes idealizadores, a exemplo de Leonardo Da Vinci com o esboço da “cidade ideal” ou “utopia urbanística” e o projeto de canais dedicados à navegação e saneamento para combater a peste negra na Itália do século XV. Seis séculos adiante e o tema permanece, pois a cidade como organismo vivo cria novos desenhos e redesenha suas formas antigas almejando o melhor desdobramento para a mobilidade e saneamento. A busca por espaços urbanos limpos e pela melhor caminhabilidade, entre tantas outras possibilidades, é constante e infindável. Como arquitetos e, acima de tudo, urbanistas, devemos nos preocupar com o bem estar da sociedade, não somente de um determinado grupo social. É preciso repensar o modelo de gestão, dos projetos desenvolvidos, conhecer e fazer conhecer a cidade para que esta se projete em longo prazo através de um outro olhar. O planejamento urbano deve ser plural e policêntrico, não uma constaste medida mitigatória em contrapartida de uma epidemia ou pandemia. A chamada utopia urbanística de Da Vinci sobre cidades caminháveis, salubres e conectadas com todos os espaços urbanos não é mais uma utopia e sim uma realidade a ser empregada de forma progressiva, munida por planos de ações, diretrizes, prazos e envolvimento da comunidade.

Referências Bibliográficas./

ALMEIDA, Nelson Martins de. Álbum de Araraquara: 1948. Araraquara: Prefeitura Municipal de Araraquara. 1915. Disponível em: <<https://www.camara-arq.sp.gov.br/noticias/album-de-araraquara-1948,02-09-2016>>. Acesso em 05 abr. 2021.

ARARAQUARA. Projeto de Lei Nº 247/2018, de 14 de setembro de 2018. Institui o Programa Araraquara 2050 e dá outras providências. Disponível em: <<http://consulta.camara-arq.sp.gov.br/ProjetosLei/247-2018>>. Acesso em set. 2021.

BERGAMIM, Francisco de Assis. E era assim... Abrindo as cortinas de ferro das memórias dos trabalhadores das oficinas da E.F.A. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Centro Universitário de Araraquara - UNIARA, Araraquara - SP, 2015. 267 p. Disponível em: <<https://m.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/dissertacoes/2015/francisco-assis-bergamim.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2020.

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Brasília. Presidência da República do Brasil, 1828. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm#:~:text=LEI%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO,e%20dos%20Juizes%20de%20Paz.&text=Art.,sete%2C%20e%20de%20um%20Secretario.>. Acesso em 05 abr. 2021.

COSTA, Luiz Augusto Maia. Theodoro Sampaio, o Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894 e as exigências da modernidade. Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), vol. 14, num. 2, 2016, p. 15-22. Disponível em:<<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v14i2p15-22>>. Acesso em 15 jun. 2021.

FRANÇA, Antônio M. Álbum de Araraquara: 1915. Araraquara: Prefeitura Municipal de Araraquara. 1915. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/hwbatv8eyzwrk4/ALBUM-1915.PDF?dl=0>>. Acesso em 05 abr. 2020.

LIMA, Olympio. O Crime de Araraquara. Reedição: Tito de Abreu Cassoni; revisão de Amanda Carneiro; capa Manoela Cazzoni. 1 ed. Araraquara: [s.n.], 2020.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Febre Amarela... Uma das histórias sem fim. Com Ciência Revista Eletrônica de Jornalismo (Online), vol. 189, 2017. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/febre-amarela-uma-das-historias-sem-fim/>>. Acesso em 20 jun. 2021.

HAILER, Marcelo. Raquel Rolnik: O modelo carrocêntrico da cidade está nos matando. Fórum, 2021. Disponível em: < <https://revistaforum.com.br/noticias/raquel-rolnik-cidade-modelo/#>>. Acesso em 25 set. 2021.

TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. Poder e Saúde: A república, a Febre Amarela e a Formação dos Serviços Sanitários no Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas - Unicamp, Campinas - SP, 1993. 467 p. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/313818?mode=-full>>. Acesso em 15 mar. 2020.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

03. /

Heber Macel Tenório Vasconcelos

**Um bairro que
desliza: vazios
*inconclusos.***

Resumo./

Este capítulo está organizado em três momentos: Estrias de Jaraguá; o Jaraguá que Desliza; e, Inconclusões. Foi escrito sob lentes pós-críticas e abordagem qualitativa, com objetivo de propor uma reflexão crítica dirigida à importância da existência de inconclusões em nossa escrita acadêmica, em nosso modo de ler, interpretar e pensar Arquitetura e Urbanismo. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica e aplicado o método da cartografia depreendido de Deleuze e Guattari e de Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2009). O capítulo conclui deixando os seguintes questionamentos: quando aprenderemos a amar o que não concluímos? Quando amaremos nossas inconclusões? Quando aprenderemos com o processo e não com o fim?

Palavras-chave: Jaraguá, Liso e Estriado, Inconclusões, Maceió, Cartografia.

Introdução./

Este capítulo está organizado em três momentos: Estrias de Jaraguá; o Jaraguá que Desliza; e, Inconclusões. As ideias de deslizamento e de estriagem que serão abordadas foram derivadas de “O liso e o estriado” contido no livro *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* de Deleuze e Guattari (2011). Em *Estrias de Jaraguá – Conclusões e Preenchimentos*, buscarei evidenciar como a história tida como oficial pode reduzir espaços, produzir estriamentos e ser entendida com efeito de verdade. Já no segundo momento, em *O Jaraguá que Desliza – Vazios Inconclusos*, apresentarei o resultado de minha cartografia no Bairro. A referida cartografia foi construída em forma de carta e postais e contém o que me atravessou como espaço liso, molecular e não estratificado. Tal cartografia foi desenvolvida com base em Deleuze e Guattari e no livro *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*, organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (2009). Por fim, em *Inconclusões*, proponho um exercício crítico dirigido à importância da existência de inconclusões em nossa escrita acadêmica, no modo de pensarmos projeto e de lermos, interpretarmos e pensarmos Arquitetura e Urbanismo.¹

1 *Arquiteto e Urbanista formado Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais -*

Estrias de Jaraguá – Conclusões e Preenchimentos./

“[...] Espaço estriado, – [...] espaço sedentário, – onde se desenvolve [...] o espaço instituído pelo aparelho de Estado [...]”

(DELEUZE e GUATTARI, 2011e, p. 179)

Não poderia falar sobre o Jaraguá que desliza sem antes falar sobre o Jaraguá estriado. Este tópico foi desenvolvido a partir da história dita como oficial sobre o bairro de Jaraguá em Maceió – AL, encontrada em livros de história, em dissertações, teses e em publicações científicas. Jaraguá é reconhecido por diversos pesquisadores, e pela sociedade em geral, como centro histórico. Diversas referências bibliográficas demonstram seu papel e sua importância na formação e na consolidação de Maceió como entreposto comercial e, posteriormente, como capital do estado de Alagoas (ALTAVILA, 1988; PEDROSA, 1998; ANDRADE, 2005; ATAÍDE, 2015; ARAÚJO, 2017, FORTES, 2018). Aqui observaremos como a o Jaraguá foi preenchido e capturado a partir de diferentes autores.

O nome “Jaraguá” tem origem indígena, podendo ter mais de um sentido, como, por exemplo, ser reconhecido por “Enseada das Canoas” (SANTOS, 1986). Sua provável origem, ocorreu no início do século XVI, a mando da Coroa Portuguesa. No local, foi instalada uma pequena vila de pescadores, com o objetivo de ocupar a enseada e evitar o contrabando de pau-brasil e outras mercadorias. Posteriormente, tal vila de pescadores veio a se tornar a Vila de Maceió (ATAÍDE, 2015). Segundo Altavila

(1988), entre o século XVIII e o século XX foram construídas e executadas a grande maioria das edificações hoje consideradas históricas. O primeiro armazém construído no bairro, também foi nomeado de “Jaraguá” (**ATAÍ-DE, 2015**). Além dos grandes armazéns, outras construções compuseram a paisagem durante grande parte do século XX, como os trapiches. Os trapiches eram pontes construídas em terra firme que se estendiam até o mar. Sua estrutura era portada por palafitas e se caracterizavam por suas longas extensões. Tais estruturas tinham a finalidade de facilitar o transporte das mercadorias importadas e exportadas até as embarcações, que não podiam chegar até a praia.

Entre o século XVIII e meados do século XX, Jaraguá passou por um grande processo de ascensão econômica. Em 9 de dezembro de 1839, devido ao reconhecimento de Maceió como importante entreposto comercial, político e cultural, o então Presidente da Província, Dr. Silva Neves, em Assembleia, altera a capital da Província da antiga cidade das Alagoas, atual município de Marechal Deodoro, para Maceió (**ALTAVILA, 1988**). A transferência da capital da província para a então Vila de Maceió contribuiu para implementação de uma maior infraestrutura no bairro (**ALTAVILA, 1988**). Foi a partir dessa mudança que se intensificaram as construções de prédios, além dos que tinham finalidade comercial. Ampliou-se a quantidade de moradias, armazéns, pensões, bares e cabarés (**ALTAVILA, 1988**).

No começo do século XIX, a paisagem do bairro de Jaraguá apresentava características reminiscentes de sua implantação (**SANTOS, 1986**). Diversos historiadores relataram a existência de um areal (du-nas) e de casas construídas com a técnica de pau-a-pique. Essas casas, correspondiam, provavelmente, ao conjunto que formava a antiga vila dos pescadores. A geografia, além de compor a paisagem e a identidade do lugar, foi um ponto determinante para a consolidação do local como entreposto comercial e como ancoradouro, graças aos arrecifes que serviam como barreira e como proteção natural para as embarcações que atracavam nos trapiches (**SANTOS, 1986**).

Segundo Santos (1986), foi a partir da década de 1820 que sobrados, casas e prédios mais estruturados começaram a ser construídos. Ainda durante esse mesmo século, famílias abastadas, bancos, comércios, trapiches e companhias de navegação se fixaram no bairro. O desenvolvimento de Jaraguá aconteceu devido às atividades relacionadas aos ancoradouros. Graças a elas ocorriam todas as importações e exportações da Capitania. Durante o século XIX, os produtos e mercadorias exportados, em sua grande maioria, foram: açúcar, cereais, algodão, fumo e madeira.

Os edifícios comerciais se concentraram em volta do engenho Maçayó, atualmente, o centro da capital, separado de Jaraguá pelo riacho Salgadinho. A travessia de pessoas e de mercadorias ocorriam através de jangadas. Entre o começo de 1800 até 1871, o cruzamento entre os bair-

ros deu-se com a construção de uma ponte de madeira e, mais tarde, uma outra construída em ferro e concreto (SANTOS, 1986). A nova ponte ficou conhecida como “a ponte dos FONSECAS”, em homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca e seus irmãos. Com dimensão de 120 metros de comprimento e 4 metros de largura, contava também com passeios laterais e grandes lâmpadas. Esta ponte foi substituída após o ano de 1924, devido a uma tromba d’água ter comprometido sua estrutura. A ponte que lá existe atualmente não possui as dimensões originais, pois o leito do riacho foi desviado e aterrado (SANTOS, 1986; ALTAVILA, 1988). Além da ponte, outra interligação importante com o centro de Maceió foi o ramal ferroviário inaugurado no ano de 1868 (SANTOS, 1986; PEDROSA, 1998). Ambas as construções foram decorrentes da visão e das políticas ocorridas nos anos de 1820, implementadas pelo governador Melo e Póvoas (ALTAVILA, 1988; PEDROSA, 1998).

Segundo a literatura consultada, o governador Melo e Póvoas foi o governante que mais se preocupou em implementar obras de infraestrutura no bairro de Jaraguá. Além disso, Póvoas foi o primeiro político a solicitar o mapeamento da região em 1820 (ALTAVILA, 1988). O mapa foi atualizado em 1841, a partir desse novo mapeamento pode-se visualizar o surgimento de novas ruas e a consolidação das principais vias do bairro, como a atual Rua Sá e Albuquerque (SANTOS, 1986). Santos (1986) relata que, de acordo com o levantamento realizado pelo historiador Moacyr Santana, registros datados de 1866 mostram que todas as vias principais do bairro Jaraguá já estavam constituídas. Eram elas as antigas ruas do Amorim, rua do Oitizeiro e rua do Bom Retiro, atualmente conhecidas, respectivamente, por rua Coronel Pedro Lima, Av. Maceió e rua Melo e Póvoas. Além delas, já havia também a primeira avenida criada perpendicularmente à orla marítima, inicialmente chamada de “estrada nova”, atual Avenida Comendador Leão (SANTOS, 1986).

As características das primeiras construções seguiam um estilo colonial. Tratavam-se de sobrados baixos, porém com biqueiras largas e grades em madeira (SANTOS, 1986). Na década de 1840, a arquitetura influenciada por Portugal e aclimatada à colônia passou a ser substituída pelo greco-romano. As duas tipologias de construção ainda podem ser observadas na rua Sá e Albuquerque; algumas das fachadas foram modificadas ao longo do tempo, mas a grande maioria preserva seu estilo original (SANTOS, 1986).

Pedrosa (1998) buscou transmitir a história e as relações que existiram em Jaraguá. Conta que a Praça Rayol foi palco de grandes festas e de folguedos. Relembra o percurso realizado pelo bonde que parava na Avenida Comendador Leão e que todas as casas dessa avenida eram de uso residencial. O texto de Santos (1986) relata que no bairro já existiu uma fábrica de sabão, uma fábrica de mosaicos, sítios, companhias de navegação e até uma vacaria. As relações sociais no bairro se deram, a princípio, entre comerciantes, famílias abastadas, marinheiros

e trabalhadores. Por sua importância como um entreposto, também houve o aparecimento de prostíbulos e meretrícios. Com o passar do tempo, revelou-se que os bares e pensões funcionavam como fachada para abrigar esses estabelecimentos. As meretrizes atendiam aos homens de maior poder aquisitivo e, em geral, ocupavam o primeiro andar dos prédios localizados na rua Sá e Albuquerque. Os marinheiros e trabalhadores frequentavam os prostíbulos que se localizavam em ruas menos importantes. Essa atividade teria contribuído para a construção da imagem do bairro como lugar boêmio e promíscuo. Tais estereótipos teria provocado a gradativa evasão das famílias e de algumas instituições existentes no bairro **(SANTOS, 1986; ALTAVILA, 1988; PEDROSA, 1998)**.

Nascimento (2018) destaca que durante duas décadas, entre 1970 e 1990, o “vazio” predominou em Jaraguá. No bairro restaram a “favela” de Jaraguá, também conhecida como “Vila dos Pescadores”, bares, casas de prostituição e algumas instituições reminiscetes **(NASCIMENTO, 2018)**. Nos anos de 1990, seguindo a tendência de outros centros históricos, Jaraguá passou por um processo de “revitalização”. As fachadas ganharam cores, a favela foi parcialmente removida e a vida noturna ganhou novos bares e boates. A princípio, a população da capital teria tornado a frequentar o bairro durante os finais de semana em busca de festas e de diversão. Porém, a imagem marginalizada teria pesado e, poucos anos depois da execução do projeto de reforma, o bairro voltou a passar por novo esvaziamento. As fachadas pintadas sofreram intervenções (pichações e grafites), a favela (Vila dos Pescadores) que havia sido relocada para a periferia ressurgiu e bares e casas noturnas alternativas e dedicadas ao público LGBTQIA+ se mantiveram **(NASCIMENTO, 2018)**.

Como pudemos observar, Jaraguá possui uma história formal que se perpetua ao longo do tempo. Tal história, como discurso instituído, acaba por, genericamente, reduzi-lo, de forma romântica, a um bairro histórico, mas ao mesmo tempo “vazio”, promíscuo e boêmio. A história, contada e reproduzida dessa forma, acaba por preencher o bairro com discursos tendenciosos e pejorativos. Muito se fala, por exemplo, da “fama”, da boemia, das festas, dos bares e dos prostíbulos, como responsáveis por seu esvaziamento, no entanto, pouco se menciona a construção do cais do porto como um possível motivo que contribuiu para tal evasão. Nos cabe então questionar: por que a criação do cais do porto não aparece corriqueiramente nos livros de história como possível responsável pela decadência de Jaraguá? A quem interessou apresentar o Cais como “progresso”, mesmo representando a eliminação de milhares de postos de trabalho diante de sua automação? Duas simples perguntas que nitidamente nos permite enxergar que aquilo que se conta sobre um bairro é atravessado por vários agentes e interesses. Por isso, o Jaraguá dos livros de história é estriado, em tal Jaraguá há pouco espaço para multiplicidade e para o novo. O “novo” que falo aqui não se trata de novas intervenções, restaurações ou mesmo revitalizações, visto

que todas essas opções já foram consideradas e aplicadas. O “novo” ao qual me refiro trata daquilo que se apresenta como devir, como liso (que permite deslizar), ou como inconcluso, como veremos a seguir.



Figura 1 "Velhas estrias" - Estas são imagens que contribuem e reforçam o discurso de bairro vazio, perigoso e acabado./

O Jaraguá que desliza – vazios inconclusos./

“[...] Espaço liso, – [...] espaço nômade, – o espaço onde se desenvolve a máquina de guerra [...]”

(DELEUZE e GUATTARI, 2011e, p. 179)

Deslizar um bairro, para mim, significar trazer à tona aquilo que o discurso instituído pelo aparelho de estado domina, oculta e apaga. Encontraremos mais adiante uma cartografia em forma de carta, que foi dirigida a Foucault, Deleuze e Guattari. Juntamente com a referida carta segue em anexo cartões postais de minha incursão em Jaraguá. A título de esclarecimento, destaco que para realização desta cartografia segui três pistas cartográficas: a cartografia como método de acompanhar processos; a cartografia como pesquisa/análise-intervenção; e a cartografia como política de uma narratividade (VASCONCELOS, 2020). Convido neste momento a todos e todas a observarem tudo que, para mim, tem potência de deslizar em Jaraguá.

Carta a Foucault, Deleuze e Guattari

Queridos amigos,

Primeiramente gostaria de dizer que venho me tornando gago na minha própria linguagem, graças a vocês. Lhes escrevo esta carta para compartilhar como tenho desaprendido com Jaraguá, pois vocês me ensinaram a pensar. Durante minhas caminhadas atravessei ruas, observei encontros, parei, perdi tempo e ganhei espaços, como, certa vez, um outro amigo chamado Careri recomendou.

As histórias que trago nesta carta começaram nas encruzilhadas onde tudo se cruza, onde cruzou uma mãe puxando seu filho pelo braço, onde cruzou um grupo de bancários que se despediam ao terminar o expediente, onde cruzaram, pessoas, cruzaram carros, cruzaram bichos. Nas encruzilhadas onde tudo pode atravessar, atravessou um vendedor de frutas que empurrava um carrinho, que empurrava frutas, que gritava: “olha o carro da fruta passando na sua rua!” e empurrando atravessou, foi e seguiu. Nas encruzilhadas encontrei fluxos e, para mim, fluxos são multiplicidades intensivas, já que:

“[...] multiplicidade intensiva é que constitui a novidade tipicamente deleuziana: a multiplicidade intensiva é feita de forças, de vetores, de relações diferenciais. Ela é não-numérica, espaço-temporal, qualitativa, contínua, heterogênea, ordinal, não-métrica, riemanniana, feita de partes que se fundem, se interpenetram, composta de linhas de força”

(SILVA, 2004, p.18)

Quando tudo surge de uma raiz, passei a desejar que ela se faça rizoma. Enquanto atravessava o bairro, vi árvores, abracei árvores. Observei que muitas ruas não têm árvores e outras tantas têm. Observei que ruas que não têm árvores, muitas vezes, as têm. As árvores das ruas “sem” árvores brotam dentro de prédios em ruína. E enquanto o cérebro tende a pensar “não faça árvore” a árvore desliza e faz rizoma, faz um devir minoritário e transforma-se numa máquina de guerra, sobrevive, resiste, faz repetição e isso faz gaguejar. Afinal:

“Gaguejar é fácil, mas ser gago da própria linguagem é outra coisa, que coloca em variação todos os elementos linguísticos, e mesmo os elementos não-linguísticos [...]. É aí que o estilo cria a língua” (DELEUZE e GUATTARI, 2011b, p.42, grifos meus). “Desestratificar, se abrir para uma nova função, diagramática. [...] Fazer da consciência uma experimentação de vida [...]. [...] Ser gago de linguagem, estrangeiro em sua própria língua”

(DELEUZE e GUATTARI, 2011b, p.90)

Seguindo os fluxos observei que durante o pré-carnaval, na famosa Rua Sá e Albuquerque, não passavam carros, passavam pessoas. O único carro que atravessou, nesse dia, foi um carrinho de supermercado de um catador de latinhas, que, enquanto, catava também pulava o frevo no ritmo dos tambores. O bairro que é banhado pelo mar da Praia da Avenida, fez multiplicidade intensiva, fez ENERGIA – Axé –, fez repetição (da forma como desejamos), e um mar de gente banhou as ruas, penetrou as ruas. Muitas dimensões sobrepostas. Um grande devir minoritário:

“Há uma figura universal da consciência minoritária, como devir de todo mundo, e é esse devir que é criação. [...] Essa figura é precisamente a variação contínua, como uma amplitude que não para de transpor, por excesso e por falta, o limiar representativo do padrão majoritário”

(DELEUZE e GUATTARI, 2011b, p.53)

Já em outro dia, na contramão do que considero devir minoritário, do que considero também como aquilo que me possibilita devir monstro, encontrei o recém-inaugurado “Centro Pesqueiro”. Bem perto habita uma escultura que clama por liberdade. Esse novo lugar ocupou o espaço onde vivia a antiga Vila dos Pescadores, também conhecida, por parte da sociedade, como “favela” de Jaraguá. A vila-favela foi realocada sob um discurso higienista/salvador. Então a palavra de ordem foi cumprida. O aparelho de estado ganhou poder. As linhas de fuga deslizaram e se transformaram em puras estratificações homogêneas e atuais. A marisqueira que perguntou: “vai querer camarão hoje?”, depois de poucos minutos de conversa, também confessou: “aqui é mais limpo, mais organizado, mas não é como era lá” com a voz embargada. E aquele “mas” afetou-me como nunca antes na vida. Sobre afetação, Deleuze e Guattari (2011d) nos falam que:

“Uma estação, um inverno, um verão, uma hora, uma data têm uma individualidade perfeita, à qual não falta nada, embora ela não se confunda com a individualidade de uma coisa ou de um sujeito. São hecceidades, no sentido de que tudo aí é relação de movimento e repouso entre moléculas ou partículas, poder de afetar e ser afetado”

(DELEUZE e GUATTARI, 2011d, p.43)

Observei os balanços, assisti à dança e entrei na dança. Bem atento, vi o barco voltando do mar e, as pessoas se aglomerarem, as garças esperando por sobras. Enquanto parte dos pescadores desembaraçava a rede, outra parte vendia os peixes. Acompanhei os processos e tudo foi acontecendo. Eu fui chegando devagar e, ali na beira do mar, vi multiplicidades intensivas, vi o molecular, vi linhas de fuga, vi virtual, vi repetição, vi revolução. Surgiu outro centro pesqueiro: sem paredes, sem galpões, sem regras, “sem” higiene, sem organização, fez um devir minoritário e me afetou. “O senhor vai querer peixe hoje? Aqui é fresquinho”.

Caros amigos, meus olhos viraram, meu cérebro rachou quando busquei entender de onde vocês vieram. Confesso que fiquei impressionado. Confesso que não sou o mesmo desde então. A partir do que se entendeu/entendi como “virada linguística”, que aconteceu em meados do século XX, foi possível compreender o papel da linguagem como construtora da realidade (SILVA, 2010) e isso me iluminou. Sendo a linguagem construtora da realidade, enquanto acompanhava os processos pixados/grafitados nas paredes, me questioneei: como decifrar esses códigos? Me autorrespondi: impossível! Afinal, esses códigos não obedecem à máquina de estado, esses códigos não oprimem, não controlam, são códigos não-fascistas, são rizomas, são linhas de fuga, são máquinas de guerra, são virtuais, moleculares, são multiplicidades intensivas, são

senhas: ***“existem senhas sob as palavras de ordem. [...] A mesma coisa, a mesma palavra, tem sem dúvida essa dupla natureza: é preciso extrair uma da outra – transformar as composições de ordem em composições de passagem”*** (DELEUZE e GUATTARI, 2011b, p.58-59, grifos meus).

Peixe fresco e peles frescas à beira-mar. No meio do bairro de Jaraguá me “caiu a ficha” que a pele que habitava o trapiche não habita mais. Que a pele que habitava o armazém não habita mais. Que a pele que habitava o casarão não habita mais. Os trapiches, os armazéns e os casarões viraram bancos, casas de festas, boates, órgãos públicos, instituições... viraram, viraram, viraram... Atravessaram tantas coisas que agora viraram histórias. No entanto, agora, voltam a ser devires minoritários. Pois podem ser outra coisa, afinal já “foram” e não “são” mais. O que antes era institucionalizado liquefez-se, desmanchou-se, desintegrou-se. O molar foi desestabilizado deslizando até o molecular. Agora, o que ainda está de pé, é tudo o que eu não sei que possa ser. Agora, é tudo o que pode ser. São corpos sem órgãos em forma de bairro. Isso significa dizer que:

“a uma transformação de substâncias e a uma dissolução das formas, passagem ao limite ou fuga dos contornos, em benefício das forças fluidas, dos fluxos, do ar, da matéria, que fazem com que um corpo ou uma palavra não se detenham em qualquer ponto preciso. Potência incorpórea dessa matéria imensa, potência material dessa língua. Uma matéria mais imediata, mais fluida e ardente do que corpos e as palavras”

(DELEUZE e GUATTARI, 2011b, p. 57)

Segui caminhando e na esquina do antigo e famoso beco das putas ou das raparigas, agora, o que se consome são “cachorros”. Sr. M. não quis ser gravado. Então, em uma conversa informal, descobri que o que já foi um bar se transformou em uma lanchonete há pouco mais de quarenta anos. As paredes guardam registros desse passado ainda vivo em Sr. M... O Caldilar recebe a todos - moradores, flanelinhas, pescadores, executivos, etc.,. Para mim, esse lugar se fez/faz rizoma e, por isso, me atravessou. Me chamou atenção o molecular “trans” presente em seu nome: “Caldilar”, por não ser “caldo, nem ser “lar”, mas ser algo “entre”.

A dica que eu dou é que quando visitarem o Caldilar não peçam um cachorro quente ou um passaporte (como habitualmente é conhecido cachorro quente em Alagoas), no Caldilar simplesmente se pede: “Sr. M. me vê um ‘cachorro!’”. Entendo que o Sr. M., mesmo sem saber, tenha obedecido à seguinte orientação: ***“Faça rizoma e não raiz, nunca plante! Não seja uno nem múltiplo, seja multiplicidade! Faça a linha e nunca o***

ponto. *Seja rápido, mesmo parado! Nunca suscite um General em você! Nunca ideias justas, justo uma ideia. Tenha ideias curtas” (DELEUZE e GUATTARI, 2011a, p.36, com supressões, grifos meus).*

E quando eu pensava que já havia visto de tudo nesse bairro, encontrei um Kubo. Mas esse Kubo, de cubo não tinha nada, parecia algo monstruoso, assim como ocorre quando monstros não têm nada de monstruoso. Esse lugar localizado na rua Barão de Jaraguá poucas pessoas conhecem, mas já está lá há mais de vinte anos, segundo relato da simpática gerente. Apesar de parecer “gourmet”, esse kubo, para mim, representou muito mais que uma loja de plantas, flores, árvores e terrários, significou uma máquina de guerra. O Kubo é lindo, o Kubo é vivo, o Kubo faz gaguejar a linguagem que estratifica o bairro de Jaraguá a um lugar “morto”. O kubo guerreira contra o aparelho de estado que impõe o discurso de bairro “vazio”. Ao questionar a simpática gerente: “Por que a loja havia escolhido se instalar em Jaraguá?” Ela respondeu; “O dono comentou comigo que gostava daqui e do movimento, naquela época o bairro tinha passado por uma reforma e ele acreditou que daria certo”. Penso que deu e vem dando “certo”, afinal quem iria pensar em encontrar um Kubo com “K” recheado de plantas e de cristais em Jaraguá?

Ainda mais inesperadamente, também encontrei outro lugar “despercebido” em Jaraguá. Contra a palavra de ordem, que tende a reduzir Jaraguá, que promove os estereótipos e suposições de bairro “perigoso”, “vazio” e “sem” vida, existe ali uma loja cheia de detalhes, cheia de arte, cheia de intensidades. Essa loja se chama “Gravatá” em homenagem à terra natal de seu dono, que fica em Pernambuco. Então, perdi bastante tempo observando esse espaço. Me dei conta de que uma loja “importada” que vende artesanatos feitos à mão cria rizoma, multiplicidades intensivas e devires minoritários. Porque faz verdadeira profusão de expressões, de possibilidades e de indefinições. A Gravatá de Jaraguá não segue padrões, não é homogênea, pois nela a palavra de ordem é não ter ordem! Tudo apenas vai chegando encontrando seu lugar e saindo, numa repetição de renovação.

Porém, amados amigos, como esta carta não trata de abstrações, trata de processos que foram sendo acompanhados... Em 05 de março de 2020 assisti ao “fim” da balança de Jaraguá e à demolição do resto dos barracos que ainda resistiam da Vila de Pescadores. Enquanto observava me faltou ar, me afastei, busquei o mar, meus olhos marejaram, minhas mãos tremiam...

Em meio aos gritos e ao barulho das retroescavadeiras, encontrei um pescador que remendava sua rede. Ele parecia não se importar com toda aquela agitação. Mas foi ele quem me falou, após alguns minutos de conversa: “a gente que nasce pobre, nasce para sofrer”. Me dei conta, que na realidade ele estava desolado, busquei respeitar seu momento e o deixei com seus pensamentos. Então, como quem apaga um caderno escrito à lápis, a Balança foi “apagada”, o lugar foi “apagado”, as pessoas

foram “apagadas”. Tudo em nome de “organização”, de “higiene”, de “ordem”, de um discurso que busca criar um lugar “melhor”. Nesse dia nada fez mais sentido do que aquilo que se fala do poder da linguagem. Nesse dia, tive um entendimento profundo do que vocês quiseram dizer quando escreveram ***“a linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer”*** (DELEUZE e GUATTARI, 2011b, p.12).

Ainda seguindo o fluxo daquilo que me afetou/atravesou durante minhas imersões no bairro, também é necessário compartilhar com vocês como foram meus encontros com o hiato Salgadinho. Me lembrei que foi a partir de leituras que me encontrei pela primeira vez com o Riacho dos livros de história. Não sabia, por exemplo, que no começo do século XX ele havia sido desviado e aterrado. Não sabia que ele havia sido canalizado e reduzido. Ao observá-lo, não me contive, não pude conter minha imaginação, fechei os olhos e tentei imaginá-lo com 121 metros de largura. Tentei imaginar como seria atravessá-lo à canoa e à barca. Mas o principal pensamento ao encontrar esse riacho atual foi: como intervir? como desestabilizá-lo? como fazê-lo deslizar desse estado molar? Cada dia fico mais convicto que uma possível resposta para todas essas indagações pode começar a partir desta cartografia.

Como vocês puderam ver, meus amigos, foram muitas caminhadas, foram muitas paradas, foram muitas intervenções, muitas reflexões e muitos atravessamentos. Mas ainda gostaria de compartilhar com vocês mais um lugar molecular no Jaraguá. Foi numa noite de Pré-Carnaval em Jaraguá que conheci o coletivo Afrocaeté. Ele me atravessou. Seu maracatu, seus tambores, seus ganzás. Suas misturas se fazem afectos. Sua sede fica localizada na Rua Barão de Jaraguá. Ela foi gentilmente aberta por uma de suas representantes, especialmente para minha visita. Graças a essa gentileza pude conhecer o que está dentro, pude sentir a forte energia desse lugar. O Afrocaeté não se define. Segundo a mesma representante ele “é um lugar de passagem, onde amigos se encontram, onde batucam, dançam, brincam, celebram seus ancestrais e depois seguem”. Na Jaraguá dos cartões postais ou do discurso instituído esse lugar não existe, ou não se enxerga. Mas nesta carta esse lugar está presente. Pois se faz corpos sem órgãos, se faz rizoma, se faz multiplicidades intensivas.

E, assim, como prometido a todos os que encontrassem a lâmpada, realizo aqui meus três desejos:

Desejo que essa carta chegue de algum modo a vocês.

Desejo que ela tenha feito multiplicidades intensivas.

Desejo que ela os tenha feito pensar.

Com saudades,

Heber Macel

O.b.s.: Não deixem de admirar os lindos postais anexados a esta carta!
Em tais postais poderão encontrar os incríveis lugares que me atravessam em Jaraguá. Cada um, como dito nesta carta, único e singular a sua maneira.



Postal 1 – “Velho” Centro Pesqueiro./



Postal 2 – Árvores, Senhas e Grafite./



Postal 3 – Afrocaeté./

Inconclusões./

O liso e o estriado serviram como plano de fundo para produção deste capítulo. No primeiro momento pudemos constatar que discursos históricos escritos, reproduzidos e difundidos tem o poder de instituir e de definir o curso e/ou a vida de um bairro. Que a história tida como oficial pode conter enviesamentos atravessados por jogos de poder e de interesses. A história oficial de um bairro, repetida e conservada sem o mínimo de reflexão crítica, representa um espaço estriado, onde há pouco espaço para o inesperado, ou, até mesmo, para o livre devir bairro.

Em Jaraguá que Desliza trouxe um exemplo possível de como falar, de forma não ortodoxa, sobre aspectos, lugares, sujeitos, acontecimentos e relações sociais. Busquei “jogar óleo” para tentar promover, ao menos na imaginação, momentos deslizantes. Para tanto, compartilhei conhecimentos e informações que nunca haviam sido considerados por outros pesquisadores e historiadores. Tentei escrever tais conhecimentos como uma história não concluída ou que não se fecha. Assim, Jaraguá, em minha carta e em meus postais, além do que já se é amplamente difundido, representa uma composição de devires que simplesmente acontecem e que acabam por constituírem o Bairro. Ou seja, o bairro histórico e protegido não tem conclusões, não está concluído! Seja por tudo que já aconteceu, seja por tudo que já aconteceu e ainda acontece ou seja pelo que acontece e ainda acontecerá. Dessa forma, finalizo deixando as seguintes reflexões: quando aprenderemos a amar o que não concluímos? Quando amaremos nossas inconclusões? Quando aprenderemos com o processo e não com o fim?

Referências Bibliográficas./

ALTAVILA, Jayme de. História da Civilização das Alagoas. 8ª ed., anotadas por Moacir Medeiros de Sant'Ana. EDUFAL, Maceió, 1988.

ANDRADE, Lourdes Magalhães Corrêa de Oliveira. Jogos de poder na revitalização dos centros históricos: o caso do bairro de Jaraguá em Maceió. Dissertação final de Mestrado. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ARAÚJO, Kamilla Alves de Oliveira. A valorização e a decadência da habitação do bairro do Jaraguá, Maceió-AL. Ciências Humanas e Sociais. Alagoas;v. 4. n.2. p. 249-258. Novembro 2017. Disponível em: periodicos.set.edu.br.

ATAÍDE, Débora Lucena de. Jaraguá ontem e hoje: um lugar sob a ótica dos idosos. Dissertação final de Mestrado. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1; Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011a, 94 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 2; Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011b, 128 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3; Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011c, 144 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4; Tradução de Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011d, p.18, 176p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5; Tradução de Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011e, p.18, 176p.

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. Um porto atlântico colonial da América Portuguesa: a participação de Jaraguá na formação do território alagoano e na gênese da cidade de Maceió. Tese de Doutorado. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

GOULARTE, Raquel da Silva. Interação, interacionismos: situando o interacionismo sociodiscursivo. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/28049>> Acessado em: 30 janeiro 2020.

NASCIMENTO, Vinícius Silva. Habitar o patrimônio: proposta de habitação de interesse social para o trapiche Jaraguá em Maceió/AL. Trabalho Final de Graduação. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PEDROSA, José Fernando de Maya. Histórias do Velho Jaraguá. Maceió, Editora: Talento, 1998.

SANTOS, Ivone dos. Jaraguá, a enseada das canoas. Revista do CHLA da Ufal, Ano II, nº 3, páginas 46 e 47. Maceió, dezembro de 1986. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/jaragua-a-enseada-das-canoas.html>>. Acessado em: 05 maio 2019.

SILVA, Amanda Renata Amorim e. A Territorialidade do Patrimônio Cultural do Bairro do Jaraguá da Cidade de Maceió/AL. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.
SILVA, Tomaz Tadeu. A filosofia de Deleuze e o currículo. Goiânia: Núcleo Editorial FAV/UFG, 2004, 74p.

VASCONCELOS, Heber Macel Tenório. Jaraguá: o Arquiteto, a Alquimista e o Monstro na cartografia de bairro em Maceió-AL. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2020.



Kellen Melo Dorileo Louzich

A construção da cidade inanimada.

Resumo./

Cuiabá é uma cidade do século XVIII, em que era dividida entre o centro e o porto. O porto era o segundo distrito da cidade, nele todos os olhos se concentravam para a chegada e partida de entes queridos, mercadorias, informações e outros. Estes espaços ainda apresentam mais permanências do que transformações urbanas. Mas as suas transformações, que foram realizadas no último século, criaram uma arquitetura hiper-real, resultando em espetáculos urbanos. Uma arquitetura sem vida, sem história, sem memória, sem alma, uma arquitetura inanimada. Este trabalho tem como objetivo identificar algumas dessas transformações, realizadas no Porto de Cuiabá, buscando dar relevo para o momento presente em que as novas fachadas do da orla do porto constroem uma cidade acabada, e que não existe de fato, criada como cenário para o turismo.

Palavras-chave: Arquitetura, Espetáculo Urbano, Porto, Cidade, Cuiabá.

Introdução./

Este texto trata de três momentos. Inicialmente fala sobre a formação da cidade de Cuiabá, a importância do antigo porto para a cidade, as tradições do lugar e os traços culturais que davam sentido a sua conformação e vida urbanas. Logo depois, discute as transformações acontecidas com os processos de modernização que ditaram o que chamamos aqui de construção da cidade inanimada. No final, apontamos para uma cidade que não deveria ter como sentido uma imagem acabada, suscitando discussões acerca da imprevisibilidade dos acontecimentos urbanos. O percurso metodológico adotado passa pela revisão dos textos históricos e por levantamentos no local, no sentido de apontar algumas permanências e transformações acontecidas. Nesse sentido o objetivo é apontar para um processo de espetacularização urbana que está em curso para ter como resultado o debate e a discussão.

A vida no porto./

A cidade de Cuiabá, era denominada de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, foi fundada por Rodrigo César de Meneses em 1727, sobre um arraial minerador. Estas minas foram descobertas em 1722 e, desde então, aquela localidade foi alvo de uma expressiva migração, tanto de bandeirantes paulistas quanto de outros arraiais que ficavam próximos as minas do Cuiabá, por exemplo, o Arraial da Forquilha.¹

Monções que embarcavam no Rio Tietê (SP) com destino as minas do Cuiabá enfrentaram um longo percurso: ora subindo o rio, ora por terra, tendo que carregar as canoas, escalar morros, desviar das cachoeiras e correntezas, quando “chegavam ao Cuiabá² tinham no porto [...] o ponto final da longa viagem” (SIQUEIRA et.al., 2006, p.155) e um sentimento de “alívio de ter sobrevivido ao rigor da larga e difícil viagem” (COSTA; DIENER, 2000, p.13). Este trajeto até Cuiabá e região, perdurou cerca de 134 anos.

Foi no Porto Geral “que se fixaram as residências de antigos monçoeiros³. Ali surgiram as primeiras pensões e hotéis, acolhida aos exaustos viajantes” (SIQUEIRA et.al., 2006, p.155), que não tinham forças para percorrer cerca de dois quilômetros até o centro da Vila do Cuiabá. Os viajantes descreviam este local como “um lugar simpático e pitoresco” (COSTA; DIENER, 2000, p.14).

Em 1856, com o Tratado Especial de Navegação, firmado entre Brasil e Paraguai, que as viagens até Cuiabá passaram a se dar pelas águas da Bacia do Prata. O que facilitou não só as viagens até Mato Grosso, mas também, “as relações entre a Província de Mato Grosso e os grandes centros do Prata” (GOMES, 2005, p.16). A viagem dava-se com pequenos navios (chalanas) tendo no máximo capacidade para quinze a vinte pessoas.

1 *Em 1719, foi descoberto ouro nas proximidades do Coxipó-Mirim (próximo ao rio Coxipó em Cuiabá), que foi denominado de Arraial da Forquilha. In.: SIQUEIRA et.al., 2006, p.155.*

2 *O Rio Cuiabá é um dos muitos rios pertencentes à Bacia do Alto Paraguai e do Pantanal Mato-grossense, que deságua no Rio Paraguai e que este porventura irá desaguar no Oceano Atlântico.*

3 *Quem viajava nas monções eram chamados de monçoeiros. As monções (ou expedições bandeiristas) eram as expedições que desciam ou subiam rios da Capitania de São Paulo e Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX.*

[...] levavam de três a quatro dias, de águas abaixo, até à cidade de Corumbá; daí em outros barcos, mais três dias até à capital da República do Paraguai, Assunção, e mais quatro a seis dias até Buenos Aires. Desta metrópole do Prata é que se tomava outro navio para se chegar à “Corte”, no Rio de Janeiro, com escala em Montevideú, Rio Grande e Florianópolis. De águas acima, ou seja, de Buenos Aires a Assunção e desta a Corumbá e Cuiabá o tempo de viagem era quase o dobro.

(PÓVOAS, 1980, p.25)

Com este novo meio (de transporte e de comunicação), Cuiabá e toda a região do Mato Grosso⁴ passa a receber muitas mercadorias e forasteiros de diferentes nacionalidades, como “italianos, franceses, em menor número, uruguaio e argentinos, que em geral de Buenos Aires se decidem a navegar rio acima, até Corumbá, Cáceres, ou Cuiabá, onde se fixam” (GOMES, 2005, p.16). Uma atividade que movimentava a economia Mato-grossense e que era vista pelos forasteiros como uma boa oportunidade de enriquecer.

[...] baseada na atividade mercantil de importação e exportação, serviu como elemento de atração e fixação dos mesmos. [...] as largas perspectivas de lucro em vista dessa extensa área carente de meios para seu auto-abastecimento, justificavam o afluxo de estrangeiros e aventureiros ligados às atividades mercantis.

(GOMES, 2005, p.17)

Os viajantes, que aqui chegaram, se depararam com uma recepção calorosa com muita alegria. “[...] um tiro de canhão e a corneta do quartel anunciava a presença do vapor, ancorado no porto. Mas a demora era pouca, o vapor permanecia menos de 24 horas” (COSTA; DIENER, 2000, p.19).

Quando os navios aportavam, a população se apinhava no cais do Porto, seja para recepcionar os filhos, parentes e visitantes, mas também para receber a correspondência acondicionada em malotes. Era uma ocasião de alegria e de esperança por boas novas, embaladas pelo som da boa música orquestrada por uma banda.

(SIQUEIRA et.al., 2006, p.157)

4 A região do Mato Grosso era composta pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. A separação destes estados se deu nos anos de 1979 e 1981, respectivamente.

No porto, ancoravam canoas vindas de fazendas próximas a Cuiabá que traziam “[...] farinha, verduras, frutas, galinhas e tudo o mais para abastecer um lugar em crescimento” (COSTA; DIENER, 2000, p.20), mas, também, “diversos tipos de navios, todos a vapor e movidos a lenha” (COSTA; DIENER, 2000, p.18). Com isso, a cidade passa por novas transformações, para atender às novas necessidades. “[...] antigos prédios são demolidos, e se constroem um novo cais em pedra canga⁵ e uma praça ajardinada para receber os que ali desembarcavam” (COSTA; DIENER, 2000, p.20). Luiz D´Alincourt, que foi sargento-mor, descreve o Porto Geral:

[...] junto a este porto acha-se um largo retangular ornado de casas, e vizinho ao barranco, da parte direita, olhando para o rio, um armazém pertencente à fazenda pública, que serve de deposito geral de viveres, para dali se fornecerem a legião de linha, pedestres, hospitais e presídios da fronteira do Paraguai; [...] a uma curta distância deste sitio, em terreno algum tanto elevado, está uma capela dedicada a S. Gonçalo, e em frente a ela, do lado oposto da estrada, acha-se a casa de pólvora. Além do porto, na margem direita do rio (cidade de Várzea Grande), estão algumas casas, e daí segue a estrada para Vila Maria, S. Pedro del Rei e Mato Grosso.

(COSTA; DIENER, 2000, p.14)

Outro viajante, Castelnau que estava à espera de sua partida observa “alguns homens em pequenas canoas tangiam a uma boiada, fazendo-a atravessar o rio a nado. [...] uma cena comum para os moradores da cidade, porém inusitada para um estrangeiro” (COSTA; DIENER, 2000, p.18).

Além das trocas das embarcações que eram feitas e das dificuldades da viagem até Corumbá e, posteriormente, à Corte, as viagens eram descritas pelos viajantes, como pitorescas e divertidas.

O pitoresco das viagens de lanchas eram as margens do rio povoadas de jacarés e bicharada do Pantanal. As paradas para provisão de lenha, consumida pela maquinaria do navio, propiciava periódicas descidas em fazendas e usinas ribeirinhas, compra de rapadura de leite e queijo. Apesar das delongas, dos mosquitos e das bolachas duras, substituindo o pão fresco, as viagens eram muito divertidas, com passageiros se transformando em velhos amigos, pela excelente camaradagem.

(SIQUEIRA et.al., 2006, p.169)

5 *Pedra Canga é uma rocha muito resistente, que era encontrada na região e utilizada para barragens e fundações das residências na Vila do Cuiabá.*

Porém toda esta atividade e comunicação com a Coroa foi interrompida, por causa da Guerra do Paraguai, ou também chamada de Guerra da Tríplice Aliança, que durou seis anos e durante este tempo um sentimento de medo e desespero tomou conta dos cuiabanos, seja pelo motivo de não terem informações da Corte e do desenrolar da guerra ou por imaginarem a possibilidade do inimigo subir o rio e tomar Cuiabá, assim como fez com o Forte de Coimbra, ou pior, pois a maior parte dos soldados cuiabanos haviam ido para a guerra e próximo da cidade não havia forte⁶, desta forma a cidade estava indefesa. Após o fim da guerra, em 1870, a navegação retoma o transporte entre as cidades e Cuiabá volta às atividades e o abastecimento normalmente.

Mas a navegação pela Bacia do Prata só dura até 1915 (somando-se 53 anos de viagens, aproximadamente), quando é inaugurada a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligava Corumbá a São Paulo. Devido a este novo trajeto até o litoral ou a corte diminui o tempo de viagem em oito a dez dias.

[...] indo-se pela via fluvial até Corumbá; dali em outro barco, em mais uma noite de viagem, até Porto Esperança, ponto terminal da E. F. Noroeste, à margem esquerda do rio Paraguai; deste ponto seguia-se pela via férrea, com várias baldeações, até o Rio de Janeiro, com paradas em Campo Grande, Três Lagoas, Araçatuba, Bauru e São Paulo. Com a conclusão de todas as obras da ferrovia, principalmente da imponente ponte sobre o Rio Paraná, a viagem passou a ser feita sem baldeações desde o Porto Esperança até Bauru.

(PÓVOAS, 1980, p.25 e 26)

Com os trabalhos de Cândido Rondon e o Telégrafo Nacional, a partir de 1930, “as notícias do país e exterior passaram a ser ouvidas através dos rádios” (PÓVOAS, 1980, p.26). Neste mesmo ano foram instaladas linhas aéreas, com frequência de duas vezes por semana, mas o transporte era feito por um hidroavião, tendo assim capacidade apenas para 6 passageiros, o que inviabiliza financeiramente o transporte. Somente após a abertura das rodovias, em 1950, que foi possível, com mais frequência e sem percalços, o transporte da população de forma mais acessível.

[...] novas linhas regulares, com as “Jardineiras” da “Empresa Baleia”, que lançaram definitivamente a linha Campo Grande – Cuiabá, dotando-a posteriormente de ônibus confortáveis, iguais aos que circulavam nas demais linhas comerciais do país.

(PÓVOAS, 1980, p.26)

6 *O próximo forte, subindo o rio até chegar no Vale do Guaporé, é o Forte Real Príncipe da Beira, localizado no estado de Rondônia, próximo a cidade de Costa Marques.*

Nesta mesma época, foi construída a ponte Júlio Muller que liga a duas cidades vizinhas (Cuiabá e Várzea Grande), separadas pelo rio Cuiabá. A ponte foi construída sob um dos portos (rampas que descarregavam os navios), que ficava em frente à rua 15 de Novembro (primeira rua do Porto).

Antes da construção desta ponte o acesso à cidade vizinha se dava pela barca pêndulo, “que a partir do ano de 1870, passou também a compor a paisagem do Porto Geral, fazendo a travessia para o já terceiro distrito, Várzea Grande” (COSTA; DIENER, 2000, p.20) facilitando as viagens para as cidades vizinhas, como Cáceres e Poconé, ambas no estado do Mato Grosso. No final do século passado, antes da construção da Ponte, a barca pendulo apresentava uma estrutura mais robusta que transportava até automóveis.

O final do século XX, foi marcado por muitos percalços no Porto, principalmente no ano de 1974, que ocorreu a maior cheia do Rio Cuiabá, causando uma inundação de boa parte da cidade, inclusive no porto (figura 1). “O poder público considerou a área como de risco e promoveu a retirada da população, levando-a para conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitações (BNH), como o Novo Terceiro e o Grande Terceiro” (ROMANCINI, 2005. p.113). Essas realocações dos desalojados ocorreu em três etapas, porem os moradores relatam que tiveram que abandonar suas casas, alguns sem terem para onde ir (os que não tinham como pagar o financiamento) e que acabaram ocupando as proximidades do rio (figura 1), tentando manter o seu trabalho (a pesca) e suas ‘raízes’ no bairro. Mas “[...] os moradores que foram retirados, contra a sua vontade, até hoje lamentam o fato de terem sido forçados a abandonar seu espaço de vivência” (ROMANCINI, 2005. p.113).

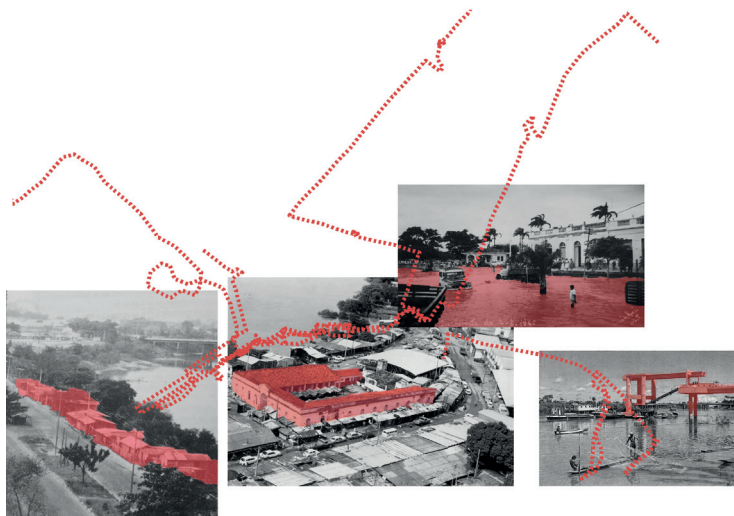


Figura 1 – Cartografia do passado. Fonte: Autora, 2021./

Depois da retirada dos moradores, o porto “passou por um processo de urbanização” (ROMANCINI, 2005, p.113), seguido pela higienização e congelamento dos espaços que eram um ‘símbolo’ da história de Cuiabá. Usando como desculpa o fim da navegação no rio Cuiabá, que se extinguiu por volta de 1970, devido a implementação das rodovias no Brasil, o porto é deixado de lado. Cuiabá passa “a se integrar com os importantes centros do país através de rodovias” (ROMANCINI, 2005, p.112). Com essa mudança no transporte e, conseqüentemente, no deslocamento de toda a população pela cidade, a região passa a ser modernizada. Algumas ruas que não eram pavimentadas ou que eram de paralelepípedo, foram asfaltadas. O mercado do peixe (figura 1) é transformado em Museu do Rio (figura 2). A beira do rio é aterrada, dificultando o acesso e a visão ao mesmo. O esgoto é canalizado e despejado no rio inviabilizando o lazer e os banhos nas praias. As transformações não foram realizadas somente nos espaços físicos, mas, também, nos hábitos, fazeres e viveres, tudo para se adequar a uma cidade mais “moderna”.

É importante ressaltar aqui, portanto que, o porto é uma das regiões de Cuiabá que apresenta uma das mais ricas tradições da cultura popular, seja pela pesca, lendas e ou costumes de viver. Assim, “coube à comunidade nativa do Porto a preservação da riqueza cultural da capital de Mato Grosso” (LACERDA, 2018, p.82), ou o que restou dela.

Em 1996 foi solicitado o tombamento de Cuiabá e neste documento estava incluso a região do centro e do Porto. “Após vinte e quatro anos contados a partir da solicitação, finalmente, foi homologado o tombamento de todo o conjunto, integrando os aspectos: Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico, proibindo, assim, a demolição das edificações” (LOUZHIC; FIORIN, 2020, p.110). Porém, o Porto foi retirado do processo de tombamento sem nenhuma explicação nos autos, mesmo sendo “[...] possível identificar que as configurações acerca da importância da região do Porto se diluem e os mapas que a princípio indicavam esta região passam a focar apenas no centro da cidade” (LACERDA, 2018, p.86).

Apesar de toda a história que a região do Porto abrigava, é possível argumentar que este espaço tenha tido seu valor nacional contestado por ter uma representatividade especificamente local. No entanto, a hipótese mais bem desenhada para a recusa vem do fato de ser um espaço urbano essencialmente popular, pois nos idos da década de 1980, apesar da ampliação do conceito de patrimônio com a introdução da produção dos esquecidos e excluídos pela história tradicional, havia a permanência dentro das agências de preservação e conservação de uma visão elitista da cultura.

(LACERDA, 2018, p.88)

A cidade inanimada./

Em 2017, “a prefeitura de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, gastou R\$ 1,540 milhão para implantar o cenário permanente da Orla do Rio Cuiabá, no bairro do Porto” (FOLHAMAX, 2017). Um cenário muito semelhante à Strada Novissima da Bienal de Veneza, agora reproduzia fachadas de uma arquitetura cuiabana. Em seu interior, muitos murais contendo textos sobre a história da cidade, fotografias e mapas antigos.

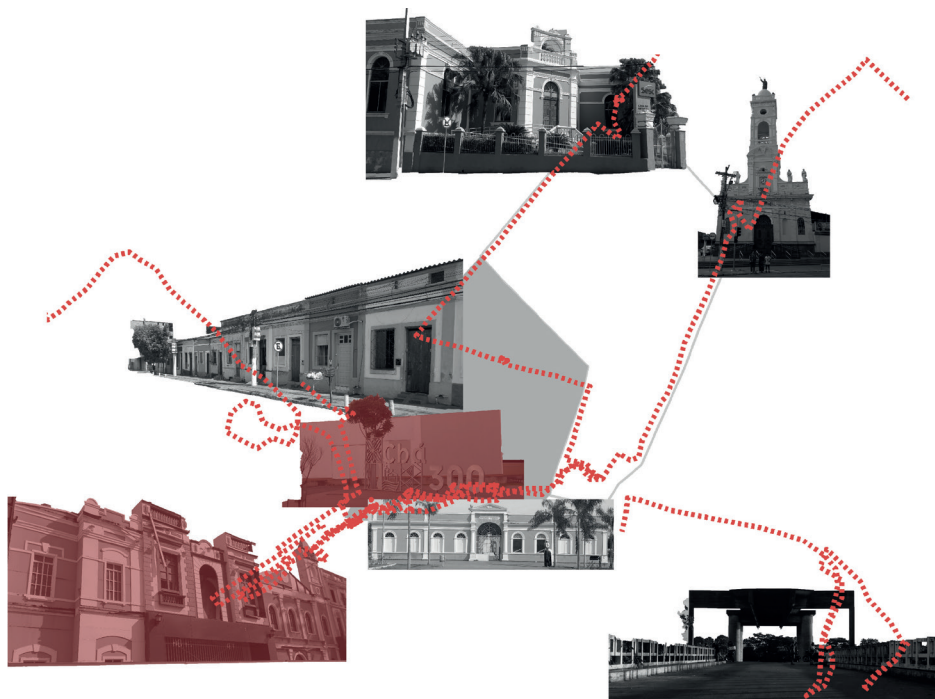


Figura 2 – A arquitetura do passado e a arquitetura hiper-real. Fonte: Autora, 2021./

O espetáculo urbano que deveria ser permanente, durou apenas quatro anos (figura 2). A estrutura construída em madeira foi destruída pelas chuvas. A representação das fachadas é tentativa de recriação dos “monumentos da memória numas tantas figuras de retorica esvaziada e resfriada” (ARANTES, 1995, p.33), uma arquitetura simulada, pois algumas fachadas foram simplesmente inventadas; outras imitam o patrimônio arquitetônico cuiabano de uma forma mais simplificada, retirada de contexto, miniaturizada, reduzido à superfície de uma cidade inanimada.

Tudo isso para compor o cenário em torno do tricentenário de Cuiabá, que completaria três séculos de fundação em 2022. Entretanto, para a validação do espetáculo urbano usou-se a data de fundação do Arraial da Forquilha e quase tudo ficou pronto para as festividades em 2019, faltando ser terminado o Aquário Municipal que ainda não foi entregue. Para este, foi elaborado um projeto de requalificação com um anexo (figura 2).

Atualmente, a cidade inanimada está sendo reconstruída de concreto e tijolo, no mesmo lugar (na área de preservação permanente (APP) do Rio Cuiabá). Neste projeto serão gastos mais 1,2 milhões, aproximadamente. O preço para manterem essa vitrine exposta para sempre e juntamente com ela todo um espetáculo urbano, que aproxima o turista e afasta os moradores, os ribeirinhos e os que não pertencem a uma determinada classe social ou um a um padrão estabelecido.

A cidade inanimada e o Aquário Municipal fazem parte do projeto de revitalização da Orla do Porto, que está sendo elaborada em duas etapas. Na primeira etapa, o projeto contemplava a revitalização de 1,3 quilômetros da orla, sendo inaugurada em 2016, mas algumas partes não foram finalizadas, mesmo tendo desmatado boa parte da APP, para a ampliação calçada da orla, da abertura e visão do Rio e da Ponte Júlio Muller e a implementação de bares e restaurante ao longo de toda a orla, além da cidade inanimada.

Para a segunda etapa, a

[...] Prefeitura de Cuiabá, ao longo de mais de 600 metros de extensão vai implantar calçadas para caminhada e contemplação, ciclovia, iluminação, arborização e adequação de acessibilidade. Além disso, o espaço contará com esculturas de personalidades regionais, área coberta por lonas tensionadas destinadas a feiras locais, espaço com aparelhos para atividades físicas ao ar livre e estacionamento”

(PNBONLINE, 2020)

A Orla do Rio Cuiabá é uma área da cidade que está encurralada pelas vias de fluxo intenso e rápido, para cima do Rio Cuiabá. Uma região que é utilizada pelos pescadores que, em nenhum momento, foram levados em consideração. Lócus da cultura tradicional, da pesca, da Festa

de São Gonçalo (padroeiro do bairro).

Sendo assim, nos últimos anos, as transformações urbanas realizadas na cidade de Cuiabá-MT, estiveram vinculadas à busca pela consolidação do ideal de 'Cidade Moderna', (SANTOS, 2013, p. 22), além da persistência do estigma do 'novo' associado ao moderno, visto como 'melhor' e mais adequado para alcançar o ideal avançado, como suscita também Arantes (2014, p. 20). Esta cidade, não tem sugere a imprevisibilidade, não tem espaço para o que acontece repentinamente, não tem lugar para o Outro. É uma cidade pronta e acabada.

**A CIDADE
NÃO PODE
TER
CONCLUSÃO.../**

As cidades sofrem silenciamentos e a desvalorização das suas tradições e de seus espaços prechos de cultural. O porto era a porta de entrada da cidade na época das navegações, mas ainda poderia continuar sendo. Isto porque é preciso atravessar a Ponte Júlio Muller para se chegar a Cuiabá. Entretanto, agora, de uma outra maneira, a Orla do Rio Cuiabá passa a ser a principal chegada à cidade por meio da construção de uma arquitetura inanimada.

No entanto, nesse processo de ressignificação, não valorizaram ou incentivaram o comércio local, ou consultaram a comunidade. Os espaços transformados ficam vazios a maior parte do tempo, pois não foram elaborados projetos que pudessem dar sentido à cultura do lugar, ou que tivessem a possibilidade de uma participação dos que ali perambulam em uma contínua construção da identidade.

Sendo assim, talvez, isso apenas beneficie poucas pessoas em um curto espaço de tempo, pois a novidade está sujeita a obsolescência, tendo um curto prazo de validade. Fatalmente, essa estratégia prejudica as tradições, apaga os sentidos da cidade tradicional, abre caminho para sessar os ruídos urbanos. Uma cidade acabada, construída para dar certo, render benefícios e vender uma imagem, já deu errado em seu princípio. Uma cidade não pode ter conclusão...

Referências Bibliográficas./

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. O lugar da Arquitetura depois dos modernos. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1995.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. 2 ed. rev., 1. reimp. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2014. 224p.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 8ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, 192 p.

BOMFIM, Marcia. As engrenagens da cidade: centralidade poder em Cuiabá na segunda metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT: Carlini&Caniato. 2010.

COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. Cuiabá: Rio, Porto, Cidade. Cuiabá: Secretaria Municipal de Cultura. 2000.

FOLHAMAX. Cuiabá investe R\$ 1,5 milhão com cenário da Orla do Porto. Jornal Baixada Cuiabana. 6 jan. 2017. Disponível em: <https://baixadacuiabana.com.br/cuiaba-investe-r-15-milhao-com-cenario-da-orla-do-porto/>

GOMES, C. T. do A. C. Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá: 1890-1930. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2005. 159p.

LACERDA, M. D. C. DE A. A invenção dos lugares de memória em Cuiabá: as demandas e políticas federais de preservação do patrimônio histórico em Mato Grosso (1958-2013). Cuiabá-MT: EdUFMT. 2018.

LOUZICH, Kellen Melo Dorileo; FIORIN, Evandro. Permanências e transformação do Centro Histórico de Cuiabá: uma construção historiográfica. 94-113. In. BARBOSA, Frederico Celestino. Ciência e Desenvolvimento: um olhar sobre a humanidade. Piracanjuba-GO. Editora Conhecimento Livre, 2020. 127p.

PNBONILINE. PREFEITURA DE CUIABÁ INVESTE QUASE R\$ 4 MI NO PRO

JETO ORLA DO PORTO II. PNBONLINE. 25 FEV. 2020. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://WWW.PNBONLINE.COM.BR/GERAL/PREFEITURA-DE-CUIABA-IN-VESTE-QUASE-R-4-MI-NO-PROJETO-ORLA-DO-PORTO-II/63758](https://www.pnbonline.com.br/geral/prefeitura-de-cuiaba-in-veste-quase-r-4-mi-no-projeto-orla-do-porto-ii/63758)

PÓVOAS, L. C. Sobrados e casas senhoriais de Cuiabá. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso. 1980.

ROMANCINI, Sônia Regina. Cuiabá: paisagem e espaços da memória. 1ed. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005. 176p.

SANTOS, José Antônio Lemos dos. Cuiabá e a copa: a preparação. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2013. 206 p.

SIQUEIRA, E. M; et.al., Cuiabá: de vila a metrópole nascente. Cuiabá: Entrelinhas, 2006. 2008p.

05./

Lucas do Nascimento Souza

**O caminhar
como uma
modalidade de
pesquisa.**

Resumo./

Como analisar áreas urbanas na cidade contemporânea diante da pluralidade das formas de apropriação dos espaços públicos? Este trabalho busca contribuir com os estudos qualitativos sobre percepção urbana por meio do método da cartografia. Assim, este escrito não trata da busca de informações ou levantamento de dados, mas sim da imersão na processualidade em curso presente no território do antigo leito férreo da cidade de Bauru-SP. O texto evidencia uma prática de pesquisa pouco explorada neste recorte espacial, que tende a contribuir com as discussões sobre percepção urbana e as futuras intervenções nesta área, uma vez que revolvidas as camadas sócio-espaciais decantadas e acessado um imaginário urbano pouco explorado por meio do caminhar como modalidade de pesquisa.

Palavras-chave: Percepção urbana, Cartografia, Leito férreo, Cidade, Bauru-SP.

Introdução./

Quais critérios teóricos e metodológicos deve seguir o arquiteto e urbanista ao analisar áreas urbanas frente às transformações percebidas na cidade contemporânea? Como descrever ou representar, a partir da pesquisa qualitativa, os desejos e agruras dos espaços públicos das nossas cidades? Como tentativa de validar uma modalidade de pesquisa que dê visibilidade ao imaginário coletivo presente no trecho urbano do antigo leito férreo da cidade de Bauru, este escrito tende a contribuir, para além da ampliação do debate sobre os métodos de análise qualitativa dos espaços urbanos, também para o arcabouço teórico utilizado nos estudos sobre percepção urbana, especificamente no contexto da cidade de Bauru, a partir de uma modalidade de pesquisa pouco explorada neste contexto urbano. Na busca por tentar responder os questionamentos anunciados acima, este trabalho se divide em quatro pontos. O primeiro deles trata a problemática envolvida e faz uma breve apresentação do contexto urbano onde será realizada a experiência de campo; o segundo aborda o caminho metodológico traçado e o terceiro traz a apresentação dos dados produzidos a partir da experiência do caminhar como prática estética; e, por fim, o quarto aponta algumas considerações que não pretendem sistematizar nem concluir a experiência, mas sim lançar possíveis direcionamentos acerca do contexto urbano explorado e alguns apontamentos sobre modalidade de pesquisa utilizada. Assim, o objetivo é suscitar novas reflexões sobre sua aplicação, podendo dar visibilidade à possibilidade de uso para a análise e interpretação singular dos espaços urbanos na contemporaneidade.

A cidade de Bauru, localizada no centro-oeste paulista, tem seu leito férreo como testemunho do passado de pujança econômica e social ainda no início do século XX. O transporte ferroviário que alavancou a cidade passa a entrar em declínio após a segunda metade do século e tem seu declínio marcado no início do século XXI. Os edifícios ferroviários originários da “era de ouro” da cidade hoje encontram-se, em sua maioria, depredados e subtilizados. Paralelo ao descaso patrimonial, temos um vasto leito férreo que se configura pela junção de espaços ermos, à parte da cidade tradicional. Não menos pulsantes, esses espaços encontram-se fora da rota das propostas de melhorias e intervenções urbanas, mas sob olhares atentos dos Outros. Se o caminho percorrido pelas locomotivas levando e trazendo cargas e passageiros pelo já considerado maior entroncamento ferroviário da América Latina antes pudesse ser considerado um não-lugar¹, há tempos já não é assim. “Imagina, há 25 anos atrás isso aqui era bem diferente. A gente sabia que horas era pelo apito do trem, tinha os horários certinho. Depois que parou tem

1 *“Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”.* (Augé, 2002, p. 73.)

ficado cada vez pior, desse jeito que vocês estão vendo aí”². A série de vagões abandonados em meio ao entulho e ao mato alto representa hoje a paisagem de muitos moradores do Jardim Santana, bairro cortado pela linha férrea. Mais à frente, à oeste, tem-se o patrimônio industrial remanescente da Companhia Antarctica Paulista, uma chaminé de tijolos. Seguindo, chega-se ao trecho ao qual este trabalho se debruça, o recorte espacial do leito férreo no centro da cidade. A área abriga edifícios patrimoniais remanescentes da atividade ferroviária na cidade, que hoje pouco importa ao transporte de cargas, servindo, principalmente, para transportar combustíveis.

Mais do que produto da percepção do espaço, as paisagens do leito ferroviário são testemunhos da tecitura social na qual o homem intervém continuamente.

Esta pesquisa parte do pressuposto da indissociabilidade do pesquisar e intervir, tendo como base que toda pesquisa é intervenção, conforme anunciado por Passos e Barros (2009). Neste sentido, atribuímos o caminhar como ferramenta estética de interpretação da paisagem, onde a partir disso, seja possível descrever e modificar espaços que revelam a necessidade de serem compreendidos e atribuídos significados, conforme defende Careri (2013).

O caminhar revela-se útil à arquitetura como instrumento cognitivo e projetual, como meio para se reconhecer dentro do caos das periferias uma geografia e como meio através do qual inventar novas modalidades de intervenção nos espaços públicos metropolitanos, para pesquisá-los, para torna-los visíveis.

(CARERI, 2013, p. 32)

O nomadismo presente desde a época de Abel³, apresentado por Careri (2013), traz a experimentação e o mapeamento do espaço pelo seu percurso em meio às pastagens, característica semelhante à percebida pelo flâneur, descrito por Walter Benjamin: “aquele que ainda dispõe de fragmentos da verdadeira experiência histórica e, por reconhecer a distância que o afasta dessa experiência, ele representa a busca por uma consciência histórica atual” (BIONDILLO, 2014, p. 9). “O flâneur se atenta a cada detalhe das ruas e vê nelas sua fonte de inspiração, sentindo ‘uma expressão misteriosa do gozo pela multiplicação do número’” (BENJAMIN, 1989, p. 187). Careri (2013) nos incita ao ato de caminhar, diante de algumas passagens pela história da arte, do percurso dadaísta, passando pela deambulação surrealista, até a “deriva”, cunhada pela Internacional Letrista na década de 1950. Amparada pela psicogeografia, a deriva tem por objetivo a exploração dos efeitos psíquicos produzidos no indivíduo

2 Trecho de diálogo informal com moradora do Jd. Santana, em meio a um dos percursos realizados pelo leito férreo

3 Caim e Abel, o primeiro homicídio da humanidade, tratado na obra *Walkscapes: O caminhar como prática estética* (CARERI, 2013).

dado o contexto urbano em que se está inserido.

Deste modo, nosso ponto de partida tem como pressuposto essas experiências, mas não tem diretrizes específicas ou fórmulas pré-concebidas, pois o método cartográfico não traça planos de trabalho, o mesmo constitui-se no momento em que se inicia a ideia do pesquisar. Tal direcionamento é composto por pistas, rastros a serem seguidos, frestas entreabertas que aguçam nosso olhar e nossos sentidos e nos levam a uma possibilidade de perceber e interagir com o espaço como uma forma de interpretação singular.

Conforme formulado por Deleuze e Guattari (1995), a cartografia não trata da representação dos objetos, mas do acompanhamento de processos, portanto, meio não definitivo. Os procedimentos de pesquisa aqui adotados estão diretamente ligados à ativação de diversos dispositivos sensoriais humanos: a visão, o olfato, o tato e principalmente a audição, sendo este o mais sensível: aquele ao qual estamos mais vulneráveis e, talvez, seja o mais importante ao zigzaguearmos por entre os trilhos do trem.

De tal forma, a modalidade de pesquisa a qual este escrito busca dar visibilidade, vai de encontro com a necessidade de olhares mais atentos às configurações a serem implementadas nos nossos espaços urbanos, muitas vezes emergidas por incentivo dos agentes produtores do espaço urbano, como o poder público, o setor privado e os interesses do mercado, que, a partir da especulação imobiliária, arruinam o ou colocam em dúvida o caráter humano dos espaços abandonados.

O modelo urbanístico de planejamento moderno, influenciado pelo CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), a partir da Carta de Atenas, vai na contramão de alguns aspectos presentes no leito férreo de Bauru, como a série de conexões e entrelaçamento de forças que emergem do espaço e revelam uma estrutura rizomática – ou que não se fecha em si. Deleuze e Guattari (2007) expõem o conceito de rizoma em oposição à estrutura hierárquica, que não conforma pontos ou posições, somente linhas – uma percepção pelo meio, por entre os trilhos. Os rastros destes espaços, grafites, pichações, lugares à mercê do tempo, e outros tantos aspectos observados evidenciam a existência de múltiplas conexões, que devem ser interpretadas em sua potência e multiplicidade.

Nos limites da área de estudo aqui tratada temos o exemplo da Avenida Rodrigues Alves, Bauru-SP, como tantas outras, trazidas do ideário urbanístico do século XX. Um grande canal criado para escoar a produção e as cargas trazidas pela ferrovia. Brasília, o exemplo mais lapidado do racionalismo modernista também elucida o panorama de eixos viários em detrimento dos espaços na escala das pessoas. De tal sorte, este escrito perpassa pela crítica ao modelo moderno de urbanismo por estar em sentido oposto às necessidades e anseios percebidos nos espaços públicos das nossas cidades, sobretudo, àqueles lugares às

Perceber pelo meio./

margens do antigo leito férreo de Bauru.

“Não é fácil perceber as coisas pelo meio, e não de cima para baixo, da esquerda para direita ou inversamente: tentem e verão que tudo muda” (**DELEUZE e GUATTARI, 2007, p. 35**). O nomadismo é rizomático. Não se apreende o campo nômade com o estabelecimento de começo, meio e fim. A apreensão nômade acontece. Tal sentido é presente no rizoma:

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...”. Há nessa conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Para onde vai você? De onde você vem? Aonde quer chegar? São questões inúteis. Fazer tábula rasa, partir ou repartir do zero, buscar um começo, ou um fundamento, implicam uma falsa concepção de viagem e do movimento (metódico, pedagógico, iniciático, simbólico...).

(**DELEUZE e GUATTARI, 2007, p. 37**)

Como permitir o domínio do espaço sobre nós? Careri (2013, p. 80) é categórico ao afirmar que “o percurso desenvolve-se entre insídias e perigos, provocando em quem caminha um forte estado de apreensão, nos dois significados, de sentir medo e de apreender”. Talvez a resposta esteja no caminhar. “O espaço apresenta-se como um sujeito ativo e pulsante, um produtor autônomo de afetos e de relações. É um organismo vivente, com um caráter próprio, um interlocutor que tem repentes de humor e que pode ser frequentado para instaurar um intercâmbio recíproco” (**CARERI, 2013, p. 39**).

Careri nos coloca que antes do neolítico a única arquitetura simbólica capaz de provocar mudanças no ambiente era o ato do caminhar, “uma ação que, simultaneamente, é ato perceptivo e ato criativo, que ao mesmo tempo é leitura e escrita do território” (**CARERI, 2013, p. 51**).

Nesse sentido, retomamos aqui que a pesquisa não se inicia ao ir a campo, e nem possui aparatos técnicos pré-estabelecidos que irão subsidiar a exploração, pois a exploração em si é o caminho, de tal forma, emerge daí o processo recíproco de interação com o lugar. Não seria possível fazer uso do método cartográfico sem ir a campo, tampouco descrever quaisquer que fossem as impressões, mesmo que rememorando, pois, a pesquisa está intrinsecamente ligada à prática do percurso. “O ponto de apoio é a experiência entendida como um saber-fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer. Tal primado da experiência direciona o trabalho da pesquisa do saber-fazer ao fazer-saber, do saber

na experiência à experiência do saber. Eis aí o “caminho” metodológico” (PASSOS e BARROS, 2015, p. 17).

A produção dos dados ocorre logo no início da pesquisa de campo, que já desconfigura uma simples coleta de dados, pois esse processo perpassa todas as etapas da pesquisa, desde a análise, tratamento, até a publicação dos resultados, conforme Passos e Kastrup (2015).

O nosso percurso foi adiado várias vezes. O medo e a insegurança fizeram com que a aproximação do desconhecido fosse protelada. Como entrar ali? Como passar por aquele trecho perigoso? Entretanto, a resposta sempre esteve no lugar. Ali, e, ao mesmo tempo, aqui; dentro de nós. Só precisávamos resgatá-la dentro do âmago, recolhê-la como dado científico e parte da experiência.

Era preciso rasgar a Membrana...

Sabíamos que tínhamos de nos livrar das amarras; mas, não é fácil.

Assim, este trabalho trata, sobretudo, do relato de pesquisadores angustiados, ansiando pela ruptura de um estigma que as próprias matrizes curriculares estanques ao longo de cinco anos de estudos deixaram.

Agora sabemos que aquele espaço temido tem vida. Tem ação. Tem reação. Tem gente. Tem buraco. É casa. É abrigo. É resistência.

A insistência nos cursos de arquitetura em projetar todo leito férreo como um grande parque linear e cravar um letreiro “I am Bauru” cegaria qualquer um que ali estivesse. Mero desejo, também importado, dos arquitetos pós modernistas que vagueiam as ideias de alguns profissionais do interior paulista.

Ruptura.

Bom, aqui estão esses dados, parcialmente reproduzidos nesse nosso processo de re-conhecimento do antigo leito férreo de Bauru. Digo parcialmente porque, nem a escrita, tampouco a gravação, ou os desenhos, podem representá-los. Nem devem, e eu também não queremos. Não é o objetivo. O mais difícil aconteceu. Era preciso rasgar nossa armadura e se lançar para o desconhecido. Não esperar, nem provocar, mas estar suscetível a...

Buraco!

A presença física do homem num espaço não mapeado – e o variar das percepções que daí ele recebe ao atravessá-lo – é uma forma de transformação da paisagem, que, embora não deixe sinais tangíveis, modifica culturalmente o significado do espaço, e conseqüentemente, o espaço em si, transformando-o em lugar. O caminhar produz lugares.

(CARERI, 2013, p. 51)

Valendo-se das afirmações de Careri (2013), que o caminhar produz lugares, assumirmos que intervimos no espaço ao pesquisar. Vale ressaltar como se dá o processo de produção desse conhecimento porque, a subjetividade é também um sentido trabalhado, assumindo diferentes posturas no decorrer da pesquisa até atingir um resultado inesperado. Daí a importância da distinção entre método e modalidade de pesquisa.

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga. Lançados num plano implicacional, os termos da relação de produção de conhecimento, mais do que articulados, aí se constituem. Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem conseqüências políticas. Quando já não nos contentamos com a mera representação do objeto, quando apostamos que todo conhecimento é uma transformação da realidade, o processo de pesquisar ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos. O método, assim, reverte seu sentido, dando primado ao caminho que vai sendo traçado sem determinações ou prescrições de antemão dadas. Restam sempre pistas metodológicas e a direção ético-política que avalia os efeitos da experiência (do conhecer, do pesquisar, do clinicar, etc.) para daí extrair os desvios necessários ao processo de criação.

(PASSOS e BARROS, 2015, p. 30, grifo dos autores)

O rizoma, descrito por Deleuze e Guattari, não só é identificado na estrutura de forças atuantes, nas entradas múltiplas do leite férreo, como também, no modo de interpretação e produção do espaço. É também ferramenta para entendimento das subjetividades apreendidas no espaço, meio pela qual tentamos esboçar a forma estética a qual somos afetados. “A questão é produzir inconsciente e, com ele, novos enunciados, outros desejos: o rizoma é essa produção de inconsciente mesmo”. (Deleuze e Guattari, 2007, p. 28).

Á área do leite férreo de Bauru abriga subjetividades subalternas e expressões plurais da sociedade. Pode também ser lido como uma zona autônoma temporária (TAZ – do inglês Temporary Autonomous Zone)⁴, a qual Bey (2004) não define, mas lança “fachos exploratórios” sobre

4 BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. Trad. REZENDE, Renato. 2. Ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

um lugar, físico ou não, enquanto tática, percepção e prática de liberdade e estratégia política. O leito férreo de Bauri é uma possível TAZ, pois detém uma dinâmica livre, de possibilidade de uso anarquista, dinâmica essa ainda não alcançada pelo invólucro dos poderes da cidade projetada, e que, se aparelhado a serviço do Estado e das organizações, tem a possibilidade de ressurgir em outros lugares, pois não é definição e sim tática, realidade que não é apreendida pela cartografia rígida das representações totalitárias. “Quando o rizoma é fechado, arborificado, acabou, do desejo nada mais passa; porque é sempre por rizoma que o desejo se move e se produz”. (DELEUZE e GUATTARI, 2007, p. 23). Daí a necessidade da cartografia como modalidade singular de exploração do espaço. Busca-se, portanto, experimentar um estranhamento. Quase que como etnógrafo, o cartógrafo pode e deve entrar em contato com o Outro, permitir que o Outro faça parte do seu processo de percepção do espaço, enquanto agente daquele lugar. É ceder o nosso corpo, nossos sentidos e nossa posição de fala para os Outros. É se colocar no lugar do itinerante, do andarilho, daquele que carrega em si as experiências do nômade. É permitir que o espaço, tal qual como aquele que recebe as manifestações dos Outros, também se expresse em nós. Assim, poderemos agora carregar temores, angústias, necessidades e antever alguns dos seus desejos. Isso em muito se distancia do roteiro técnico de análise dos espaços urbanos que estamos acostumados a fazer nas escolas de arquitetura.

O caminhar./

Ao nos propormos caminhar, buscamos explicitar essa experiência e demonstrá-la sem definir esta etapa como uma coleta de dados findada, mas sim, uma produção de informação inacabada. A possibilidade de retomar a caminhada novamente, inclusive, tem por objetivo suscitar novas reflexões e contribuir mais e mais para as pesquisas qualitativas em torno de metodologias pouco exploradas, possibilitando novas conexões para este espaço. Nos munimos de um telefone celular de modelo popular com uma câmera suficientemente boa para os registros (importante salientar que não havia conexão de dados no dispositivo, ou seja, não estávamos conectados à internet para que não houvesse qualquer interferência externa à experiência). Além do telefone celular, levamos um caderno, nosso diário de campo⁵, já usado para outros fins, com o intuito de registrar pensamentos, ações ou qualquer outro fenômeno emergido do espaço. Acompanhado do caderno, uma caneta nanquim.

[...] o pesquisador está, portanto, incluído no processo da pesquisa e se restitui, ele também, na operação de análise das implicações. O registro do trabalho de investigação ganha, dessa forma, função de dispositivo, não propriamente para concluir o trabalho ou apresentar seus resultados finais, mas como disparador de desdobramentos da pesquisa”.

(BARROS e PASSOS, 2015, p. 173)

Importante destacar que a narrativa dos dados produzidos deste trabalho não se faz por meio de suas representações ou escritas, mas encontra-se no próprio percurso realizado por entre os trilhos da ferrovia, na estação central e nas oficinas. A ideia do uso dos termos “membrana, ruptura e buraco” é uma alusão às dificuldades superadas relacionadas ao processo de imersão na modalidade de pesquisa e, conseqüentemente, no percurso a ser realizado. Áreas reconhecidas como perigosas deveriam ser acessadas, membranas deveriam ser rasgadas. Conceitos e preconceitos deveriam ser ressignificados, ruptura. E buracos deveriam ser penetrados, serviriam de porta de entrada para um mundo desconhecido. Ao longo do percurso o sentido de buraco vai ganhando mais sentido, tal como Alice, que mergulha na toca do coelho e passa a se comunicar com os animais, seres próprios daquele país de maravilhas.

5 O diário de campo pode ser acessado na íntegra virtualmente. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1gf9aHR9xCR15XyP2Df0RGzsQWzpsOSlq/view?usp=sharing>>.

Antes de começar o percurso alguns medos deveriam ser superados. O encontro com o desconhecido é temerário. Careri é categórico ao falar sobre o caminhar na América do sul: “[...] significa enfrentar muitos medos: medo da cidade, medo do espaço público, medo de infringir as regras, medo de apropriar-se do espaço, medo de ultrapassar barreiras muitas vezes inexistentes e medo dos outros cidadãos, quase sempre percebidos como inimigos potenciais” (CARERI, 2013, p. 170, grifo do autor).

No leito férreo de Bauru não é diferente. Este espaço à margem da sociedade abriga muitos usos, uma verdadeira confluência de outros espaços que interagem entre si, gerando novos espaços, outras conexões. Roupas queimadas evidenciam a fogueira que ali aconteceu. A sobreposição de camadas é clara ao vermos o caminho informal, de mato pisado, se sobrepondo aos trilhos. Ao largo deles, marcas de pneu. Foucault (2009) descreve essa sobreposição de espaços dentro de outros espaços e a forma como eles se relacionam como heterotopia. “A heterotopia consegue sobrepor, num só espaço real, vários espaços, vários sítios que por si só seriam incompatíveis”. (FOUCAULT, 2009, p. 416). A figura 1 trata-se do percurso realizado na área:

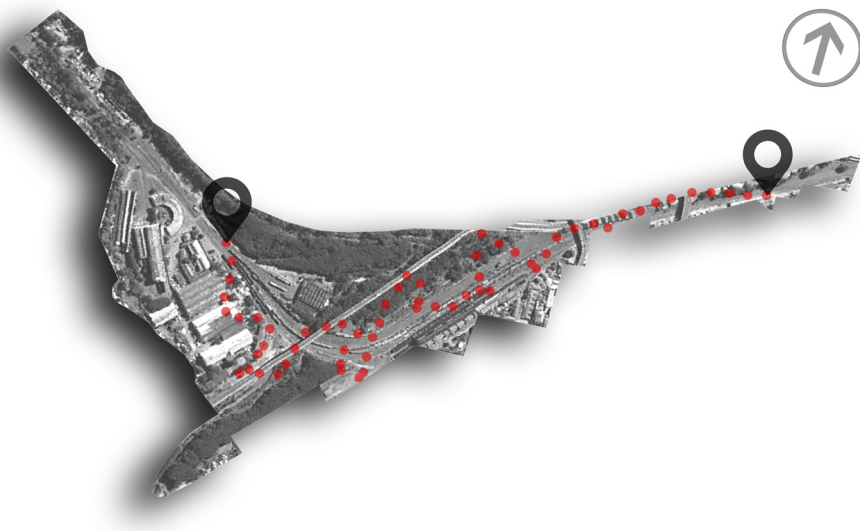


Figura 1 – Mapeamento do percurso realizado. Fonte: Google Earth, modificado pelo autor (2021)./

A figura 2 se refere a uma fotomontagem elaborada a partir da percepção de confluência e sobreposição de diversas atividades e espaços dentro do leito férreo.

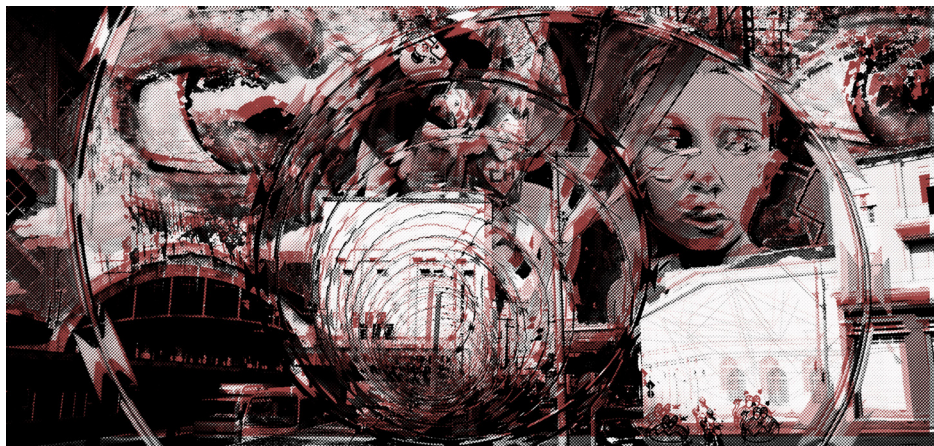


Figura 2 – Fotomontagem ilustrativa da heterotopia. Fonte: Acervo e modificações pelo autor (2021)./

A dinâmica do movimento espiral que a concertina apresenta está para além da representação em si. Ela se conecta ao campo reflexivo que nós, cartógrafos em ação, adentramos, influenciados pelas dinâmicas espaciais do ambiente e de como ele nos afeta. As lâminas pontiagudas e cortantes penetram àquele que tenta ultrapassar os limites. Segurança patrimonial ou segregação? Patrimônio de quem? Para quem? O que tem de um lado que não pode ser conectado ao outro? As has-tes cortantes, antes de rasgarem, lançam um alerta: proibida a entrada! A gare e todo o prédio da estação central são cercados por alambrado, enquanto nos muros, arame farpado... mesmo assim, penetramos. Agora fazemos parte deste mundo. Ele faz parte de nós também.

Neste sentido, o leito férreo de Bauru pode ser considerado um lugar heterotópico, lugar de sobreposições de tempos e espaços, moradores em situação de rua, usuário de drogas, andarilhos, vagões abandonados agora são moradia. Os viadutos e as pontes que se sobrepõem ao leito férreo cobrem áreas imensas que acomodam os que não têm casa. A figura 3 trata desse espaço-tempo interconectado.



Figura 3 – Fotomontagem da sobreposição de temporalidades e conexões. Fonte: Acervo e elaboração pelo autor (2021)./

A figura 4 traz uma representação originada do percurso realizado para este trabalho e de outros realizados anteriormente, sendo parte de um processo que se quer inconcluso. Esse mapeamento cognitivo se revela como expressão singular dentro da modalidade de pesquisa aqui delimitada. Assim, a partir do caminhar, nosso imaginário é revolvido suscitando memórias, pensamentos, desejos, impressões e aspectos que, ao serem colocados no papel, geram uma cartografia. “O objetivo da cartografia é desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado” (BARROS e KASTRUP, 2015, p. 57).



Figura 4 – Cartografia do leito férreo. Fonte: Acervo e elaboração pelo autor 2021./

No coração da cartografia temos o entroncamento da Estrada de Ferro Sorocabana, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e Cia. Paulista de Estradas de Ferro. A base da cartografia é um mapa feito à mão, o cinza representa o limite urbano e os tons de vermelho se tornam mais vivos de acordo com a hierarquia, sob o ponto de vista do leito férreo: principais acessos e transposições, rodovias e ferroviária. A partir da apreensão realizada no espaço, pode-se representar alguns aspectos desse sistema complexo que se assemelham a uma estrutura rizomática (figura 5):

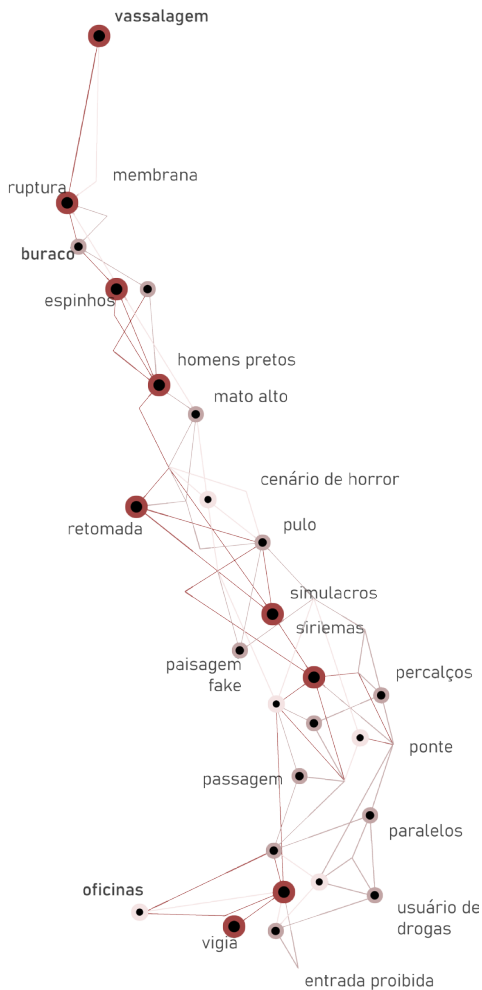


Figura 5 – Estrutura rizomática observada. Fonte: Elaborado pelo autor 2021./

Deixamos aqui os registros da exploração por estes espaços ermos, tão cheios de significado e vida. Guattari (1996)⁶ coloca que as partes constituintes da criação de um trabalho filosófico, depende de diversas variáveis que não são reproduzíveis. Neste sentido e, considerando a singularidade com que buscamos representar esteticamente a experiência subjetiva pelo leito férreo de Bauru, consideramos aqui, também, muitas reticências e um pedido de continuidade da exploração por este espaço que possibilita infinitos agenciamentos e conexões...

6 *Paráfrase da resposta ao questionamento sobre a reprodução e aplicação da obra Capitalismo e Esquizofrenia em outros cenários, em uma conversa informal após uma conferência realizada na PUC São Paulo, em 8 de setembro de 1982, quando Félix Guattari visitou o Brasil.*

Continuar caminhando.../

Este trabalho não termina aqui. Esperamos que contribua ao debate sobre a cartografia como método de pesquisa e o aumento da visibilidade de outras modalidades de pesquisa sobre percepção urbana, e, para além disso, seja ponte para outros trabalhos a serem desenvolvidos no contexto urbano dos nossos espaços públicos, sobretudo de Bauru. Ao adotar o caminhar como técnica estética de interpretação da paisagem, este escrito pretende ampliar as possibilidades das pesquisas qualitativas comprometendo-se a cumprir com seu papel científico sem que haja qualquer prejuízo metodológico, uma vez que desenvolve-se longínquo da metodologia tradicional do arcabouço prático da ciência moderna.

Referências Bibliográficas./

AUGÉ, Marc. Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus/Travessia do Século, 2002.

BARROS, Regina Benevides de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). In. Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, pp. 52-75.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas III. Charles Baudelaire, Um lírico no auge do capitalismo. São Paulo, Editora Brasiliense, 2000.

BEY, Hakim. TAZ: Zona Autônoma Temporária. Trad. REZENDE, Renato. 2. Ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

BIONDILLO, Rosana. Walter Benjamin e os caminhos do flâneur. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia Universidade Federal de São Paulo, 2014.

CARERI, Francesco. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo, G. Gili, 2013.

CARERI, Francesco. Caminhar e Parar. São Paulo, Gustavo Gili, 2017.

DEBORD, Guy. Teoria da deriva. Revista Internacional Situacionista. Texto publicado no nº. 2 da Revista Internacional Situacionista em dezembro de 1958. Protopia: Segunda tradução (espanhol – português) por membros do Gunh Anopetil, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, vl. 1, 2007.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel (Org.). Ditos & Escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, pp. 411-422.

GUATTARI, Felix. (1996). A restauração da paisagem urbana. Revista do IPHAN. n.24. p. 293-300. Disponível em: <<http://docvirt.com/Hotpage/Hotpage.aspx?bib=RevIPHAN&pagfis=8917&url=http://docvirt.com/docreader.net#>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. Micropolítica – Cartografias do Desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 4 ed, 1996.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. PASSOS, E.; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, pp. 32-51.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (Orgs.). In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, pp. 17-31.



*Uma
narrativa de
descobertas,
(re)
construções e
deciframentos
do arquiteto na
cidade.*

Resumo./

Este capítulo trata da relação sujeito|cidade como processo aberto, múltiplo e relacional, adotando uma investigação sobre o ato de (re)descobrir espaços urbanos enquanto meio para uma (re)descoberta e (re)definição do sujeito. A trajetória de descobrimento é investigada com foco sobre o modo como as emoções permeiam as experiências cotidianas e como estas se relacionam com a concepção da auto identidade. Considerando a intenção do estudo, adota-se uma abordagem qualitativa através do método fenomenológico. Por meio da narrativa de três momentos que marcaram o percurso de descoberta de um novo espaço urbano, foi possível evidenciar que o processo de construção permanente do sujeito se interliga, conecta e perpassa o processo também permanente de construção do lugar. Neste entendimento, o estudo aferiu que falar sobre o presente das cidades, também significa olhar para os aspectos do passado e do futuro do sujeito.

Palavras-chave: auto identidade, emoções, dimensões temporais, narrativas urbanas, corpo sensível.

Introdução./

Como afirma Bachellard (2008), a casa é o nosso canto no mundo. É onde, mesmo longe, somos capazes de revisitar o sentimento de segurança e proteção. Ao me deparar com a seguinte frase, “*you can't go home again*”¹ (PROSHANSKY et al, 1983), tal pensamento, ao me fazer cogitar que jamais serei capaz de revisitar este mesmo espaço, me conduziu a um entendimento, mesmo que ainda parcial, do quão mutável e inconstante é o espaço que vivenciamos. O mesmo, e talvez até de forma mais evidente, ocorre quando olhamos para nós, o sujeito. Aquela rua do hoje não é a mesma que já foi há 29 anos atrás e jamais será a mesma do amanhã. Da mesma forma que esse espaço se modifica e se reconstrói diariamente, sazonalmente, ano após ano, também vou me modificando me reconstruindo. Tal reflexão me conduz ao pensamento do quão inacabados a cidade e o sujeito se encontram nesse momento que aqui relato as minhas percepções.

Colocando tal paralelo em perspectiva, neste capítulo iremos tratar da relação sujeito|cidade enquanto processo aberto, múltiplo e relacional, partindo de uma investigação sobre o ato de (re)descobrir espaços urbanos enquanto meio para uma (re)descoberta e (re)definição do eu. Pautado na ideia de que o espaço urbano, assim como a identidade do sujeito, se encontra em um estado em construção, volta-se o olhar, neste texto, para a identidade pessoal não como substância, mas como sentimento, o qual somente pode se configurar na pluralidade das ressonâncias da experiência (LE BRETON, 2019).

Assumindo que o homem está afetivamente presente no mundo e a existência é um fio contínuo de sentimentos (LE BRETON, 2019), adota-se como foco deste trabalho o modo como as emoções permeiam as experiências cotidianas e como estas se relacionam com a concepção da auto identidade. Neste contexto, é investigada a relação da pesquisadora ao se deparar com as descobertas e as emoções que um novo espaço urbano é capaz de despertar, evidenciando aspectos da relação pessoa-ambiente no contexto das cidades.

Considerando a intenção do estudo em investigar a vivência do sujeito através das emoções evocadas no jogo de acontecimentos, característico do viver cotidiano nas cidades, adota-se uma abordagem qualitativa por meio do método fenomenológico. Neste contexto, o estudo revela um mergulho na relação sujeito|cidade através da consciência que daí emerge, por meio dos significados e emoções que o sujeito atribui ao objeto enquanto parte de uma trajetória de auto descobrimento, atrelada ao desvendar de um novo contexto urbano.

Por meio da pesquisa, foi possível aferir que o comprometimento

¹ “*Você não pode voltar para casa*” (PROSHANSKY et al, 1983, tradução nossa).

característico da relação sujeito e cidade retrata, ao mesmo tempo, o processo de construção permanente do sujeito, que se interliga, conecta e perpassa o processo também permanente de construção do lugar. Logo, entende-se que olhar a cidade por meio de suas diversas possibilidades, caminhos, elementos e pessoas, significa também olhar para a auto identificação do sujeito, onde aspectos do presente do lugar, se inter-relacionam com o passado e o futuro de cada indivíduo.

A cidade como jogo de acontecimentos./

Ao buscar delinear um trajeto para esse processo de (re)descobrimto, o olhar sobre a experiência na cidade surge por meio da narrativa de momentos. Ancorada em uma perspectiva situacionista² do pensamento urbanístico, entende-se que os momentos que permeiam a vivência nas cidades, caracterizados por certa ambiência³ e permeada pelo jogo de acontecimentos, são responsáveis por estabelecer a nossa percepção em relação aos espaços que habitamos no decorrer da nossa existência.

Ao recordar as cidades que habitei, a ideia de momentos, que na minha percepção constroem a imagem que tenho desses locais, se apresentam como objeto principal dessas lembranças. Tais situações, inseridas em um contexto espaço-temporal, surgem carregadas de emoções e sensações, decorrentes das ambiências evocadas em cada lembrança.

Me recordo da brisa quente, da sensação do vento norte que toca a minha pele anunciando o fim do inverno na minha cidade natal; O som das folhas batendo umas contra as outras soma-se ao movimento lento da silhueta das árvores toda vez que passava caminhando em frente ao Jardim Botânico de Florianópolis nos finais de tarde; O reflexo das luzes dos semáforos e dos carros refletidos nas poças de água acumuladas pelo chão da cidade de Londres me transportam para a atmosfera fria e por vezes ensolarada da primavera inglesa.

2 “Nossa ideia central é a construção de situações, isto é, a construção concreta de ambiências momentâneas da vida, e sua transformação em uma qualidade passional superior. (...) o cenário material da vida; e os comportamentos que ele provoca e que o alteram” (DEBORD, 1957).

3 O estudo das ambiências abarca não somente os fatores sensíveis do lugar (seus sons, cheiros, luzes e cores, o movimento do ar e das pessoas) ou as sensações de equilíbrio, de amplitude ou confinamento mas, também, sua capacidade de evocar memórias e estabelecer afetos (DUARTE, 2015).

Tais percepções, que se fazem presentes por meio de revisitações aos meus vividos, apontam para a concepção de que o corpo é o aparelho sensível através do qual interagimos com o mundo **(DUARTE, 2015)**. Vivemos e recordamos a cidade por meio das sensações que essa nos provoca. Tal ideia aponta para concepção da existência e sua relação com o espaço urbano por meio de uma solitação sensível que permite ao sujeito viver em plenitude. Ao nos tornar sensíveis ao ambiente que nos rodeia, nos abrimos a nós mesmos, ao nosso próprio corpo **(CAZAL, 2014)**. Tal fato aponta para a importância de se analisar tais momentos como objeto deste estudo, buscando, por meio de um olhar sobre a cidade, olhar para o processo de construção identitária do sujeito.

Por meio dessa perspectiva, é exposta a narrativa de três momentos que marcaram o percurso de descoberta desse novo espaço urbano, conduzindo ao processo de (re)descoberta e (re)construção do sujeito. Destaca-se, por fim, que o olhar sobre os acontecimentos nessa pesquisa se dá com foco no detalhe e pelo fragmento como método de apreensão do cotidiano **(BARROS, 2019)**.

O cotidiano como enfrentamento/descobrimto./

A narrativa que aqui se inicia descreve a experiência da pesquisadora frente ao até então desconhecido que caracteriza esse novo espaço urbano à espera de ser descoberto. A mudança de residência para um contexto espacial repleto de novas culturas, novas linguagens, novos modos de agir desperta a possibilidade de investigar as relações sensíveis entre o sujeito e a cidade, pois é quando nosso ambiente é modificado que nos tornamos mais conscientes a respeito (ITTELSON et al, 2005).

Ao me encontrar inserida nesse espaço, com novos símbolos e novos ritos, foi possível perceber como o estar na cidade envolve uma série de atravessamentos, relacionados à diversidade de elementos que compõem a experiência do descobrimto. Vivenciar essa nova cidade é sentir-se mergulhar em uma grande quantidade de signos onde não há um código único para decifrá-los, os significados não são dados de antemão, precisam ser produzidos (CAMPBELL, 2015). A pluralidade de informações e de diferenças, em uma primeira aproximação com o lugar, causa estranhamento, confusão:

Apesar das diferentes necessidades que me conduzem ao deslocamento pelo espaço urbano, todos os dias sinto o atravessar de sensações semelhantes. O caminhar pela cidade desperta olhares de crianças, idosos e adultos. Todos passam me encarando, será que sou tão diferente assim? Tento caminhar diariamente, buscar um pequeno contato que seja com a luz do sol que mal sinto tocar a minha pele. Vejo poucas pessoas correndo ao ar livre, muito menos mulheres aqui neste espaço. Sinto novamente olhares, será que essa atitude é mal interpretada pelos nativos? Será a roupa que estou usando? Deveria me portar de forma diferente? Começo a tomar conhecimento dos questionamentos que perpassam a minha percepção de mulher, estrangeira e brasileira nessas terras distantes.

A experiência de acesso a um estabelecimento comercial já me atravessa com um sentimento de insegurança. Fico desconfortável antes mesmo de sair de casa. Ao chegar no caixa do mercado não sei se devo tentar me comunicar em uma terceira língua, se é melhor ficar em silêncio, apenas concordar e tentar interpretar os sinais e gestos das atendentes. Apontar, mostrar a quantidade por meio dos dedos, 1, 2, 3 pães, gestualizar a intenção de comprar uma quantidade de queijo - em fatias, não em bloco - já estão fazendo parte dessa nova rotina. Por vezes a reação dos atendentes é solidária, tentam ajudar, retribuem sorrisos. Por vezes o mau humor e a falta de paciência com o estrangeiro ajudam na

sensação de afastamento, causam mal estar. Será que um dia vou me sentir em casa aqui? Parece que não (diário de campo, Dezembro de 2020).

Os relatos referentes à experiência do descobrimento retratam, de início, uma série de questionamentos e incertezas provenientes da relação do sujeito com o espaço. A percepção da auto identidade é ressaltada ao perceber a reação do outro, que resulta em um questionamento frente a forma como deve-se agir: “deveria me portar de forma diferente?”. Neste cenário o espaço urbano vira palco de uma comunicação entre sujeitos que não se dá de forma direta e intencional, mas comportamental. Por meio de manifestações impregnadas de ambiguidade, como olhares, gestos, conversas, risadas, o corpo do outro transmite significados, que por vezes não são facilmente compreendidos.

A barreira gerada pelo desconhecimento de uma nova língua pode, por vezes, ser superado por intermédio de mensagens simples, pelo recurso aos gestos e às mímicas (**LE BRETON, 2019**). O gesto de apontar, a identificação da quantidade de elementos por meio do levantar dos dedos da mão ou o balançar da cabeça horizontal ou verticalmente, surgem como solução rápida e segura ao desafio que o viver cotidiano agora apresenta. O fato de calar a voz, por sua vez, surge como uma alternativa a uma possível exposição sobre o lugar de onde se está falando, mulher, estrangeira e brasileira.

Tais acontecimentos ressaltam o papel do corpo vibrátil (**ROLNIK, 2011**), onde as situações do cotidiano, repletas de enfrentamentos e descobrimentos, expõem um corpo que é afetado e acionado. A narrativa descrita expressa, ainda, a busca por alternativas de sobrevivência e adaptação a esse novo espaço, repleto de novas situações e relações. Busca-se a segurança como um pequeno respiro frente ao turbilhão que agora caracteriza o habitar na cidade.

Aliado às sensações que o contato com o outro desperta, a incerteza em relação ao sentimento de pertencimento, seja ao contexto espacial ou social deste lugar, reflete o processo de luto e luta experienciado pela autora (**PROSHANSKY et al, 1983**). Quando os laços com o espaço familiar é rompido, a sensação de perda e de não pertencer expõe a importância da vinculação ao lugar⁴ como elemento chave para a construção de um senso de identificação com o espaço da vida cotidiana. Os questionamentos, “deveria me portar de forma diferente?”, “um dia vou me sentir em casa aqui?”, ressaltam a ideia de que as principais mudanças de estado nas vidas das pessoas levam os indivíduos a reconsiderar as suas perspectivas sobre eles próprios e sobre o mundo à sua volta (**SPELLER, 2005**).

4 Aspectos da vinculação ao lugar são: um sentimento de segurança; um sentimento de autonomia; o desejo e a capacidade de se envolver na apropriação; um nível ótimo de estimulação interna e externa; e a congruência com o lugar (**SPELLER, 2005**).

Me recordo de um caminhar contido das grandes áreas livres próximas à rodovia e ao trilho do trem, agora com suas árvores secas devido ao inverno rigoroso que se aproxima. Os vastos gramados cobertos por uma névoa branca e serena que pousa no ar estabelecem um clima de mistério. O crocitar dos corvos ao fundo somam-se com as silhuetas que observo ao longe. Apesar de ser 16h da tarde, o céu já está escuro. Tal momento me atravessa com um sentimento de medo, insegurança e incerteza. Percebo que instantaneamente começo a me deslocar mais rapidamente. É o meu corpo ativando o modo de defesa, buscando meios para alcançar aquela sensação de segurança que por vezes sinto que já não me pertence mais (diário de campo, Janeiro de 2021).

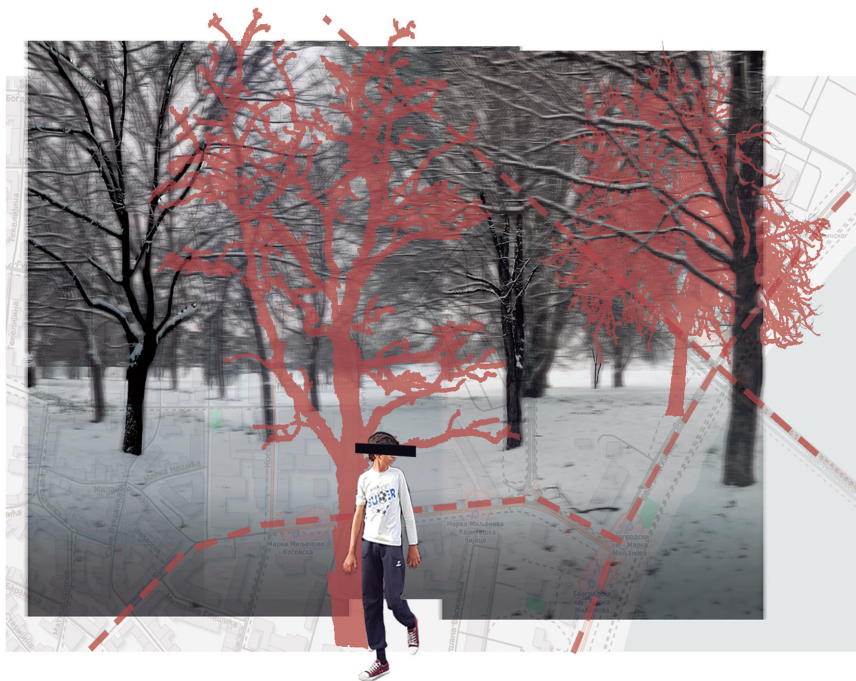


Figura 1 - Montagem sobre fotografias retratando o perder-se, os atravessamentos do lugar. Fonte: acervo dos autores e editada pela mesma (2021)./

A experiência relatada evidencia a relação entre a experimentação do espaço e as ambiências que caracterizam essa vivência. A soma de sensações – medo, insegurança –, aliada a percepção caracterizada pelo vasto, o amplo e a ausência de pessoas, expressam a forma com que o espaço afeta. Tal narrativa ainda conduz ao pensamento de que a sensibilidade e a mobilidade são duas faces indissociáveis do mesmo fenômeno urbano – arquitetônico, sem ser possível conferir supremacia de uma sobre a outra (THIBAUD, 2004). Ao sentir, perceber e vivenciar

o espaço por meio de um corpo feminino e estrangeiro, a tensão gerada pelo desconhecido, pelo escuro e vasto impulsiona ao movimento. A reação – de deslocar-se com maior velocidade – reforça o papel das angústias e incertezas que perpassam a vivência de um corpo que ao ser afetado, aciona-se. Tal resposta se dá devido a percepção dos fatores que compõem a ambiência desse novo cenário urbano, seja proveniente do contato com o desconhecido, seja representado na figura do outro – que reage a minha presença –, seja através da baixa legibilidade do espaço ao sentir-se perdido, confuso. Tal resposta ao meio serve enquanto objeto para explorar o papel do passado ambiental na consolidação da identidade e da vivência do sujeito, onde a experiência, por meio de narrativas, constitui um meio de análise **(LE BRETON, 2012)**.

Compreendido neste estudo por meio de uma concepção comparativa, o passado ambiental é a determinação do que é familiar e não familiar ao sujeito **(PROSHANSKY et al, 1983)**. Entendemos de forma mais clara o que é familiar quando nos deparamos com o que é estranho, o desconhecido que gera confusão e medo. Neste momento, o papel da casa natal volta aos meus pensamentos. A sensação de segurança proveniente das vivências junto ao espaço da primeira moradia, ao contexto urbano da rua onde cresci, as relações sociais que desenvolvi nesse espaço de segurança, conforto e também, descobrimento, são revividos constantemente na minha interação com essa nova cidade.

Neste contexto, percebe-se que não vivenciamos o hoje somente centrado no presente e por meio dos acontecimentos que caracterizam esse lugar, aqui e agora. Cada som, cheiro, toque e sensação fazem parte de um processo de revisitação aos vividos, colaborando para o estabelecimento das emoções que permeiam a relação com esse novo lugar. Seja por meio dos medos que o escuro e o vasto provocam, a insegurança na atitude que devo desempenhar por meio da reação do outro, percebo que descobrir esse novo espaço, diz muito sobre quem eu fui, talvez de forma mais exata do que em relação a quem eu sou atualmente.

Neste momento do estudo podemos perceber que o ato de nos deslocarmos em nossas errâncias pela cidade promove uma captura incessante de impressões e sensações que desencadeiam um processo de triagem de nossas respostas afetivas proporcionadas pela incessante (re)organização das referências memoriais **(DUARTE, 2015)**. Tal questão se relaciona a nossa própria memória corporal, isso significa dizer que a forma como eu interajo com o espaço influencia nas formas como eu irei interagir e perceber os ambientes em si **(GREGORY, 2018)**.

O contraponto como experiência./

Me deparo com a lembrança de um caminhar lento, novamente noto o olhar dos demais indivíduos que ocupam esse mesmo espaço. Percebo como o simples deslocar lento desperta interesse. Diferente das pessoas idosas que também parecem viver o mundo nessa mesma velocidade, o meu percorrer desperta curiosidade e desconfiança. Ao adentrar as pequenas ruas com casas em fita percebo uma calma característica dessa parte da cidade. Longe do caos do centro consigo me deslocar com maior tranquilidade. Penso em caminhar pelo canto da rua, pois as calçadas não são confortáveis. Não vejo ninguém andando pelo leito viário, não sei ao certo se isso é mal interpretado, devo seguir por aqui? Melhor não, retornarei à calçada.



Figura 2 - Montagem sobre fotografias retratando o deslocar-se, os ruídos do lugar.
Fonte: acervo dos autores e editada pela mesma (2021)./

O baixo movimento de pessoas e carros permite que os demais sons sejam percebidos, acho curioso que não consigo ouvir nenhum ruído de dentro das casas. Silêncio. Momentaneamente ouço o assoviar de 3 passarinhos junto ao gramado localizado em frente a um dos prédios, tal situação me atravessa com uma sensação boa, quente, familiar. Desde que passei a percorrer as ruas dessa cidade, acho que é a primeira vez que ouço o som de uma ave que não seja o crocitar dos corvos. Sigo percorrendo, em certo momento ouço alguns cães latindo dentro de um quintal. Não avisto pessoas ou vozes, apenas um portão fechado. Permaneço ouvindo o latir ao fundo e sinto que a presença desse som me afeta com uma sensação boa, conhecida. Ao me sentar para descansar em um banco junto a uma praça onde crianças correm e brincam sob o olhar atento dos pais, percebo que tanto a presença dos pássaros, quanto o som do latido, foram capazes de me transportar para lugares das minhas vivências passadas. Talvez seja o contraponto entre o cenário europeu, onde o frio, o crocitar dos corvos e as árvores secas parecem tão distantes e amedrontadores. Tais sons percebidos me conduziram em devaneio ao sol quente, as ruas com vegetação verde, o céu azul do meu país. O som dos pássaros me transportaram ao quintal da minha casa natal, os cães me remeteram a rua onde cresci, onde hora sim e hora também os cães da vizinhança latem para qualquer indivíduo que ouse se deslocar sobre aqueles paralelepípedos (diário de campo, Fevereiro de 2021).

Ao revisitar tais acontecimentos por meio da narrativa, as palavras de Bachellard (2008) mais uma vez retornam aos meus pensamentos. Segundo o autor, o verdadeiro bem estar tem passado. Percebo que o deslocar por esta nova cidade em um processo de descoberta, internamente o corpo busca sensações de familiaridade, fazendo reviver lembranças de proteção, segurança e bem estar. A simples presença de pássaros ou o latido familiar dos cães, afeta o corpo como uma avalanche de sensações e de emoções. Tal aspecto, segundo Le Breton (2019), cristaliza o essencial de uma existência onde a afetividade não se equipara à aferição objetiva de um fato (pássaros voando ou cães latindo), ela decorre de um emaranhado de interpretações – de significados vívidos (casa, lar, infância, família, calor e saudade). Mais uma vez o espaço é capaz de elucidar questões que me fazem refletir sobre quem eu sou.

O paralelo cidade|sujeito aqui descrito, caracteriza, assim, a necessidade humana de encontrar significados e ordem para as coisas que vão acontecendo no nosso ambiente, é uma necessidade de descoberta de nós mesmos naquele que será o mundo que nos rodeia (**NORBERG-SCHULZ, 1975**). Seja por meio das emoções positivas ou negativas com que esse espaço afeta meu corpo, tal processo caracteriza a noção da construção identitária do sujeito através da pluralidade das ressonâncias da experiência. A forma como certo acontecimento me atravessa, por meio do entrelaçamento de emoções e sensações, se relaciona ao

processo de criação e recriação dos sentidos que emergem da nossa relação com o mundo e com os outros.

Tais fatores expõem a concepção já apresentada inicialmente de cidade enquanto seu inacabamento. Por meio de suas oportunidades, diferentes interpretações e possibilidades de (re)criação, o espaço, mesmo edificado, projetado, nunca se encontra acabado. O lugar está sempre sujeito às interpretações e vivências daqueles que dele se apropriam. Sua evolução não se dá unicamente por meio de projetos de degradação e qualificação, mas sim por meio de um processo contínuo de edificação de um muro de histórias coletivas, memórias, que somadas constroem o que verdadeiramente é aquele lugar. Nesse sentido, a ideia de uma cidade em permanente construção se dá com enfoque no somatório das diferentes percepções que aquele mesmo espaço urbano é capaz de despertar. Se estabelece na múltipla gama de sensações, emoções, ambiências, memórias e vivências que um mesmo espaço, seja um vazio, um centro edificado ou uma quadra de um parque residencial, são capazes de evocar.

Tal fato reflete ainda a tese já defendida por pensadores como Norberg-Schulz (1975), Pallasmaa (2016) e Bohme (2017), de que o real propósito da arquitetura se encontra na possibilidade desta em tornar-se parte existencial do próprio homem. Por meio de tal reflexão, defende-se aqui a noção de cidade como aquela que faz sentir, aquela que faz sentir.

O espaço como convite à experimentação./

Ao me deslocar pelo centro histórico, um elemento que parece bastante característico – devido a sua presença constante nessa parte da cidade – me chama a atenção durante meus percursos. A presença de galerias que cortam as quadras centrais da cidade, conduz os que ali se aventuram a passar, de uma rua a outra, como um atalho em meio ao desconhecido miolo das quadras. Tais espaços, por sua forma não retilínea, não permitem ao observador do lado de fora enxergar muito do que acontece do lado de dentro. Vemos a entrada, alguns elementos que compõem esse percurso, mas não sabemos ao certo o que há escondido ali dentro, quem pode ou não adentrar tal espaço. Toda vez que passo em frente a esses túneis sou atravessada por uma sensação de curiosidade, expectativa, quase como um convite à experimentação. Será que posso entrar? Devo me aventurar nesses pequenos mundos desconhecidos? Somado a tal aspecto, o medo e a insegurança perpassam novamente a minha vivência na cidade. Começo a perceber como esse sentimento está presente nessa minha nova trajetória de habitar um novo lugar. Durante a noite tais espaços, agora escuros, parecem perigosos, ainda mais quando essa percepção se dá a partir do meu corpo feminino que busca desvendar o desconhecido.



Figura 3 - Montagem sobre fotografias retratando o descobrir-se, as diversas possibilidades do lugar. Fonte: acervo dos autores e editada pela mesma (2021)./

Em outras circunstâncias de perambulações pela cidade, percebe novamente como o contato com esses espaços encobertos pelo mistério e pela surpresa de não revelar o todo surgem como um convite à fantasia. Diversas sacadas localizadas nos andares superiores dos prédios, as janelas que se abrem ao exterior por meio de suas esquadrias tão diversas. Que mundos habitam dentro de cada um desses apartamentos? Ao passar em frente aos portões das casas mais antigas busco sempre enxergar por entre as frestas, os rasgos nas grades, que outro novo mundo se localiza nos jardins centrais desses velhos casarões? De certo modo acredito que nunca irei descobrir, mas tais acontecimentos me instigam a seguir caminhando, seguir imaginando e seguir descobrindo (diário de campo, Março de 2021).

As narrativas apresentadas remetem às diversas possibilidades que os diferentes espaços urbanos apresentam no imaginário daqueles que se permitem viver (n)as cidades. As emoções, que caracterizam esse processo de descobrimento, repletas de expectativas, excitação e possibilidades, retratam novamente a presença da questão temporal que perpassa as vivências do sujeito. Ao habitar o hoje, como já mencionado, não o fazemos unicamente no presente, somado aos aspectos do passado que nos acometem durante a experiência do cotidiano. O futuro também está presente nas nossas experimentações da cidade.

Viver o espaço por meio das emoções que se relacionam as antecipações, as diversas possibilidades e a fantasia que o desconhecido e o mistério são capazes de despertar, conduzem a um questionamento sobre o papel da afetividade que não se relaciona unicamente a concretude do presente. Ela pode antecipar um acontecimento e assim misturar-se ao imaginário ou às fantasias, os quais igualmente produzem emoções reais **(LE BRETON, 2019)**.

O contexto temporal que perpassa a experiência cotidiana pode ser expressado por meio das lembranças e memórias que constituem o passado, as ambiências e os acontecimentos que registram e marcam o presente e, por fim, as fantasias, possibilidades e expectativas que retratam a influência do futuro. Tal fato aponta para o tempo, quer seja visto como abstrato ou intangível, quer em termos de memória, significados e sentimentos, é indiscutivelmente uma propriedade importante do lugar **(SPELLER, 2005)**.

Apesar do espaço remeter a uma série de sensações que se relacionam à excitação do novo, o medo do desconhecido surge novamente por meio das narrativas da insegurança quanto ao deslocar-se por tal espaço. Evidencia-se, neste momento, a ambiguidade da situação, a qual é característica das percepção individual daquele sujeito que sente e que vive o espaço por meio de todos os aspectos temporais, sociais e espaciais que consolidam a sua existência. Mediante a narrativa de cada um dos momentos retratados neste trabalho, é possível, assim, perceber como o espaço fenomenológico e eu como habitante mantemos uma

relação de extremo comprometimento ativo com o meio físico (**DOS SANTOS, 2011**).

Tal comprometimento retrata o processo de construção permanente do sujeito, que se interliga, conecta e perpassa o processo também permanente de construção do lugar. Nesse momento, a história do sujeito se interliga com a história do lugar e tais aspectos não podem mais ser apagados, por fazerem parte da sua existência. Talvez diversas outras camadas venham a modificar quase em sua totalidade os aspectos de tal espaço|sujeito, mas os momentos que marcaram, carregados de vivências, emoções, sensações, ambiências e acontecimentos, seguem inscritos e marcados na memória, revividos por experiências ainda nem imaginadas.

À guisa de conclusão./

Ao delinear o fim dessa escrita retomo a reflexão inicialmente apontada neste estudo. A ideia de “you can’t go home again” agora surge de uma maneira já não tão mais amedrontadora. Compreendo, sim, que me custaria um enorme e inútil esforço tentar revisitar aquele mesmo espaço da minha infância que não existe mais. Fisicamente, ele se encontra alterado pelas marcas do tempo, pelas diferentes pessoas que hoje circulam por aqueles mesmos paralelepípedos, pelas novas crianças do bairro que brincam pelos terrenos baldios e que andam de bicicleta para cima e para baixo desbravando o seu universo de fantasias infantis.

No entanto, algo que acredito que jamais será perdido e que não importa quantos cidades me proponho a desbravar ou quais caminhos pretendo seguir, é aquela sensação de segurança, de ser abraçado pela atmosfera do lar e avistar o fogo aceso na lareira ainda do lado de fora e saber que lá dentro aquele espaço e tudo o que ele representa vão permanecer me amparando. Tais sensações e emoções perpassam a experiência vivida e se inscrevem na memória de cada sujeito, guiando percepções futuras sempre que novas experiências urbanas convidam a diferentes jornadas de deciframento.

Ao considerar a influência dos aspectos temporais sobre a relação sujeito e cidade, evidencia-se que ao vivenciar o hoje por meio dos acontecimentos não o fazemos unicamente centrados no presente. Essa experiência diária é perpassada constantemente pela influência do nosso passado ambiental, repleto de memórias e lembranças, assim como pelas expectativas e antecipações, relacionadas a possibilidades futuras de usos e significações nesse mesmo espaço do hoje. Ao assumir tal entendimento, compreendo que apreender a cidade contemporânea e falar sobre seu presente demanda um olhar crítico sobre o passado e também sobre o futuro do sujeito.

Por fim, reconheço que olhar a cidade por meio de suas diversas possibilidades, caminhos, elementos e pessoas, significa também olhar para o meu eu interior. Enquanto descubro novos lugares por meio do um corpo que se torna presente ao se movimentar, se apropriar e transformar tais espaços, vou me descobrindo e (re)inventando enquanto indivíduo. Por esse entendimento, parece-me possível afirmar que cada pequeno momento, que somados compõem uma nova camada de vivências que constroem a parede da minha existência, é somente mais uma pequena parte que compõe a vastidão de possibilidades e de representações dessa mesma cidade. Por esse entendimento, pode-se afirmar que a cidade, assim como o sujeito, é múltipla, é movimento, é inacabamento.

Referências Bibliográficas./

BACHELARD, G. (2008). A poética do espaço. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 242 p.

BARROS, L. P. (2019). Cartografias afetivas e a ressignificação dos espaços e sensibilidades na urbe. In: Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society, v. 05, ed. especial, maio, artigo nº 1501.

BOHME, G. (2017). Atmospheric Architectures. The Aesthetics of Felt Spaces. London: Bloomsbury.

CAMPBELL, B. (2015). Arte para uma cidade sensível. Invisíveis produções. Série coletivos. pp. 19 -24.

CAZAL, R. (2014). Habiter. In: Dans Études. Julho. pp. 53 - 62.

DEBORD, G. (1957). Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional. In: JACQUES, P. B. (2003) (org.). Apologia da deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

DOS SANTOS, R. G. (2011). Fenomenologia do espaço e do habitar: noites estreladas e invólucros simbólicos. In: V!RUS, São Carlos, n. 5, jun.

DUARTE, C. R. (2015). A empatia espacial e sua implicação nas ambiências urbanas. In: Revista Projetar. Edição especial de lançamento. Outubro.

GREGORY, P. (2018). Affective Spaces in Urban Transformation's Contexts. In: Journal of Civil Engineering and Architecture. pp. 563-572. Dezembro.

ITTELSON, W. H.; PROSHANSKY, H. M.; RIVLIN, L. G.; WINKEL, G. H. (2005). Homem Ambiental. Laboratório de Psicologia Ambiental Universidade de Brasília. Série: Textos de Psicologia Ambiental, 2005, Nº 14 Instituto de Psicologia.

LE BRETON, D. (2012). A sociologia do corpo. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

LE BRETON, D. (2019). Antropologia das emoções. Vozes: Petrópolis, RJ.

NORBERG-SCHULZ, C. (1975). Existencia, Espacio y Arquitectura. Barcelona: Editorial Blume.

PALLASMAA, P. (2016). Habitar. Editorial: Gustavo Gilli.

PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K.; KAMINOFF, R. (1983). Place identity: physical world socialization of the self. In: *Journal of Environmental Psychology*, v. 3, pp. 57-83. Academic Press Inc. (London) Ltd.

ROLNIK, S. (2011). Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS.

SPELLER, G. M. (2005). A importância da vinculação ao lugar. In: SOCZKA, L. (Ed.). *Contextos humanos e psicologia ambiental*, pp.133-167. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

THIBAUD, J. (2004). O ambiente sensorial das cidades: para uma abordagem de ambiências urbanas. TASSARA, E.T.O.; RABINOVITCH, E.P.; GUEDES, M.C. (Eds.) *Psicologia e Ambiente*, EDUC Editoria da PUC-SP, pp. 347-361.



Evandro Fiorin
colaborador: Igor Augusto de March

**Sólidos,
planos, vazios;
espaços de
encontro,
escadas e
esquinas...**

Resumo./

Este capítulo é resultado de um trabalho de iniciação científica que reforça o viés da percepção ambiental como instrumental que conduz para uma leitura dinâmica das narrativas dos lugares. Por meio do caminhar como prática estética, construímos olhares diversos, lidos pela fenomenologia, pela semiótica e acionados pelo método da cartografia, os quais possam produzir informação urbana sobre alguns contextos peculiares e espaços emblemáticos no Centro Histórico de Florianópolis, diante das principais transformações nas suas paisagens, decorrentes dos seus modos de uso e ocupação. Logo, por meio de incursões às imediações da Praça XV de Novembro e adentrando nos setores leste e oeste da região histórica e imediações produzimos cartogramas em aberto, traduções dos trajetos sobre os territórios, por meio de croquis, textos e imagens. Estes elementos de leitura e análise se produzem como interpretações transitórias, já que estas áreas mudam o tempo todo. Sólidos, Planos, Vazios, Espaços de Encontro, Escadas e Esquinas se descortinam pelo caminhar atento e perspicaz. Nessa jornada, cartografias da cidade se processam como forma de leitura dos lugares transitórios, sempre como uma leitura inacabada.

Palavras-chave: Percepção; História; Grafites; Lugares à margem; Florianópolis;

Introdução./

A cidade de Florianópolis teve sua ocupação urbana em fins do século XVII, na região conhecida hoje como centro histórico. Acontecimentos, revoltas, a gênese urbana, social e econômica do município se deu no espaço que foi, e continuará sendo de importância ímpar não somente na história, mas na memória afetiva e no imaginário coletivo de toda a população local. É um espaço de intenso conflito. Um lugar de vivência pública e pilar da construção social da região.

Seu fortalecimento como foco da cidade se deu ainda no período da colonização, onde lhe foram concebidas as primeiras obras públicas e incentivo para os assentamentos, de forma a firmar o espaço de ocupação da ilha e defesa da região (VEIGA, 1990, p. 30-33). Formaram-se, assim, as principais ruas, todas paralelas à enseada e desembocando na praça XV de Novembro – quadrângulo divisor dos setores centrais leste e oeste (VEIGA, *op. cit.*, p. 59). Neste sítio nasceriam casebres de madeira e, aos poucos, o florescimento marítimo e comercial.

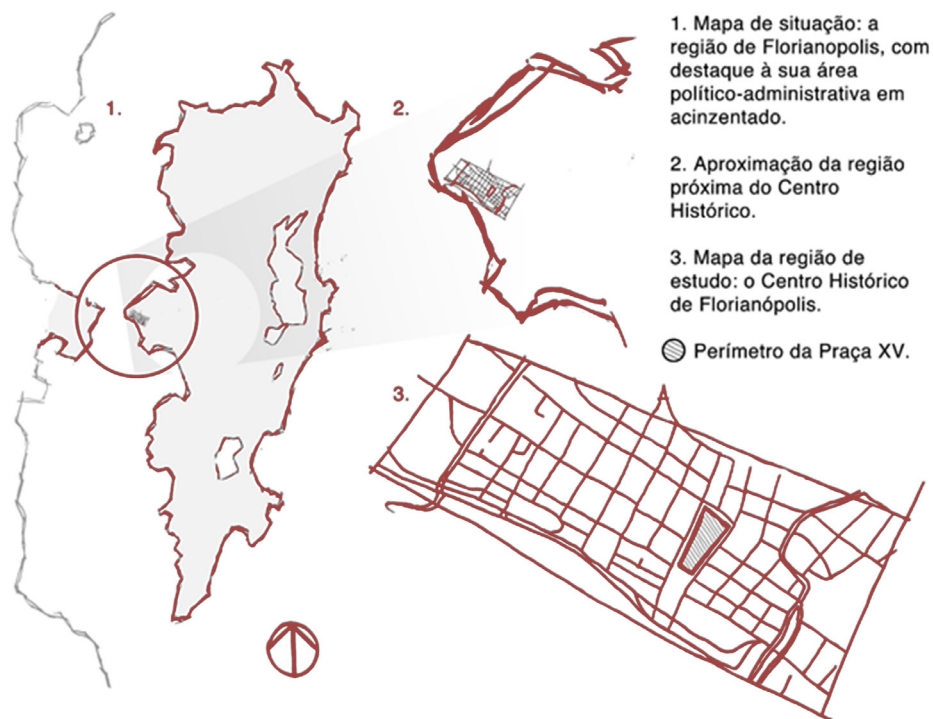


Figura 1 - Diagrama da Ilha de Santa Catarina, com detalhe do Centro Histórico de Florianópolis. Fonte: autores, 2020./

Em meados do século XVIII (**CABRAL, 1951, p. 6**), com o surgimento de diversas moradias rudimentares e o iminente adensamento populacional da região, o espaço teve sua expansão acelerada. Observava-se já uma distinção entre o antigo bucolismo e o processo de gradativa urbanização. Os primeiros conflitos de classe se mostravam na divisão entre os barracos de madeira do “baixo centro” e das grandes chácaras do “alto centro” – afastadas do que conhecemos hoje como Centro Histórico. Aos poucos, o comércio foi abarcando as ruas centrais (**VEIGA, op. cit., p. 178**), fazendo com que diversos moradores de baixa renda – em sua maioria pescadores – tivessem de ocupar regiões mais periféricas e ou morros próximos da região geograficamente acidentada do centro (**VEIGA, op. cit., p.62**).

Já na primeira metade do século XX, vemos um crescimento exponencial com a conclusão de grandes obras públicas, com destaque ao Mercado Público em 1905 e a construção da Ponte Hercílio Luz em 1924 – o início do processo de modernização da construção civil na região. Neste período, começava – ainda que lentamente – a verticalização da região (**VERA e SILVEIRA, 2019, p. 263**). Estes fatos foram de crucial importância, dando ao Centro Histórico um novo caráter dicotômico – uma área rodeada de projetos residenciais precários e, ao mesmo tempo, pontuada por grandes obras voltadas para o fortalecimento do setor de serviços e de projeção econômica da cidade. Assim, um novo plano socioespacial começava a se desenhar na região.

Deste momento em diante, Florianópolis deixava de ser uma vila e tornava-se um importante centro urbano. Nesse âmbito, o Centro Histórico se tornou espaço de intensa especulação imobiliária. Multiplicaram-se os comércios e os edifícios do terceiro setor. Os moradores que ali residiam, foram aos poucos compelidos a desocupar estes espaços e se apropriarem de outras regiões. Grandes obras de cunho urbanístico¹ tornaram a região o coração do deslocamento viário de produtos e de pessoas.

Aos poucos, moldou-se a partir das antigas casas de olaria o cenário que se vislumbra hoje: um espaço de volátil apropriação, de um uso sazonal e imprevisível, de territorialidade hostil à habitação. Suas antigas construções foram aos poucos modificadas, abandonadas e demolidas; o perímetro central começava a ganhar uma nova face. O fluxo de pessoas durante o dia se tornou intenso e foi perdendo, aos poucos, seu caráter de permanência, sobretudo à noite; assim, um espaço de passagem se configurou pelo reforço das atividades comerciais.

A partir de 1974, haja vista a preocupação com a preservação patrimonial e com a homologação da Lei Municipal 1202, diversos conjuntos e projetos isolados do Centro Histórico foram tombados como

1 Destacamos a construção dos aterros da prainha e da Baía Sul em 1943 e 1975, respectivamente. (**VERA & SILVEIRA, 2015**).

patrimônio. Como resultado imediato, estabeleceu-se um processo de manutenção imagética. Hodiernamente, entretanto, a potência desse casario emblemático foi reduzida à conservação da fachada; uma espécie de cenografia urbana que oscila entre o agito da ocupação comercial durante o dia e o marasmo noturno. Uma terra de ninguém. A despeito da manutenção e restauração patrimonial, o processo de abandono da vivência coletiva expõe a fragilidade urbana, diante do predatório movimento da especulação imobiliária e da construção civil **(CRUZ, 2012)**.

Mesmo assim, o Centro Histórico segue sendo um lugar de efervescência. Seja ela política, social e cultural; seja no embate de classes entre os mais ricos que retroalimentam o mercado imobiliário, os trabalhadores da região comercial e os moradores de rua e camadas rejeitadas que se encontram no dimorfismo da apropriação desse espaço. No Centro Histórico se situaram ataques à ditadura, o nascimento e a morte de ídolos da cultura local e a resistência da arte enquanto meio de expressão do anseio popular. É palco do carnaval e da expressão do direito à cidade. É, ao mesmo tempo, ponto fora da curva e a própria linha do projeto de cidade que se cultiva – é um lugar controverso, plural.

Há, neste espaço, uma reconhecida potência de apropriação e absorção popular. É, mais do que o desvelamento de sua produção histórica, é a redescoberta de sua hospitalidade comunal, de seu acolhimento social e de seu reencontro com cidade livre. Assim, este trabalho busca captar essa potência espacial, tendo a errância como método de pesquisa sobre a região do Centro Histórico. Essa modalidade de investigação se justifica para compreendê-lo como local de fluidez, indo em busca do inesperado, dando relevo à surpresa e ao conflito, à história e à experiência do lugar.

Deste modo, temos como objetivo compreender o Centro Histórico por meio de um caminhar estético experiencial, na busca por uma quebra do sentido cartesiano e racional do entendimento da cidade, para promover novas significações desse contexto ímpar. Entender suas especificidades, multiplicidades e sua potencialidade transformadora e de transformação, rompendo com os clichês na sua representação e abrindo espaço para uma pesquisa que se produz pela vivência e pela subjetividade humana. Assim, por meio das vivências, da experimentação espacial e da valorização sensível do lugar que se pretende buscar o entendimento do Centro Histórico de Florianópolis produzindo algumas cartografias urbanas.

Procedimentos./

No século XV fora instalada a cruz que marcava o início da ocupação da Ilha de Santa Catarina, por Dias Velho. Pode-se considerar que Desterro teve sua gênese urbana configurada por volta de 1726, quando lhe foi dada a condição de “vila” pela Coroa Portuguesa. Seu crescimento se deu em função da condição geográfica – a delimitação inicial do centro da cidadela era conformada pela angularidade com o mar e pela terminação nas elevações topográficas.

Ergueu-se, a partir daquele espaço, o que seria a primeira edificação simbólica de Florianópolis – a igreja matriz, delimitadora de um grande largo trapezoidal (hoje chamado de Praça XV de Novembro), onde que se instaura o eixo de crescimento viário. As ruas, a priori paralelas ou normais ao limite marítimo, se estabeleceram de forma semelhante a uma retícula, como era de costume das cidades coloniais portuguesas na época. Esta ortogonalidade passou a romper-se com o avanço às periferias, cujas vielas – geralmente vias de acesso às cariocas e às fontes de água mais próximas – assumiram uma construção mais orgânica. De acordo com Murillo Marx:

O rumo dos becos e das vielas, ou mesmo das ruas e avenidas, se enviesa, se reconcilia com a topografia caprichosa, abandonando a regularidade pretendida.

(MARX, 1980, p. 25)

Suas construções, entretanto, diferem da proposta urbana embrionária da porção central, pontuada por um porto regional e um local de exponenciais câmbios com atividade pesqueira intensa. A beira do mar era ocupada por casas, cujos fundos se davam para o oceano, exibindo “quintalejos” murados ou de tábuas e ripas, com multidão de embarcações miúdas ao redor [...] (VEIGA, *op. cit.*, p. 125). O Centro da cidade de Florianópolis, na gênese de sua urbanização, nasceu e cresceu dando as costas para o mar. Este, quase que desvinculado de afetividade, fora sendo subestimado na memória coletiva, ao deixar de ser necessário para as atividades econômicas locais, bem como sendo afastado por diversos aterros (iniciados em 1943 e terminados em 1975).

Ao mesmo tempo, começam a crescer grandes chácaras na região próxima da Baía Norte da ilha. Estes projetos, frutos da ascensão de uma burguesia local, interessada em manter-se distante dos grandes espaços públicos e das comunidades que se instauravam no Centro Histórico e regiões próximas. Caracterizadas por casario imponente,

contavam com espaçosos jardins e largos passeios. Como consequência, diversas ruas do Centro Histórico, cujo fluxo se dava perpendicularmente ao mar – e conseqüentemente em direção ao que viria a se tornar o “alto centro” – passaram a ser estendidas de forma a manter uma conexão, ainda que distante, entre estas novas moradias e as áreas de maior efervescência comercial.

Entretanto, já em 1876, eram registrados os primeiros “espaços vazios”² dentro do perímetro urbano do centro expandido. Sendo em sua maioria resíduos privados, jardins inocupados ou oriundos de alguma irregularidade topográfica, assim como, propriedades religiosas e mesmo terrenos devolutos; estes espaços permaneciam sem qualquer tratamento, diante do rebuscamento arquitetônico das novas áreas construídas.

Atualmente, o Centro Histórico de Florianópolis, historicamente relevante na gênese urbana do município, se projeta como um local de conflito urbano. Em processo semelhante à diversos centros históricos, está à mercê da especulação imobiliária e do mercado da construção civil. Nesse sentido, um projeto de produção do espaço se firma: o da cidade voltada para o lucro, bem como, a crescente descaracterização da cultura do lugar. Desta maneira, adotamos como modalidade de pesquisa desse espaço alguns vieses plurais para sua leitura.

O sentido tradicional de ordem que marcou a interpretação clássica do espaço balizado por uma perspectiva funcionalista exclusivamente permitia, na maioria das vezes, uma percepção linear da realidade. A eminente dissolução dessa noção, diante das transformações recentes das conformações urbanas contemporâneas, de cidades com centros expandidos, periferias espraiadas e vastos territórios indefinidos (**CACCIARI, 2010**), exige novos meios de cognição do espaço – o qual passa a ser configurado por trajetórias múltiplas e flutuantes, instaurando sistemas urbanos versáteis e, assim, não-lineares.

Nesse sentido, defendemos como estratégia metodológica uma leitura espacial desse objeto em transformação que é o Centro Histórico de Florianópolis que agasalhe outros sentidos e acolha o inesperado.

2 *“Observando o mapa de 1876 podemos situar o perímetro urbano e comprovar a existência de vazios. Além das ruas, praças e jardins, existiam outras áreas não edificadas dentro do polígono central. Alguns remanescentes destes espaços livres ainda podem ser encontrados, [...] propiciaram a permanência de apreciáveis extensões de prolongados quintais colidentes, ou, simplesmente, de terrenos devolutos. [...] Os vazios urbanos devolutos na cidade, foram também consequência da existência de obstáculos topográficos, hidrográficos e geológicos. [...] Esses impedimentos de ordem geográfica, negaram, por certo, determinadas ocupações pretendidas, como a expansão de uma cidade reticulada e regular. Foram obstáculos estes que estancaram o avanço das ruas ortogonais, apontaram outras alternativas de traçados viários, e até derivaram na consolidação de alguns hiatos urbanos. [...] Irregular depois do risco inicial em tabuleiro xadrez, Desterro se expandiu sobre um relevo pontuado por suaves colinas.” (VEIGA, op. cit., p. 106-110)*

Um processo de reconhecimento urbano que, também se produza como um outro objeto instável, ou seja, uma inteligência provisória do centro expandido de Florianópolis através da produção/criação de informação urbana, tendo em vista sua frequência (FERRARA, 2000).

A transurbância, termo cunhado por Francesco Careri, aplicada no seu coletivo de investigação – o grupo Stalker – tem como prerrogativa: a “importância de andar na cidade como metodologia de investigação e como forma de encontrar, delimitar, analisar e intervir em territórios desconhecidos” (DUARTE e ANDRÉ, 2015). O método busca, em essência, o entendimento e descoberta do que já classificara Milton Santos (2003) como “espaços opacos”: sítios abertos de criatividade e afetividade, em oposição aos “luminosos”, já racionalizados e fechados.

Por meio da modalidade peripatética evidenciaremos como uma multiplicidade de visões são capazes de serem produzidas a partir dessa área, gerando atrativos que a mantém sempre viva, como um espaço que nos conduz a novas sensibilidades estéticas, independentemente de serem exageradamente feias, ou extremamente bonitas. Lançamos mão de um olhar de cunho fenomenológico, baseado na experiência do espaço e balizado nas vivências do lugar, para que possamos revelar, algumas essências, para além das aparências, independentemente da distinção entre forma e conteúdo (MERLEAU-PONTY, 1999).

A experiência de caminhar pelo Centro Histórico de Florianópolis pode trazer à luz seus meandros, suas zonas opacas, prenhes de descompassos, alteridades e hibridizações. Os lugares oriundos da surpresa, que advém ao percorrer sua extensão, sempre como aquele que apreende a área pela primeira vez, mesmo que tenha feito o percurso várias vezes. A deslocação como uma modalidade capaz de ir em busca dos significados desconhecidos, para compor novas significações que se descortinam em um contexto latino-americano, onde a prática do caminhar também significa enfrentar muitos medos (CARERI, 2013).

Dentro desse espectro, a cartografia afetiva foi adotada como maneira de produção de informação sobre essa realidade dicotômica no processo de pesquisa. Partindo do pressuposto adotado pelo urbanista Kevin Lynch (2006) de que “a imagem de uma cidade é construída na mente de seus habitantes em várias dimensões” – e que sua construção do meio público é associativa e significativa –, este método mostra sua relevância rompendo com a compressão espaço-temporal do Centro Histórico pensado para a empresarialização³ e busca, então, uma ressignificação estética, cultural e social das dinâmicas do centro urbano de Florianópolis.

Deste modo, capturamos uma centena fotografias evitando os

3 “[...] onde o patrimônio se tornou um produto a escoar, constituindo-se como uma “marca” com valor concorrencial e comunicacional [...]” (PEIXOTO, 2003). O processo supracitado já pode ser observado no Centro

seus aspectos técnicos, sem os inúmeros diagramas, gráficos e equações; as imagens preparadas e os retratos de pessoas que posam, não são mais importantes do que aquelas imagens captadas aleatoriamente, pelas câmeras dos celulares, pois estes são mais fáceis de transportar e, também, chamam menos atenção. Talvez, o mais importante dessa tática para a leitura dos espaços nos valem na nossa experiência do caminhar advenha do fato de que: o fotógrafo de rua, simplesmente, tem como o seu compromisso: vagar por aí, sem nada especial em mente para fotografar (**GIBSON, 2016**).

Estas experiências do caminhar não podem ser lidas como conclusivas, mas como: constructo assimétrico, construído e desconstruído por meio dos trajetos, nos seus territórios, na medida em que se confundem com suas traduções; justamente porque estão circunscritas a uma dialética do movimento (**DELEUZE, 1997**). Signos que atravessamos e que nos atravessam, não se esgotando outras possibilidades de significados e de significações, para permitir, a cada novo frequentador do lugar, sempre uma nova experiência errática da cidade (**JACQUES, 2012**).

Desta forma as cartografias que produzimos por meio do caminhar pelas ruas do Centro Histórico de Florianópolis, são imagens dialéticas entre o presente e o passado. Chamamos aqui de Transurbanogramas porque são o resultado de um percurso pelo território que é traduzido nas figuras que apresentamos. Talvez, sejam capazes de trazer à luz a essência do lugar, em seus traços marginais e de abandono dos antigos edifícios, inclusive, mesmo em meio a um processo de espetacularização da cidade que se esboça, uma leitura que aqui se associa aos escritos situacionistas de Guy Debord (2008).

Isto porque, hoje, o Centro Histórico⁴ de Florianópolis é vitimado por uma renovação que evidencia padrões de cultura de consumo (**LEITE, 2009, p. 194**). Um processo que se distancia, portanto, de uma patrimonialização que preserva e mantém vivos os usos; ao invés, instrumentaliza uma encenação institucionalizada como estratégia de criação de um espírito do lugar (**FRIAS e PEIXOTO, 2001**). Esta urbanização comercial acaba, também, por tornar hostil a moradia no local, em favor da “reativação e enobrecimento do espaço urbano”, substituindo-os por profissionais do setor terciário e direcionando essa parcela da cidade para um mero meio de acesso ao trabalho (**MUXÍ, 2004, p. 55**).

Outro caso pode ser o enfoque no apelo turístico urbano crescente, desde a década de 1990; as mesmas regras de espetacularização da cidade e da arquitetura também valem aqui. O passado passa a ser meramente representativo, simulacro cenográfico, dispensado de seus propósitos programáticos e sociais, e a urbes passa a ser mais segregada-

4 *Histórico, onde projetos como o “Centro Sapiens” buscam, através da estetização do patrimônio e da simbologia cultural, gerar prerrogativa na instalação de um grande complexo comercial e empresarial em um espaço de extrema fragilidade social.*

da.

Como consequência, os espaços de gênese urbana e o patrimônio arquitetônico e imaterial passam a ser utilizados de forma a difundir intencionalmente uma imagem negativa e degradada desta camada da cidade (CRUZ, 2012). Esta dramatização da condição do “Centro Histórico” visa justificar e legitimar uma renovação identitária – seja por meio da destruição patrimonial ou subjugação deste. Assim, as vielas centrais do Centro Histórico de Florianópolis se mostram cada vez mais deterioradas. O centro que já foi, em outros períodos, lugar de permanência e construção política e social, aos poucos é limitado a um espaço de passagem. Há um processo de desvinculação afetiva desse espaço e, ao mesmo tempo, uma crescente estetização da cultura por meio de edifícios emblemáticos, tais como a nova praça de alimentação do Mercado Público ou o novo Largo da Alfândega, para redundar na construção de um ideal de cidade gentrificada.

Por fim, nossas andanças pelo Centro Histórico buscam contar esse sentido de cidade. Procuramos apreender, pelo andar errático, suas permanências e alterações. É por meio deste entendimento experimental, empírico, não-linear e orgânico, queremos construir uma inteligência aberta sobre o lugar. Logo, produziremos diversas leituras e interpretações possíveis das potências deste espaço traduzidos aqui pelas cartografias urbanas.

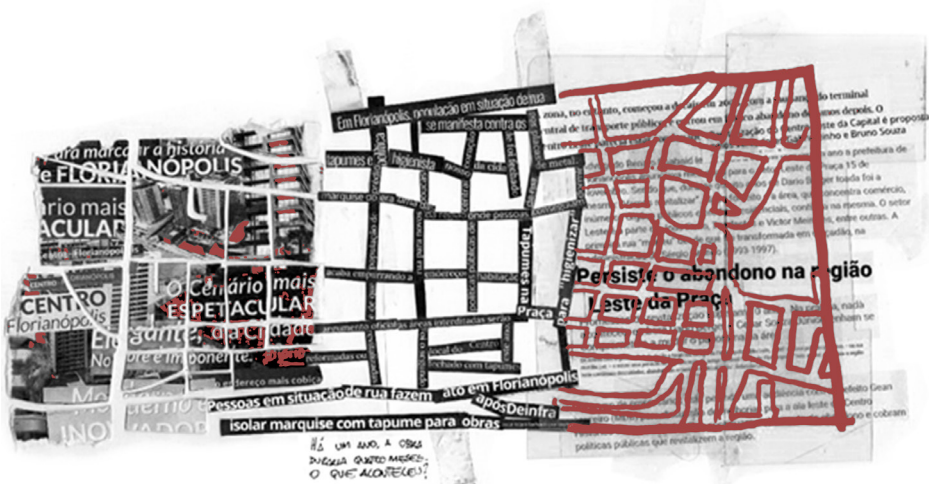


Figura 2 - Diagrama do Centro Histórico: do cenário espetacular à cidade do abandono.
Fonte: autores, 2020./

Os Sólidos, os Planos e os Vazios./

É importante ressaltar que a divisão geográfica entre Centros Leste e Oeste, tendo como sua fissura divisória a Praça XV de Novembro, é muito benéfica para o entendimento da formação do Centro Histórico. Apesar dessa fronteira imaginária é possível identificar com clareza os contrastes na análise empírica destas subdivisões. O Centro Oeste tem forte vínculo comercial e é mais próximo de regiões com grande especulação imobiliária (como o “Centro Alto” e a Beira-mar Norte). Esta porção do Centro Histórico vem sofrendo uma transformação acelerada. Isto porque grandes sólidos de concreto – edifícios monumentais – vêm tomando o lugar de casebres e antigas construções que antes se instauraram naquele espaço.

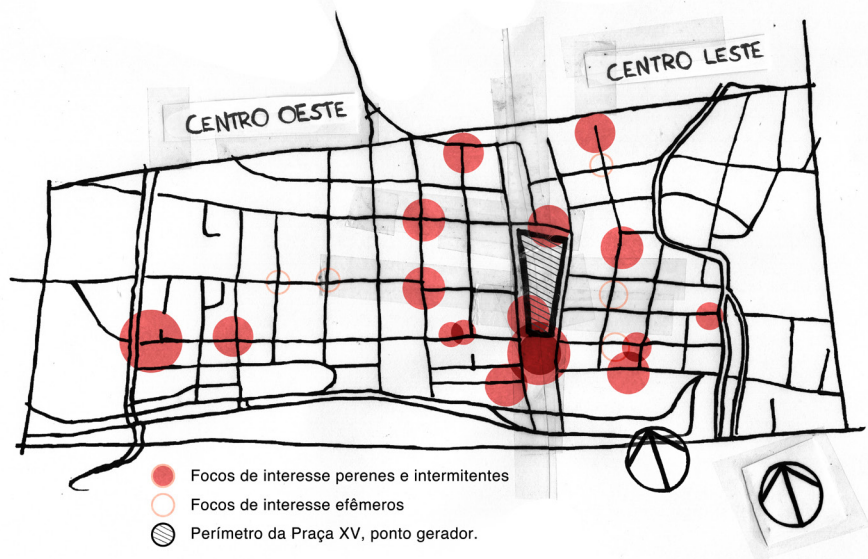


Figura 3 – Diagrama do Centro Histórico, os centros oeste e leste, a Praça XV de Novembro e focos de interesse. Fonte: produção do autores, 2020./

No perímetro oeste, grandes edifícios estão sendo erguidos, especialmente nas bordas do Parque da Luz. Ao contrário, quando rumamos em direção ao Leste, percebemos uma mudança de escala. As ruas passam a se tornar mais humanas, menos hostis, mais coloridas. A Rua Felipe Schmidt, espaço do florescimento comercial, junto com a Rua Conselheiro Mafra, resguardam uma porção de pequenos estabelecimentos quase centenários responsáveis por abastecer a microeconomia local.

O comércio tradicional, no Centro Histórico, está concentrado nessa porção. Podemos ver senhores e jovens dividindo espaço no entra-e-sai de nomes conhecidos. Vera Cruz, Tupã. Das tantas casas – da água, da pintura, dos cabides, do fogão, dos bolos. E as galerias podem ser lidas como mundos a parte. Vencendo os terrenos irregulares dos edifícios que avançam sobre ruas paralelas, de altitude cada vez menor conforme a chegada ao mar, as galerias surgem como surgiam as ruas perpendiculares à costa: de uma abertura tímida ao despertar comercial de entremeios que assumem significados e produções livres em suas voltas, completamente inseridas dentro da dinâmica urbana pública do centro e da vivência local.

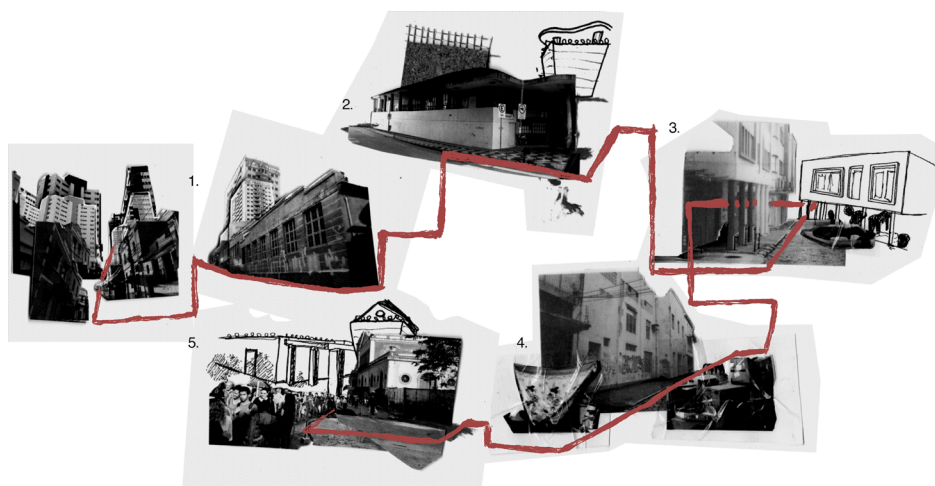
Aproximando-nos ainda mais da Praça XV de Novembro, percebemos a mudança no padrão de sua disposição arquitetônica: os centenários casarios brotam e começam a dividir espaço entre os prédios mais antigos, em sua maioria de caráter modernista. Apesar de existir algum abandono material, há, cada vez mais, edifícios com fachadas tamponadas, trepadeiras ou mesmo grandes placas de “aluga-se”. Essas imagens para nós se configuram como grandes planos: uma cidade coberta por tapumes.

Contraditoriamente ao que pregava o sentido de liberação da cidade para o pedestre e a circulação espacial característicos do movimento moderno, antigas marquises sustentadas por pilotis vêm sendo cercadas, justamente para impedir que indivíduos marginalizados possam se abrigar nelas. Destacamos o Prédio das Diretorias – reconhecido símbolo do modernismo em Florianópolis, com sua avantajada marquise e grande espaço de transição entre o público-privado, teve grande parte do recuo tamponado porque ali se concentravam moradores de rua, artesãos e indígenas.

Mesmo assim, avistamos moradores em situação de rua que se abrigam na rua oposta, na tentativa de afirmar seu espaço na proximidade daquela marquise, que por tanto tempo promoveu abrigo. Durante a noite, estes moradores podem ocupar os espaços centrais com mais liberdade. Lá, dividem espaço com prostitutas e jovens que frequentam algumas boates instaladas na área. Não ameaçam, sequer são ameaçados – convivem com o espírito de que podem apropriar-se subversivamente daquelas vias pelas poucas horas que a madrugada os permite. Sejam sentados nos meios-fios ou mesmo apoiados nos muros de esta-

cionamentos e prédios e dormindo nas calçadas. Pela manhã, é necessário restaurar a ordem.

Quando chegamos mais próximos da Praça XV de Novembro e adentramos as ruas do Centro Leste, deparamo-nos com outro panorama. Neste trecho, chama a atenção justamente a permanência da abertura inferior dos prédios sob pilotis, visto que, uma parte de seus projetos (a grande maioria não atingindo os 4 andares) foi construída sob a premissa de um plano diretor que obrigava os edifícios possuírem um recuo com relação ao passeio público.



1. Edifícios localizados a oeste, prontos ou em fase de construção. À sua frente, casarios antigos. Sólidos.

3. Edifícios padrões do setor leste, com grandes marquises abertas onde dormem moradores de rua. Ao canto, uma cama improvisada e um croqui da situação. Vazios.

5. O Largo da Alfândega, fechado por cercas e tapumes que impediam e estrangulavam a passagem. Ao fundo, croqui da região do coreto da Praça XV, também fechado por tapumes. Planos.

2. Edifício das Diretorias, com sua marquise coberta por tapumes. Ao fundo, ilustrações destes espaços em mídias variadas. Planos.

4. O Cine Império, com grande recuo. Nos cantos, espaços montados por moradores de rua. Vazios.

Figura 4 –Transurbanograma de percurso: do Centro Oeste para o Centro Leste.

Fonte: autores, 2019-2020./

Defronte à Praça XV de Novembro, o grande marco histórico deste espaço que torna o vazio seu principal elemento é o Miramar. A colunata arquitetônica evidencia um duplo vazio. Isto porque demarca de forma dramática a mudança sócio espacial do Centro Histórico. O que antes era mar, se transformou em aterro; e seu uso apenas mantém vivo na memória coletiva o que deixou de existir ali. Entretanto, em alguns momentos festivos essa arquitetura da ausência de transforma: suas colunas viram apoio para cartazes, bandeiras e ela fica repleta de pessoas em grandes manifestações.

Nas suas imediações remanescem a lembrança de importantes espaços de resistência, hoje usurpados do povo: o “palco aberto” e o grande vazio do Largo da Alfândega, bem como os vazios do Terminal Cidade de Florianópolis. Estes sediavam as mais variadas manifestações culturais locais, do boi de mamão à capoeira, ao ensaio da roda de samba e uma batalha de rap feminino – que reunia mulheres da periferia nas noites de sexta-feira, e cuja truculência militar pulverizou o movimento.

1. O miramar. Ao fundo, o espaço em dia de manifestação. Vazios.

2. Croqui da implantação do já demolido palco aberto do Largo da Alfândega. Ao fundo, o edifício da alfândega e proximidade fechados por tapumes. Planos e Vazios.

3. O Terminal Cidade de Florianópolis, com croqui sobreposto feito durante uma das visitas à batalha de rap. Vazios.

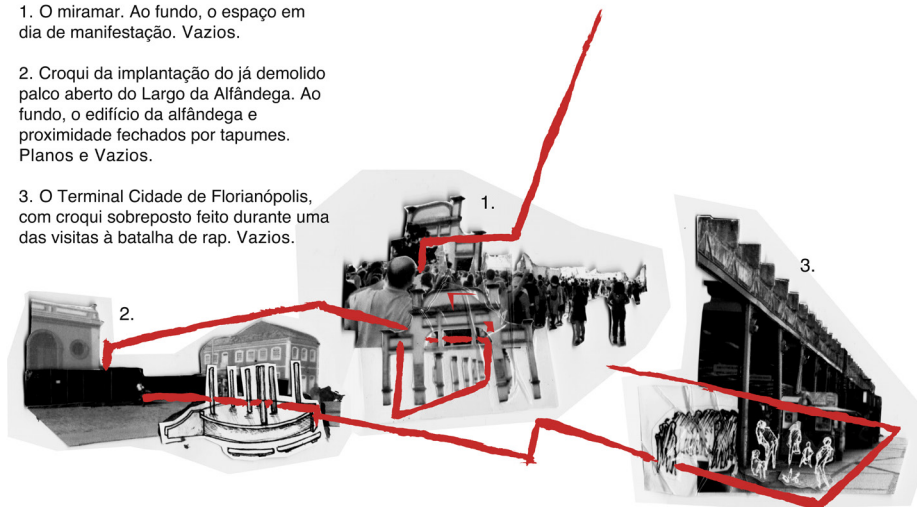


Figura 5 – Transurbanograma de percurso: entre os Centros Oeste e Leste.
Fonte: autores, 2019-2020./

Mesmo assim, artistas se instalam e criam seu artesanato nessa região. Os grafites e pichações ainda permanecem. Existe um certo saudosismo nestas ruas do Leste, porque são menos povoadas do que as do centro-oeste, seus comércios são mais humildes – destacando-se malharias, brechós e sebos. É perceptível que a convivência dos moradores de rua, prostitutas, artesãos, grafiteiros e artistas políticos da urbe dentro dessa parte da cidade é mais intensa. Nota-se o vínculo espacial gerado entre o local e a pessoa, mesmo que seja um vínculo volátil e de constante interrupção.

Os Espaços de encontro, as escadarias e as esquinas./

Entendemos que os eixos “horizontais”, leste-oeste, aparecem como grandes definidores do desenvolvimento urbano do Centro Histórico. Há tempos, estes eixos têm concentrado estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Como consequência, observa-se uma permanência muito menor do contingente populacional. Essa caracterização faz com que haja uma população flutuante nas áreas centrais, mais densamente ocupada durante o dia. Um dos principais lugares de uso maciço de diversos tipos de públicos são os arredores da Praça XV de Novembro.

Dentro do seu espaço amplamente arborizado e mobiliado, se destaca como um lugar de apropriação. Em seus bancos, podemos encontrar senhoras conversando, jovens descansando, moradores em situação de rua dormindo. O espaço transpira o espírito do lugar. Mais perto da Catedral senhores jogam cartas e xadrez – e estes parecem estar lá todo dia, a toda hora. Faça chuva ou faça sol, os assentos próximos a um posto policial garantem a segurança e bem-estar desses senhores que se reúnem frequentemente no mesmo local.

Vale o destaque, também, do que é o próprio Largo da Catedral. Em um dos percursos, deparamo-nos com a apresentação do folclórico boi-de-mamão. Em outro, com uma grande reunião sindicalista. Ao mesmo tempo, brotam do chão barraquinhas de artesanato. Um lugar que já foi espaço de grandes manifestações e ainda continua sendo. A total abertura espacial que está presente no coração da cidade é passível de ocupação dos mais inimagináveis modos – une fé, cidadania e todos da cidade. Pode ser considerado um espaço de encontro do Centro Histórico de Florianópolis.

Caminhando em direção à Avenida Mauro Ramos o movimento mingua. Entretanto, estão presentes muitos grafites e pichações, que trazem um tom político à região. Podemos reparar produções que vão desde quadros monumentais a tags e manifestos. Já completamente inseridos dentro do centro leste, por conta do abandono institucional, podemos destacar dois espaços de grande importância pública.

1. Croqui e planta de vendedores ambulantes, bem como de suas tendas.
2. Largo da Catedral. À frente, em um dos percursos, uma apresentação de boi de mamão. Ao fundo, em outro, um festival de renda de bilro.
3. Croqui da região lateral do largo. Diante de um posto policial, senhores jogam cartas em mesas de xadrez.
4. Aglomerado próximo da mesa onde Feijão trabalha como trancista, na Praça XV.
5. Croqui e foto de uma das feiras que ocorre na proximidade da Praça XV.



Figura 6 – Transurbanograma de percurso: Praça XV de Novembro e cercanias.
Fonte: autores, 2019-2020./

O Colégio Antonieta de Barros, outrora chamado Dias Velho, abandonado desde 2008, parece ser o mais gritante deles. Ao nos aproximarmos dele notamos suas diversas inscrições – que vão desde grafitagens quase profissionais a lambes de festas que ocorrem nas proximidades. Jovens se sentem à vontade, mesmo a luz do dia, para contribuir àquelas paredes: durante um dos percursos avistamos três deles que, desimpedidos, colavam lambes de cunho político em sua fachada. O outro é o imóvel onde antes localizava-se o cinema “Cine Imperial” (MUNARIM, 2009, p. 197). Inaugurado em 1939, dando lugar a outros dois cinemas e, por fim, fechando após uma curta temporada sediando uma fábrica de sabões. Teve sua fachada completamente descaracterizada com o tempo. Ali, um recuo com relação a rua permite que não somente

proliferem-se os manifestos e inscrições em suas paredes, como proporciona espaço de acolhimento para um ou outro morador em situação de rua. Passando pela fachada da Rua João Pinto pudemos encontrar uma mochila, algumas caixas e um pouco de espuma – indícios de que alguém já garantia, ali, seu precário espaço de permanência noturna. É válido destacar a mudança da dinâmica desse espaço no período noturno, onde vários bares próximos ou adjacentes à Av. Hercílio Luz abrem e permitem um fluxo relevante de pessoas. Há, portanto, uma abertura para permanência – ainda que de forma desestruturada e espontânea. Por conseguinte, não é difícil deparar-se com sinais de uso indevido da rua – há lixo espalhado, principalmente na proximidade com a Rua Vitor Meirelles. Garrafas, latinhas e bitucas de cigarro são, com certeza, o maior volume.

A horizontalidade dessa região contrasta com os ricos ambientes das escadarias que dão acesso às partes mais altas do Centro Histórico. A escadaria do Rosário, mais a oeste, defronta a Igreja do Rosário, antigamente frequentada pelos escravos libertos. No primeiro percurso em que passamos pela escadaria, fomos abordados por um homem. Sentado, ele pôs-se a nosso lado e conversou. Perguntou o que desenhávamos e o que registrávamos. Ao lado dormia um homem que fez das paredes ascendentes da escada um abrigo. A escadaria agora se transforma também em um espaço de encontro, grande sala de estar para o desenho e a conversa, mas, também, um abrigo para o sem-teto.

A UBRO (União Beneficente Recreativa Operária) fundou em um casarão em 1922 seu teatro, que até hoje é utilizado na promoção de peças e espetáculos locais. No dia em que o visitamos, deparamo-nos com um senhor vendendo arranjos florais. Pedro, morador em situação de rua, não hesitou em nos contar sobre sua trajetória – do nascimento de seu filho à tutela dos estudantes de biologia da UFSC na produção dos arranjos. Recitou versos bíblicos, nos desejou bons sentimentos. O teatro da UBRO, em tempo, é o grande tensionador daquele espaço social: suas tardes e noites de peça mudam completamente o espaço público e fazem da sua escadaria um grande hall de recepção, onde os degraus viram um singelo mobiliário urbano para quem ali se aconchega.

Outros espaços de encontro no Centro Histórico também são as esquinas, elementos de referência geográfica. São também objeto de uma intensa trama de relações, porque, ao mesmo tempo, podem ser interpretadas como a junção das linhas – as ruas –, mas, também, os nós. Isto porque conseguem ser lidos como locais de intenso debate político ou de uma relevância histórica. O Instituto Arco-íris, comércios como o Senadinho, e outros, são caracterizados aqui como espaços nevrálgicos da cidade.

Assim que nos aproximamos do casarão de esquina onde se encontra o Instituto Arco-íris, percebemos um tipo de ambientação diversa. Dois grandes salões, com equipamentos de cozinha, mesas e diversos

materiais em outro. Dois estagiários de psicologia nos apresentaram o projeto, que acolhe e promove a formação político-cultural de populações em situação de vulnerabilidade. Em tempo, presenciamos uma oficina de pintura, onde moradores em situação de rua e prostitutas desenhavam e pintam suas vivências. A estrutura é precária, aparente e com forro e paredes com infiltrações. Entretanto, é inegável que diante deste edifício decadente em uma esquina da cidade surgiu o inimaginável: um espaço de permanência para os nômades urbanos.

O Senadinho, fundado em 1948 e originalmente batizado de Ponto Chic foi o espaço onde políticos e cidadãos debatiam informalmente os rumos da política da cidade. Com suas fachadas completamente abertas e seus balcões de apoio, sem assentos, geram uma arquitetura gentil. Está localizado defronte à Esquina Democrática – palco de episódios como o linchamento do presidente João Figueiredo, conhecido mais tarde como “Novembrada” (AGUIAR, 2015, p.12-16). Nesse sentido são notáveis as funções socializadoras do espaço das esquinas no Centro Histórico de Florianópolis. Bares, botecos, centros de convivência, com suas portas abertas se conformam como pontos de encontro.



- 1 a. Esquadria preenchida e grafitada de casario abandonado.
- b. Portas com tags em edifício abandonado.
- c. Lambe de fotógrafo.
- d. Lambe representando Cruz e Sousa.
- e. Muro de edificação grafitado.

2. O Senadinho. À frente, colagem com seus frequentadores em foto tirada na década de 1960. Ao fundo, registro do presidente João Figueiredo no episódio conhecido como Novembrada.

3. Croqui da escadaria do Rosário.

4. Escadaria da UBRO. À frente, croqui do morador de rua Pedro.

5. Fachada dos Correios, com grande concentração de pichações.

6. Escola Professora Antonieta de Barros. Ao fundo, um lambe em homenagem à professora. À frente, jovens colando lambes.

7. Instituto Arco-Íris. À frente, registro de uma aula de artes. Ao fundo, grafito da sala de entrada que diz "VIDA LIVRE".

8. Paredes do antigo Cine Império, com grande concentração de pichações.

Figura 7 – Transurbanograma de percurso: do Centro Leste para o Centro Oeste.

Fontes: autores, 2019-2020./

Apontamentos./

A prática errática dentro desta pesquisa permitiu serem apreendidas uma série de leituras sobre o entendimento da apropriação dos espaços fora dos padrões urbanísticos e arquitetônicos mais usuais. É importante ressaltar que estas percepções põem em xeque algumas imagens pré-concebidas do Centro Histórico, especialmente àquelas ligadas ao uso comercial, especulativo ou turístico.

Deste modo, o Centro Histórico de Florianópolis pôde ser compreendido e reafirmado como um local de grande efervescência cultural social e política. Percebemos em todas as nossas vivências, a presença das camadas mais fragilizadas da sociedade – moradores de rua, prostitutas, artistas, pessoas em situações de vulnerabilidade social e em supressão de direitos. Todas habitando os lugares opacos. Houve também uma percepção das mudanças que estão em curso, nos projetos de gentrificação de áreas emblemáticas da região central, de modo a favorecer interesses das classes dominantes e do mercado imobiliário.

O desenvolvimento desta pesquisa pode nos colocar em contato com àquele que vivencia a urbe e suas variadas realidades. Entendemos que esta possibilidade é de profundo benefício para a formação e o entendimento do sentido de pertencimento à cidade. Nessa pesquisa procuramos vislumbrar não somente o nosso entendimento da cidade, mas, também, do espaço público como lugar do coletivo, de alcance e apropriação democrática e popular. A iniciação científica passa a cumprir, portanto, um papel de relevância não apenas para a formação do jovem, mas, também para a função social que o arquiteto precisa recuperar em seu ofício.

Referências Bibliográficas./

AGUIAR, Karine Petry de. Memória Urbana da Arquitetura Comercial em Florianópolis. In: Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa 2015. São Paulo, 2015.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. Medicina, Médicos e Charlatões do Passado. Florianópolis - Departamento Estadual de Geografia e Estatística (IBGE). publicação nº 25. Florianópolis, 1942.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro: casas, sobrados e chácaras. Porto: Typ. Da Livraria Simões Lopes, 1951.

CACCIARI, Massimo. A Cidade. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

CARERI, Francesco. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CRUZ, Fernando. Do espetáculo da cidade à cidade do espetáculo: a importância da imagem na cidade pós-moderna. Natal, 2012.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. 10ª reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

DELEUZE, Gilles. Crítica e Clínica. São Paulo: Editora 34, 1997.

DUARTE, Carla & ANDRÉ, Paula. Deixar-se perder na cidade: teorias urbanas a partir do século XIX. In Paula André (Ed.), Antologia de ensaios: Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, património e artes. Investigação, ensino e difusão. (pp. 8-27). Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, 2017.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Cidade Imagem e Imaginário. In: FERRARA, L. D. Significados Urbanos. São Paulo: Edusp, 2000, pp. 115-131.

FRIAS, Aníbal & PEIXOTO, Paulo. Esthétique urbaine et jeux d'échelles: expressions graphiques et images du patrimoine au sein du monde universitaire de Coimbra. Oficina do Centro de Estudos Sociais, 2001.

GIBSON, David. Manual do Fotógrafo de Rua. São Paulo: Gustavo Gili, 2016.

JACQUES, Paola Berenstein. A experiência errática da cidade: em busca da alteridade urbana. In: RIBEIRO, A. C. T.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. da. Leituras da Cidade. Rio de Janeiro: Letra Capital/ ANPUR, 2012.

LEITE, Rogério Proença. Espaços públicos na pós-modernidade, In: FORTUNA, C.; LEITE, R. (Orgs.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006
MARX, Murillo. Cidade Brasileira. São Paulo, Melhoramentos/ed. de Universidade de São Paulo, 1980.

MUNARIM, Ulisses. Arquitetura dos cinemas: um estudo da modernidade em Santa Catarina. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

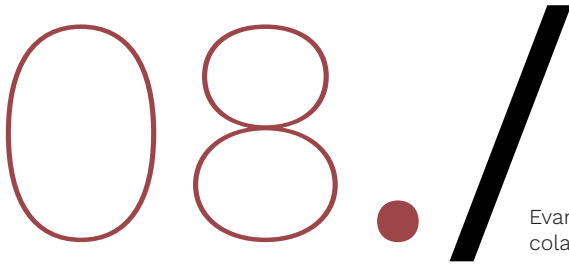
MUXÍ, Zaida. La arquitectura de la ciudad global. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

MUNARIM, Ulisses. Arquitetura dos cinemas: Um estudo da modernidade em Santa Catarina. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2003.

VEIGA, Eliane Veras da. Processo histórico de mutação da paisagem urbana da área central de Florianópolis (1850-1930). Dissertação (Mestrado em História) — UFSC, Florianópolis, 1990.

VERA, Margaux Hildebrandt; SILVEIRA, Márcio Rogério. O capital imobiliário e o seu papel no processo de formação de novas centralidades e de verticalização na Região Metropolitana de Florianópolis/SC. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 64, ed. 1, p. 258-284, jun. 2019.



Evandro Fiorin
colaborador: Arthur Fracaro Gonçalves

Trans-cidade.

Resumo./

Este capítulo é resultado de um trabalho de iniciação científica e reforça o viés da percepção ambiental, como instrumental que conduz para uma leitura dinâmica das narrativas dos lugares. Por meio do caminhar como prática estética, os estudantes constroem olhares diversos, lidos pela fenomenologia, pela semiótica e acionados pelo método da cartografia, os quais possam produzir informação urbana sobre alguns contextos peculiares e espaços emblemáticos no centro da cidade de Florianópolis, diante das principais transformações nas suas paisagens, decorrentes dos seus modos de uso e ocupação. Desta maneira, os futuros arquitetos saem à deriva pelas áreas centrais, revelando alguns traços do seu processo de deterioração, identificando espaços em desuso, grafites e pichações e os usos e as ocupações marginais, de modo a abrir portas para a construção de um novo entendimento sobre estes lugares. Assim, apontamos alguns espaços capazes de revelar a construção histórica da urbe e os seus elementos de permanência e alteração, seja do ponto de vista evolutivo, mas, também, dos marcados retrocessos. Logo, por meio de incursões às imediações do Parque da Luz, do Maciço do Morro da Cruz e da rua Frei Caneca e redondezas produzimos cartogramas em aberto, traduções dos trajetos sobre os territórios, por meio de croquis, textos e imagens. De tal forma, estes se constroem como uma maneira de fazer-ver o patrimônio arquitetônico e urbano em áreas emblemáticas e o seu processo de deterioração. De um modo lúdico-constutivo, alimentam formas de reconhecimento urbano, que podem ser úteis para a elaboração de projetos plurais e que evidenciem a cultura dos espaços, porque cartografamos sob um enfoque qualitativo. Nesse sentido, as cartografias contemporâneas revelam as surpresas e as descobertas sobre o lugar, de modo a contribuir sobre os processos de deterioração urbana para os gestores municipais e o ministério público, mas sobretudo, para o empoderamento da sua população, em compasso de efetivas ações de mudança.

Palavras-chave: Percepção; História; Grafites; Lugares à margem; Florianópolis;

Introdução./

O Centro histórico de Florianópolis é marcado pelas expressões das subjetividades que por ali perambulam e o habitam. Neste trabalho propusemos como recorte de pesquisa alargar a compreensão do triângulo central da cidade, realizando experiências de reconhecimento urbano no que chamamos aqui de centro expandido, ou seja, as imediações da Ponte Hercílio Luz, o Maciço do Morro da Cruz e a Rua Bocaiúva em continuação com a Frei Caneca.

Assim, essa pesquisa reforça o viés da percepção ambiental, como instrumental que conduz para uma leitura dinâmica das narrativas dos lugares. Por meio do caminhar como prática estética, pudemos construir olhares diversos, lidos pela fenomenologia, pela semiótica e acionados pelo método da cartografia, os quais buscaram produzir informação urbana sobre alguns contextos peculiares e espaços emblemáticos no centro expandido da cidade de Florianópolis, diante das principais transformações nas suas paisagens, decorrentes dos seus modos de uso e ocupação. A nossa incursão no centro expandido de Florianópolis se justifica para entendê-lo como lugar da experiência do caminhar, que está repleto de surpresas e novas possibilidades para repensarmos o lugar urbano das práticas sociais.

Desta maneira, saímos à deriva pelo que chamamos aqui de centro expandido, revelando alguns traços do seu processo de deterioração, identificando espaços em desuso, grafites e pichações e os usos e as ocupações marginais, de modo a abrir portas para a construção de um novo entendimento sobre estes lugares. Assim, apontamos alguns espaços capazes de revelar a construção histórica da urbe e os seus elementos de permanência e alteração, seja do ponto de vista evolutivo, mas, também, dos marcados retrocessos.

Neste sentido, apresentaremos aqui os cartogramas que foram produzidos em nossas caminhadas no Parque da Luz e antigo estaleiro Arataca; nas vielas e praças do Morro da Caixa; e na Rua Bocaiúva e proximidades da antiga casa abandonada do Governador Celso Ramos, na Rua Frei Caneca. Elas expressam percepções desconcertantes, onde identificamos espaços ociosos, grafites e pichações, além de usos e ocupações marginais, os quais foram captados pelos meandros das áreas centrais da Ilha de Santa Catarina. Deste modo, o objetivo desse trabalho é desvelar potencialidades do centro expandido de Florianópolis por meio da experiência do caminhar. Produziremos, assim, algumas leituras espaciais, por meio de vivências para que se possa compreender qual caminho tomar para uma restauração da paisagem urbana que seja mais hábil em se considerar a surpresa.

De modo lúdico-construtivo, estes cartogramas alimentam formas de reconhecimento urbano, que podem ser úteis para a elaboração de projetos plurais e que evidenciem a cultura dos espaços, porque

cartografamos sob um enfoque qualitativo. Nesse sentido, as cartografias contemporâneas que produzíamos aqui revelam algumas surpresas e descobertas sobre o lugar, especialmente, sobre o Parque da Luz e suas cercanias, sobre o Bairro Monte Serrat, no Morro da Cruz e nas imediações da Rua Frei Caneca. Nesse sentido, recuperamos parte da história urbana destes espaços para, mais a frente, propor sua leitura por meio de cartografias.



- 1 - Área que compreende os arredores da Ponte Hercílios Luz
- 2 - Área que compreende o Morro da Caixa e seus arredores
- 3 - Área que compreende a Rua Frei Caneca com continuação Rua Bocaiúva e seus arredores

Figura 1 – Ilha de Santa Catarina e centro expandido de Florianópolis, fonte: autores, 2021./

Parque da Luz e suas cercanias./

O terreno onde está localizado o Parque da Luz, nos altos da Rua Felipe Schmidt, na cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz era, antigamente, uma necrópole. Entretanto, com o passar dos anos, considerou-se a sua transferência para um outro espaço da cidade.

“Em 1840 foi fundado o cemitério nos terrenos do cidadão José Vieira de Castro no caminho do Estreito. A chacra de Vieira de Castro foi desapropriada, cercada, e ali edificou-se uma pequena capela [...] foi verificando-se a inconveniência da escolha do local para o cemitério, já que não só apresentava um visual depreciativo como também impedia a expansão urbana”

(VEIGA, 2010, p.283)

“Em 1887 já cogitava-se remover a necrópole, pois ela ocupava o ponto mais pitoresco da cidade [...] o mais saudável por sua situação e elevação. [...] A questão da transferência do cemitério prolongou-se durante anos, sendo objeto de preocupações municipais até 1912[...] Após a aquisição do terreno, no lugar chamado Três Pontas (bairro do Itacurubi), a questão ainda perdurou, até que, em janeiro de 1925, foi aberta concorrência pública para realização de uma parte da obra.[...] A partir de 1925, com a transferência do cemitério do Estreito para o das Três Pontas, no bairro do Itacurubi, e com a implantação dos eixos viários que deram acesso à Ponte Hercílio Luz, a área da ponta mais ocidental da Ilha passou a integrar-se ao sistema viário e ao contexto urbano como um todo. No século XX, parte do terreno foi confirmado como de interesse público, configurando-se ali o chamado Parque da Luz.”

(VEIGA,2010, p. 283-285)

Ao longo dos anos os arredores do parque sofreram grandes transformações, marcando um processo de verticalização. Até bem pouco tempo atrás, existia um claro abismo entre as classes sociais que frequentavam o local. De um lado, usos marginais e, de outro, os moradores dos edifícios de alto padrão. Por conta disso, o parque passou por uma reforma de caráter higienista junto ao processo de restauro e abertura da Ponte Hercílio Luz, a qual fez com que os moradores em situação de rua e usuários transgressores se evadissem da região para outras localidades da cidade. De tal forma, criou-se uma nova configuração de

ocupação, com subjetividades distintas das que antes o ocupavam.

Esse processo de renovação da região se estende até a cabeceira da ponte. As ruínas do antigo estaleiro Arataca devem fazer parte de uma futura intervenção. Ao longo dos anos, com o desmonte do estaleiro, a construção passou por uma variedade de usos como boate, salão de beleza, bar e restaurante; sendo vedado em 2012, devido ao grande índice de criminalidade que o vazio construído gerou, transformando-se em uma das “Cracolândias” da região central da cidade.

“O Estaleiro Arataca foi construído por Carl Hoepcke na praia do Arataca em 1907, próximo ao Forte Santana na cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz. Ocupava 15 mil metros quadrados que abrigava diversas edificações [...] Cerca de 150 trabalhadores especializados em consertos e na fabricação de navios e estaleiros trabalhavam ali em 1952, o que acabou em 1964 com a extinção do porto e aterro da Baía Sul. [...] Com o seu abandono, o histórico estaleiro foi demolido em 2014, sendo preservada apenas a projeção do telhado e parte das ruínas do casarão original. Primeira etapa do projeto de revitalização da área tombada que segue em andamento.”

(PONTE-VIVA, 2019)

A apropriação do local, por moradores em situação de rua o torna um ponto de uso e venda de drogas. Ruína onde aconteceram assaltos e um assassinato, conformando, desse modo, uma região perigosa, tanto de dia, quanto à noite, já que há um baixíssimo fluxo de pessoas no entorno; somente carros na via expressa – o que fomenta um afastamento maior da comunidade em relação à área da construção.

Dessa forma, o espaço é usado por moradores em situação de rua para seu abrigo e encontro, por usuários de drogas e por grafiteiros que imprimem suas marcas nas paredes internas e externas da construção, os quais se identificam com esse espaço pela falta de vigilância, configurando, assim, um espaço de apropriações e expressões plurais.

O Bairro Monte Serrat no Maciço do Morro da Cruz./

Para um olhar histórico do Monte Serrat podemos salientar que é uma das áreas mais antigas dos morros de Florianópolis.

“Já nos anos 1920, as grandes reformas higienistas culminaram na expulsão de grandes populações pobres que viviam às margens do Rio da Bulha, canalizado e transformado na Avenida do Saneamento, atual Avenida Hercílio Luz [...] Essas populações, predominantemente negras, descendentes de pessoas escravizadas, e que trabalhavam atendendo às populações mais abastadas da cidade [...] distribuía-se como podiam, ocupando outros territórios então vagos. A preexistência de caminhos no Morro da Cruz, assim, configurou-se como um convite a um dos eixos de ocupação do Maciço.”

(RUCHAUD, 2019, p.207)

Assim, o modo de ocupação se desenvolveu dessa maneira, quer pela proximidade do local de trabalho dos indivíduos que ocupam o espaço, ou pela preexistência de caminhos que facilitaram a sua instalação no local.

Nesse contexto, a praça do Morro da Caixa, que se localiza na esquina das ruas General Nestor Passos e General Vieira Rosa, nasce com a criação do reservatório de água da capital de Santa Catarina que foi inaugurado em 1910, o qual atendia a região central de Florianópolis, mesmo que a comunidade que ali residia só fosse receber água encanada em 1980. Uma nova praça foi inaugurada em 2019 com um projeto do Instituto Padre Vilson Groh, em uma iniciativa público privada do programa “adote uma praça”, o qual já atuou em várias localidades da capital.

O local contém uma dinâmica que envolve a vida de todos os moradores da região, já que está próximo de algumas escolas; o que gera um grande fluxo de pessoas nos momentos pós-aulas entre pais e filhos e senhores de idade, os quais se encontram no local para conversar e jogar conversa fora. Assim, o programa do espaço público contempla todas as individualidades da região, com parquinhos, mirante e mesas de jogos, envolvendo o coletivo e propiciando muitas trocas.

Imediações da Rua Frei Caneca./

Deslocando-se para Rua Frei Caneca, o casarão eclético abandonado que se localiza no número 610 e 626 é a antiga Chácara Gonzaga, a casa da família Ramos, que teve como moradores, vários de seus membros como figuras de grande importância no cenário político catarinense, tais como: Nereu Ramos, governador e depois presidente da república, único catarinense presidente até os dias de hoje; o governador Celso Ramos; o prefeito de Florianópolis Mauro Ramos e o senador Vidal Ramos. A edificação foi construída entre 1910 e 1920, onde a família residia durante o início do século passado. Mais tarde, abrigou uma escola e foi tombado pelo município como patrimônio histórico cultural em agosto de 2015. Nesse tempo de desuso a edificação já passou por dois incêndios acidentais, que degradaram muito sua estrutura tendo uma de suas edificações detelhada, devido ao ocorrido.

O local é usado como abrigo para maioria dos pedintes que ficam nos semáforos da Av. Beira-mar Norte, criando um contraste com a região de prédios de alta renda em seu entorno; enquanto isso, o espaço é deixado em aberto, sendo depredado com o intuito de aumentar o valor da terra e destruir a atual edificação. O convívio entre esses dois grupos gera uma situação de tensão na região, já que muitos dos assaltos ocorridos são de moradores instalados na edificação que, depois das ocorrências descartam itens que não os interessam na propriedade. Nesse local podem ser encontradas bolsas e identidades espalhadas pelo imóvel. Um lugar instável sempre em contraste com as suas imediações, embora, mais recentemente, tenha sido lacrado para evitar que a criminalidade pudesse tomar conta do local.

O caminho./

O sentido tradicional de ordem que marcou a interpretação clássica do espaço, balizado por uma perspectiva funcionalista permitia, na maioria das vezes, sempre uma percepção linear da realidade. A eminente dissolução dessa noção, diante das transformações recentes das conformações urbanas contemporâneas, de cidades com centros expandidos, periferias espalhadas e vastos territórios indefinidos (**CACCIARI, 2010**), exige novos meios de cognição do espaço – o qual passa a ser configurado por trajetórias múltiplas e flutuantes, instaurando sistemas urbanos versáteis e, assim, não-lineares.

Nesse sentido, defendemos como estratégia metodológica uma leitura espacial desse objeto em transformação que é o centro expandido de Florianópolis que agasalhe outros sentidos e acolha o inesperado. Um processo de reconhecimento urbano que, também se produza como um outro objeto instável, ou seja, uma inteligência provisória do centro expandido de Florianópolis, através da produção/criação de informação urbana, tendo em vista sua frequência (**FERRARA, 2000**).

A experiência de caminhar pelo centro expandido de Florianópolis pode trazer à luz seus meandros, suas zonas opacas, prenes de descompassos, alteridades e hibridizações. Os lugares oriundos da surpresa, que advém ao percorrer sua extensão, sempre como aquele que apreende a área pela primeira vez, mesmo que já tenha feito o percurso várias vezes. Assim, a deslocação como uma modalidade capaz de ir em busca dos significados desconhecidos, serve para compor novas significações que se descortinam em um contexto latino-americano, onde a prática do caminhar também significa enfrentar muitos medos (**CARERI, 2013**).

Por meio da modalidade peripatética evidenciaremos como uma multiplicidade de visões são capazes de serem produzidas a partir dessa área, gerando atrativos que a mantém sempre viva, como um espaço que nos conduz para novas sensibilidades estéticas, independentemente de serem exageradamente feias, ou extremamente bonitas. Lançamos mão de um olhar de cunho fenomenológico, baseado na experiência do espaço e balizado nas vivências do lugar, para que possamos revelar, algumas essências, para além das aparências, independentemente da distinção entre forma e conteúdo (**MERLEAU-PONTY, 1999**).

Deste modo, capturamos uma centena fotografias evitando os seus aspectos técnicos, sem os inúmeros diagramas, gráficos e equações; as imagens preparadas e os retratos de pessoas que posam, não são mais importantes do que aquelas imagens captadas aleatoriamente, pelas câmeras dos celulares, pois estes são mais fáceis de transportar

e, também, chamam menos atenção. Talvez, o mais importante dessa tática para a leitura dos espaços é que nos valemos da nossa experiência do caminhar. Ela advém do fato de que, o fotógrafo de rua, simplesmente, tem como o seu compromisso: vagar por aí, sem nada especial em mente para fotografar **(GIBSON, 2016)**.

Estas experiências do caminhar não podem ser lidas como conclusivas, mas como: constructo assimétrico, construído e desconstruído por meio dos trajetos, nos seus territórios, na medida em que se confundem com suas traduções; justamente porque estão circunscritas a uma dialética do movimento **(DELEUZE, 1997)**. Signos que atravessamos e que nos atravessam, não se esgotando outras possibilidades de significados e de significações, para permitir, a cada novo frequentador do lugar, sempre uma nova experiência errática da cidade **(JACQUES, 2012)**.

Transitando e tropeçando./

Imerso em visões e experiências, as percepções extraídas das nossas caminhadas pelo centro expandido de Florianópolis emergem por meio de recortes fotográficos e croquis captados em instantes de conexão com o espaço, algo que brota e gera impacto, pois vai desde um grafite que se despe de amarras sociais instigando o olhar do observador por meio de marcas agressivas e expressões sensíveis, até a comumente situação improvisada de moradia de um sem teto embaixo de uma marquise. Assim, juntas, formam uma narrativa da cidade que apenas existe nos seus entremeios e vielas despercebidos pela grande parcela da população, que pela negação invisibiliza realidades subalternas. Assim, como resultados são apresentados esses registros com a inteligência aprendida sobre esses momentos captados por meio da vivência do caminhar - uma experiência peripatética.

As traduções nos territórios do centro expandido de Florianópolis atestam alguns dos seus modos de uso e apropriação subversivos com referência aos códigos pré-estabelecidos, fazendo-ver o seu vigor sintático. Uma arquitetura da cidade que sugere um caráter transgressor. Revelam ainda, algo sobre o tom democrático que esses espaços podem adquirir. Isto porque, não existem limitações ou restrições de uso e, assim, o espaço permite e pertence a quem decidir se apropriar dele.

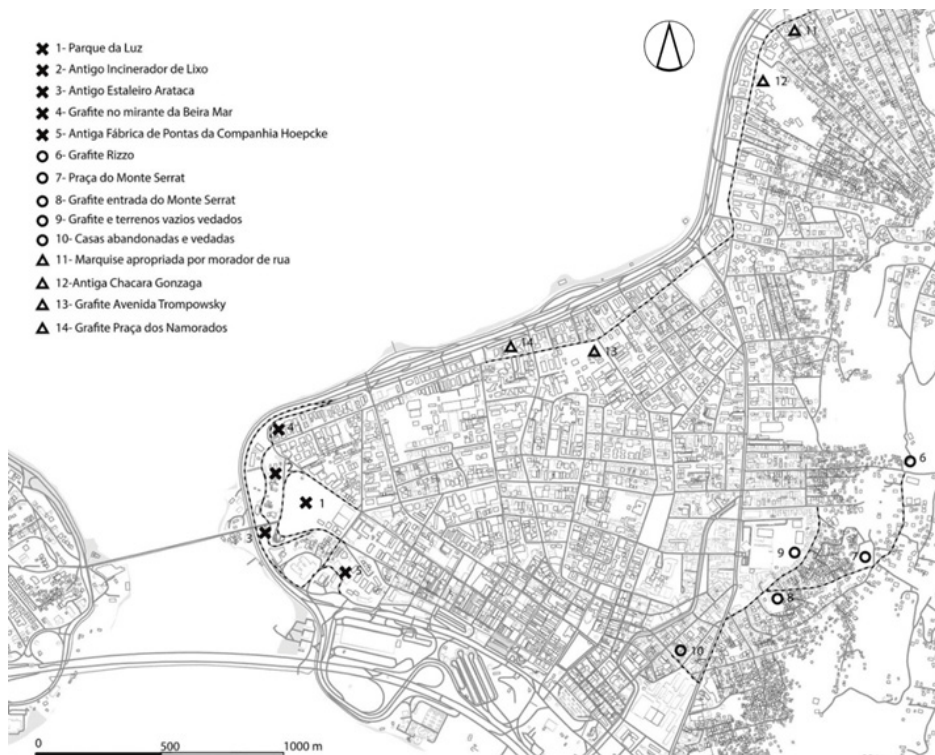


Figura 2 – Centro expandido de Florianópolis e locais visitados, fonte: autores, 2021./

Quando estivemos no Parque da Luz o local se apresentou com uma clara distinção entre os usos do espaço, quase que corporificada pelas ocupações e vestígios deixados pelos que ali perambulam. Cremos que podem ser divididas em cinco tipos as apropriações encontradas neste espaço: recreação, uso de drogas, moradia, sexo e grafite, respectivamente.

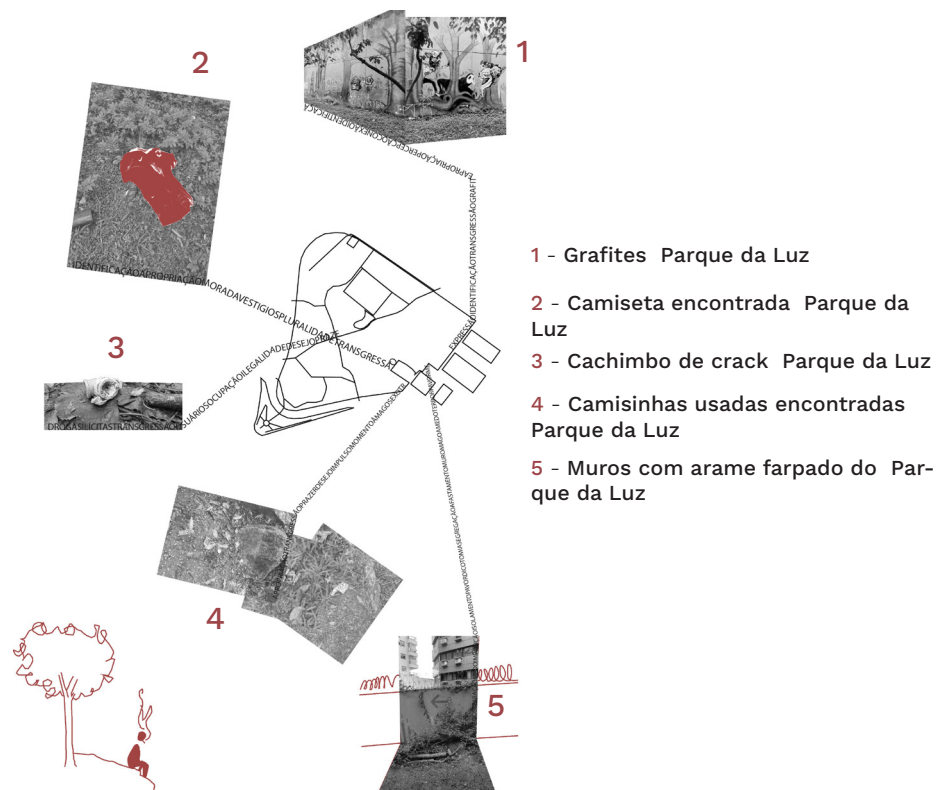
O primeiro tipo de ocupação que tem como grupo de indivíduos os moradores da região e visitantes da Ponte Hercílio Luz fica nas bordas do parque e em uma pequena parte do centro, onde ficam alguns mobiliários e a quadra de futebol. O parque também é usado para caminhadas ocupado por uma horta comunitária.

O uso de drogas no território do parque não é exclusivo dos moradores em situação de rua, na realidade, a maioria dos usuários que ocupam o parque são jovens adultos que frequentam o centro da cidade. Assim, em alguns horários se utilizam de alguns locais escondidos por entre a vegetação. Desse modo, é possível encontrar usuários de entorpecentes em quase todos os momentos do dia.

O terceiro tipo de ocupação é a moradia de andarilhos, que se configura na entrada sudeste, na parte mais adensada por árvores e sem qualquer trilha de ligação com o parque. Nessa região é possível encontrar muitos vestígios de quem ocupa a área como: embalagens de bebidas alcóolicas vazias, carcaças de celulares, possivelmente roubados, roupas sujas e alguns preservativos usados, além de antigas estruturas improvisadas de folhas de bananeira que servem como abrigo.

Um dos maiores atrativos de pessoas para esta região são os boates 1007 e Fields, que nas noites de sexta-feira e finais de semana geram um alto fluxo nos entornos do parque e filas para entrar nos referidos clubes noturnos. Assim, tornou-se recorrente a utilização do parque como lugar para externar desejos sexuais em meio às árvores do local. Muitos já presenciaram cenas de sexo explícito no local.

Sobre os grafites encontrados existe uma grande variedade deles e em locais diversos. Desde paredes, até nas pedras do parque, sendo algumas mais expressivas e outras mais relacionadas a quem as fez, como as tag's. Desse modo vemos um local muito rico do ponto de vista artístico.



- 1 - Grafites Parque da Luz
- 2 - Camiseta encontrada Parque da Luz
- 3 - Cachimbo de crack Parque da Luz
- 4 - Camisinhas usadas encontradas Parque da Luz
- 5 - Muros com arame farpado do Parque da Luz

Figura 3 – Transurbanograma Parque da Luz, fonte: autores, 2021./

O antigo Estaleiro Arataca é um local de complicado acesso, devido a vedação presente para evitar a entrada de moradores em situação de rua. Assim, descemos a Rua Almirante Lamego e fomos nos informar sobre o espaço no Comando Geral-Corpo de Bombeiros, que fica ao lado do lote do Estaleiro. Lá falamos com um Sargento dos bombeiros que nos contou sobre as várias ocorrências de uso de drogas e de um assassinato que ocorreu no ano de 2011. Depois disso, demos a volta no quarteirão e tentamos acessar a antiga edificação pela parte da frente, que fica na Avenida Osvaldo Rodrigues Cabral.

Quando chegamos nas imediações da ruína nos deparamos com uma parte do muro de arrimo da casa e vários itens jogados no chão, logo percebemos uma voz nos chamando de dentro da ruína: um morador em situação de rua que estava sentado em meio ao lixo. Ali era, provavelmente um espaço utilizado por ele para se abrigar do sol e da chuva.

Dentro da edificação havia muito lixo jogado no chão, como roupas, garrafas, sapatos amontoados de modo que não era possível mais ver o piso. Subimos para o segundo andar e saímos numa área já sem cobertura e cheia de mato, onde restava apenas uma parte da parede da fachada e o resto da construção sem telhado. Nos restos da fachada havia um grafite que nos chamou muito a atenção que dizia “ Sem teto é nois”, uma clara tentativa de identificar o espaço como habitado. Desse modo, o antigo Estaleiro Arataca apresentava uma deterioração avançada, porém, continua desempenhando função de morada, que, de certo modo, mantém o local vivo, já que contempla a função de abrigo para desamparados e espaço para realização de atos transgressores.

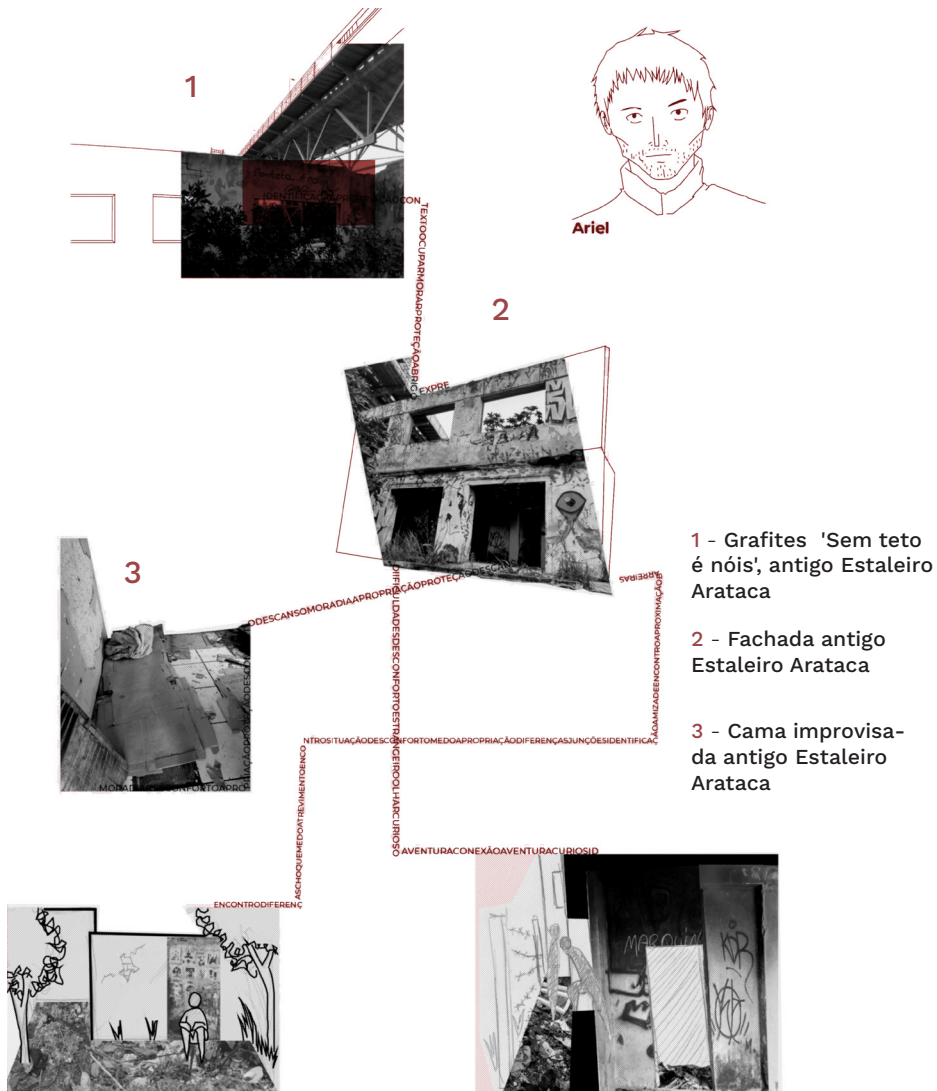


Figura 4 – Transurbanograma do antigo Estaleiro Arataca, fonte: autores, 2021./

O antigo Forno Incinerador de Lixo nos arredores do antigo estaleiro se mantém austero no meio da paisagem que compõe a região. Sua chaminé ainda resiste ao processo de verticalização acelerado. No passado a edificação possuía grande importância:

“O forno do lixo representou, junto com o cemitério, uma outra peculiaridade de uso exclusivo desta região. Formou, com o complexo portuário e fabril da Rita Maria, um conjunto de implantação, e volumetria distinto dos demais assentamentos construídos no século XIX. Nesta direção, a oeste da cidade, situaram-se, além do cais Rita Maria, os estaleiros e guindastes do porto, diversos armazéns e fábricas, e uma pequena xila operária, que destacavam-se, junto à encosta do morro da Boa Vista, das edificações coloniais implantadas esparsamente”. (VEIGA, 2010, p.285). “O Forno Incinerador de Lixo foi construído entre 1910 e 1914 pela firma Brando e Cia.[...] Com o aumento populacional, foi necessário dar início, em 1959, ao aterro sanitário do Itacurubi”

(VEIGA, 2010.p.286)

Ainda no entorno do Parque da Luz, existem alguns locais por onde passamos que merecem destaque como a antiga Fábrica de Pontas Rita Maria da Cia. Hoepcke e o antigo Incinerador de Lixo. A Fábrica de Pontas Rita Maria, hoje já em desuso, teve uma grande importância na época em que foi construída.

A Fábrica de Pontas Rita Maria, inaugurada em 1896, foi uma das primeiras indústrias de vulto em Florianópolis. Sua instalação, divulgada entusiasticamente pelos jornais da época como uma das iniciativas mais relevantes do campo industrial da Capital, repercutiu o cenário político, econômico e social de todo o Estado de Santa Catarina. Aliada à fábrica de bordados do mesmo empresário, Carl Hoepcke, ela veio a incrementar a produção industrial da cidade, movimentando as atividades portuárias e criando uma empresa de navegação local. O prédio foi construído com apenas um pavimento e nele utilizou-se tecnologia importada, rompendo com os cânones arquitetônicos da região. [...], foi efetivamente uma das mais importantes indústrias de Santa Catarina.

(VEIGA, 2010, p 265, 267)

Nos dias de hoje, a construção de um centro empresarial contrasta com o entorno e, conseqüentemente, com a antiga fábrica. As novas edificações compostas por cortinas de vidro é parte do projeto de restauração dos antigos galpões que irão compor o Centro Empresarial Carl Hoepcke.

Além disso, nas imediações há um novo empreendimento, o edifício Top Vision composto por três torres que vão abrigar moradias, serviços, escritórios e lazer. Disposto na antiga Fábrica de Renda e Bordados da Cia. Hoepcke, localizada na Rua Felipe Schmidt esquina com a Rua Hoepcke e Conselheiro Maфра:

“A Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke foi construída em 1913 por Carl Hoepcke e Ricardo Ebel. Inicialmente caracterizada por apenas cinco máquinas e 15 colaboradores, em 1928 já havia quadruplicado de tamanho, tornando-se uma das mais tradicionais empresas catarinenses e exportando internacionalmente. Com o seu crescimento acelerado, em 1979 a fábrica se muda ao bairro do Roçado, buscando expandir sua produção. Assim, a fábrica foi abandonada e anos depois tombada.”

(PONTE-VIVA, 2019)

1 - Grafite próximo à ponte Hercílio Luz.

2 - Grafites próximos à balada 1007.

3 - Barraca no baixio do elevador Carl Hoepck.

4 - Antigo incinerador de lixo.

5 - Poema de Paulo Leminski em guarda-corpo.

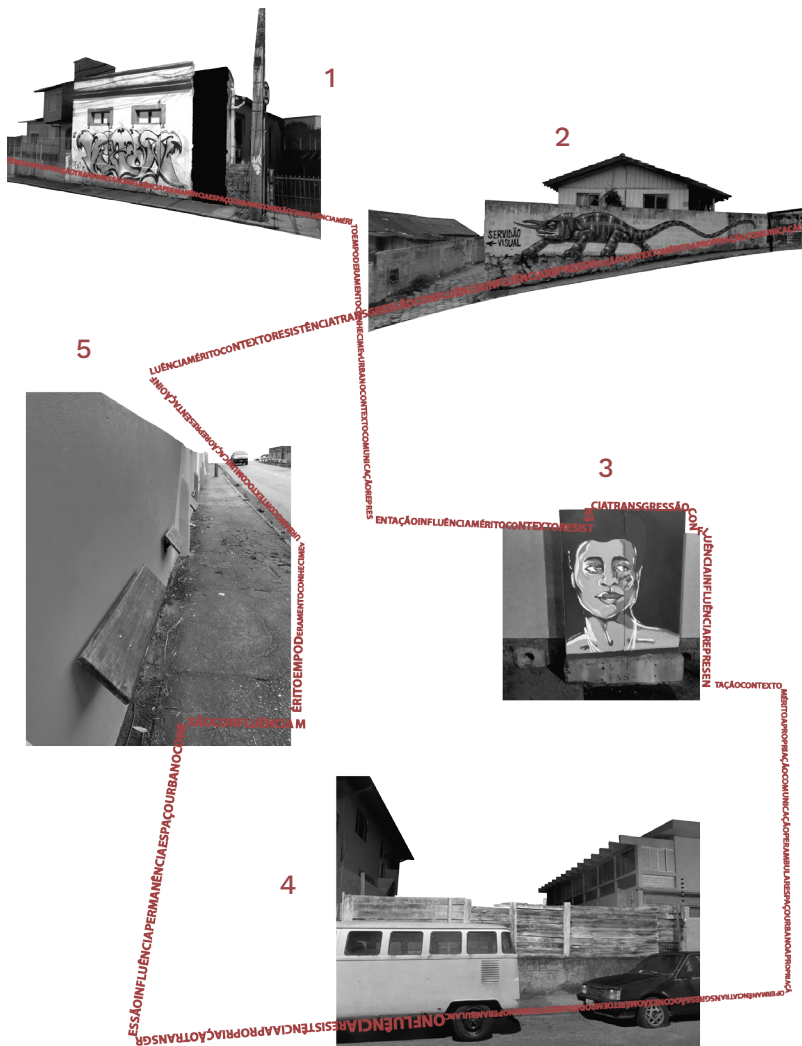
6 - Fábrica de pontas Rita Maria.

Nos dirigimos em seguida à Avenida Mauro Ramos. Logo que chegamos no pé da subida do morro Monte Serrat. Notamos um grafite de uma mulher negra. Ainda nas redondezas percebemos que alguns muros e casas eram grafitados. Além disso, notamos que os terrenos desocupados possuíam uma vedação de madeira impedindo o acesso de qualquer curioso ou perambulante que passasse por ali. Essa condição talvez derive de um movimento da comunidade para evitar que esses pontos se tornassem espaços para o uso de substâncias ilícitas por moradores em situação de rua, como acontece na Avenida Mauro Ramos, que é um reduto durante à noite.

Subindo o morro da comunidade do Monte Serrat sentimos a grande dificuldade que passa o morador do local cotidianamente. Além de a calçada possuir uma inclinação muito alta, que impossibilita qualquer cadeirante ter acesso ao local sozinho, o recuo que as casas têm da rua muitas vezes é menor do que sessenta centímetros forçando, assim, o caminhar pela rua. Entretanto, nos surpreendemos muito no final da subida do morro quando nos deparamos com bancos inclinados e corrimões para se apoiar e poder descansar.

Quando chegamos ao topo encontramos um morador que trabalhava como taxista e conversando com ele descobrimos que boa parte das qualidades do local foram conquistadas teve com o apoio do padre Vilson Groh da igreja da comunidade. Além disso, sentimos que ele possuía um grande orgulho de fazer parte daquele coletivo pela forma como ele contava as histórias, cremos que devido ao engajamento dos moradores do local para criar um espaço com mais qualidades gerou um forte senso de pertencimento urbano.

A Praça do Monte Serrat pode ser citada como uma dessas conquistas. Foi construída no mesmo espaço que está localizado o primeiro reservatório de água Ilhéu, em 1910. Um espaço amplo, com uma vista privilegiada do centro da cidade, mesas de jogos, parquinhos e bancos. Assim, devido a essas características se tornou um espaço de encontro para os moradores da comunidade de todas as idades. Quando estivemos no local havia uma grande movimentação de pais e crianças, já que era logo após o horário do colégio. O espaço era apropriado pelas crianças, que jogavam bola, brincavam de pega-pega e pique-esconde o que transformou o lugar em um espaço lúdico. Ainda no morro, encontramos grafites de camaleões de um importante artista da cidade; os icônicos desenhos estavam nos muros do parque e de uma casa.



- 1 - Casa com grafite Rua Major Costa.
- 2 - Grafite Rodrigo Rizo, entrada do Parque Ecológico do Morro da Caixa.
- 3 - Grafite mulher negra entrada Monte Serrat.
- 4 - Terreno vedado com madeira Rua Major Costa.
- 5 - Bancos na subida do Monte Serrat.

Figura 6 – Transurbanograma do Monte Serrat, Morro da Caixa e Morro da Cruz, fonte: autor, 2021./

Após terminar o percurso no Monte Serrat e seus arredores nos direcionamos à Rua Frei Caneca com continuação a Rua Bocaiúva e suas imediações. Como já conhecíamos a região, sabíamos da existência de um casarão abandonado na Rua Frei Caneca, um local conhecido como antiga Chácara Gonzaga.

Quando chegamos lá nos deparamos com uma casa muito degradada devido ao uso por moradores em situação de rua, com destaque para o grafite do camaleão em sua fachada, uma marca do artista Rodrigo Rizo. A casa localizada no número 610 e 626 da Rua Frei Caneca já foi morada da família Ramos, a qual muitos de seus integrantes já tiveram papéis políticos importantes no cenário catarinense como o governador Celso Ramos.

Ela também já foi ocupada pelo Colégio Autonomia no final do século XX e início do século XXI. Entretanto, hoje, está entregue à ocupação de moradores em situação de rua, viciados e perambulantes. Acreditamos que a casa foi deixada à merce do tempo para que, paulatinamente, fosse sendo destruída e chegasse ao ponto em que fosse permitido pelo IPHAN sua demolição, apesar do seu tombamento.

Referente às ocupações transgressivas praticadas nas imediações, a parte que abrange a Frei Caneca tem a casa que ocupa o terreno da antiga Chácara Gonzaga apropriada para utilização de drogas como o crack e algumas marquizes ocupadas por moradores em situação de rua como forma de abrigo, enquanto na Rua Bocaiúva tem uma série de grafites e, ao longo dela, suas praças são principalmente, utilizadas para consumo de cannabis durante à noite, já que os moradores dos prédios da região, em maior parte adolescentes, enxergam esses espaços como local seguro para utilização dessa substância.

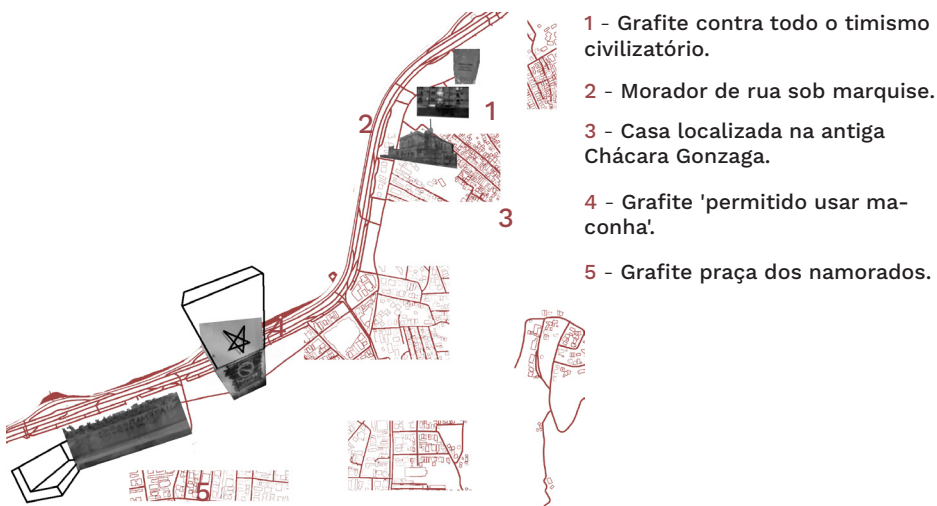


Figura 7 – Transurbanograma da Rua Frei Caneca em continuação com a Rua Bocaiúva, fonte: autores, 2021./

Transclusão./

Dentro do desenvolvimento dessa pesquisa fomos capazes de realizar procedimentos que não acreditávamos serem possíveis de alcançar. Desse modo, cremos que houve um crescimento no processo de exploração de novos horizontes por meio do caminhar como prática estética. Em relação à contribuição resultante da elaboração desse trabalho de pesquisa, desvelamos uma nova cidade dentro da cidade, seja por meio do conhecimento histórico, ou pela indentificação da dinâmica das pessoas que a vivenciam cotidianamente, enriquecendo, dessa maneira, nossa visão como arquitetos.

Sendo assim, esta pesquisa pôde nos fazer compreender mais sobre o centro expandido da cidade de Florianópolis e suas práticas transgressoras desenvolveram percepções arquitetônicas antes adormecidas, quer pela deriva atenta, quer pelo conhecimento histórico.

Nesse sentido, o ato de ir e vir é o que chamamos de 'trans-cidade'. Por meio dele fomos capazes de perceber a importância do grafite no cenário da cultura urbana cotidiana da cidade, além da dinâmica dos moradores em situação de rua e das diversas comunidades em relação ao centro urbano da cidade. Também, construímos uma maior consciência em relação às subjetividades subalternas e como elas ocupam e se expressam no espaço urbano. Além disso, esta pesquisa pode nos proporcionar uma capacidade de entender como a cidade se constroi, se desconstroi e como essa conjuntura de fatos afeta a prática dos espaços urbanos.

Referências Bibliográficas./

CACCIARI, Massimo. A Cidade. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

CARERI, Francesco. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

DELEUZE, Gilles. Crítica e Clínica. São Paulo: Editora 34, 1997.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Cidade Imagem e Imaginário. In: FERRARA, L. D. Significados Urbanos. São Paulo: Edusp, 2000, pp. 115-131.

GIBSON, David. Manual do Fotógrafo de Rua. São Paulo: Gustavo Gili, 2016.

JACQUES, Paola Berenstein. A experiência errática da cidade: em busca da alteridade urbana. In: RIBEIRO, A. C. T.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. da. Leituras da Cidade. Rio de Janeiro: Letra Capital/ ANPUR, 2012, p. 48-63.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PONTE-VIVA. <<http://ponteviva.pmf.sc.gov.br/patrimonio.html>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

RUCHAUD, Guilherme Galdo. A presença do passado na produção da cidade: as narrativas do Monte Serrat, em Florianópolis/SC. São Paulo, 2019.

VEIGA, Eliane Veras da. Florianópolis: memória urbana. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

09. /

Djonathan Freitas

Sinal vermelho.

Resumo./

O percurso construído nesse capítulo trata das relações entre fotografia e a cidade, tendo o foco na narrativa das pessoas que experienciam as ruas como espaços de existência e resistência, enquanto modo de ocupação e criação de territórios na cidade de Florianópolis. No intuito de pensar uma estratégia para “fazer-ver” as mudanças e adaptações exigidas com a chegada da pandemia de Covid-19 buscamos registrar aqueles que são marginalizados, carregando em seus corpos as marcas da desigualdade social e da luta pela sobrevivência. Este outro olhar tem como pressuposto uma abordagem transversal que se ajusta a cada realidade, à procura dos índices sócios espaciais, que acometem à invisibilidade em seus espaços existenciais. Conduzindo esse pensamento ao ato do caminhar, como prática estética, queremos pensar sobre algumas complexidades da cidade, tendo no exercício fotográfico, uma possibilidade de experimentação crítica e cartografia acerca da política da esmola nas sinaleiras, diante de todas as suas contradições e contrastes sociais.

Palavras-chave: Fotografia, Narrativas Urbanas, Marginalização, Cidade, Florianópolis.

Introdução./

O convite para sair pelas ruas de Florianópolis resultou em experienciar a cidade sob novas possibilidades de reconhecimento urbano, em uma aproximação com as diferentes questões sociais, aprofundadas pelas mudanças acontecidas com a pandemia de covid-19. Neste percurso, as possibilidades de caminhos a serem seguidos fizeram nos aproximar daqueles que estão à margem, carregando em seus corpos as marcas da desigualdade social e luta pela sobrevivência, principalmente as subjetividades subalternas que estão pedindo esmola nas sinaleiras.

Isto nos faz pensar sobre o olhar singular do sujeito que, por sua vez, também diz respeito ao contexto urbano como um todo. Ao adentrar as ruas é preciso provocar o desejo de desnaturalizar e ir contra um modelo de automatismo, um processo de ir ao encontro com o desconhecido descrito por Careri (2013), daquilo que ainda está por vir. É nesse deslocamento que os corpos afirmam a sua existência, expressam sua subjetividade (ROLNIK, 2011), criam possibilidades e rompem as fronteiras usuais entre o público-privado, o íntimo-impessoal, ainda que sob a marca do estigma, da subjugação e das marcadas discrepâncias. É nessa mesma questão que Deleuze e Guattari (1995) sublinham que as cidades evidenciam exatamente a natureza imanente da dobra que dissolve a rígida fronteira aparente entre interior e exterior, fazendo parte de uma trama ilimitada de acoplamentos entre máquinas de subjetivação.

Nesse percurso, cartografamos os retratos que desvelam as ruas de Florianópolis, também se constroem com o “olhar do estrangeiro” (PEIXOTO, 1988), em um desejo de contar histórias simples e originais, que são atravessadas por possibilidades de documentar, mas, também, criar ficções, em um jogo para fazer um recorte da realidade. Trata-se de flagrar esse momento em que o sujeito se inteira da aparência da cidade e, ao mesmo tempo, de si mesmo; como se seu corpo, as vestes e suas atitudes traduzissem, nele mesmo, uma cidade revelada.

“O fotógrafo encontra-se inapelavelmente mergulhado na cidade, de modo que olhar é também andar, visualizar é tatear por entre muros. Como se o ato de ver acabe sempre pela experimentação tátil de um objeto erguido diante dele e que ele precise contornar. Há um encavalamento entre o visível e o tangível. Esse campo denso entre aquele que vê e a coisa que é vista é constitutivo de sua visibilidade. O olhar apalpa as coisas: estamos no meio do mundo [...]”

(PEIXOTO, 2015)

Uma cidade revelada./

A cidade como campo de investigação atravessa as mais diversas leituras em diferentes campos do conhecimento. É destacada por Lefebvre (2001) como um lugar de encontro de pessoas e coisas, um local de troca, representada pelas narrativas urbanas dos sujeitos, pelas memórias, pelo vivido, pelo experimentado. É também fragmentada, no entanto, convertida em lugares de passagem e “não-lugares”, sinalizada pelo processo de subjetivação, à margem de uma sociedade que exclui e estigmatiza seus corpos e espaços.

Aqui, a cidade se revela pelas ruas e vias, trazemos vestígios sobrepostos, evidenciados pelas narrativas urbanas e pelas suas relações na forma de perceber e interagir com o espaço e o tempo. Há, portanto, uma cartografia do lugar, nos desvios que almejam outras rotas; mudanças de rumo, estando sempre abertas a incidentes de percurso, percorrendo territórios diversos de extensão variável e tempo indeterminado em busca da singularidade do Outro.

É nessa mesma direção que Deleuze e Guattari (1995) sublinham que a cartografia não é uma competência, mas uma força performática, sua pragmática em um princípio inteiramente voltado para uma experiência ancorada no real. Cartografar é, portanto, habitar um território existencial (ROLNIK, 1989, p.15-16), onde se assume um corpo caminhante, ou transurbante como prática estética (CERERI, 2013), com o objetivo de experimentar a cidade de forma direta e as subjetividades que despontam do ambiente descrito por Certeau:

Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar, criando um tecido urbano, e posto sob o signo do que deveria ser, enfim, um lugar, mas é apenas um nome, a Cidade

(CERTEAU, 1994: 177)

Nesse panorama, caminhar pela cidade como proposta de apreensão, torna-se uma ferramenta essencial para criar condições de diálogo com os sujeitos, desenvolvendo a politização, ou seja, o saber sobre

si mesmo e sobre a coletividade. Um método que se propõe a investigar as diversas particularidades não retratadas nos levantamentos usuais e procura registrar a subjetividade de um espaço e de que maneira ele é ocupado, por quem e como ele é explorado.

Nesse sentido Careri (2013) afirma que ao adentrar a cidade e introduzir-se em seus pensamentos é uma forma artística. Onde o transeunte de um território procura “indicar o caminhar como um instrumento estético capaz de descrever e modificar os espaços que muitas vezes apresentam uma natureza que ainda deve ser compreendida e preenchida de significados, antes que projetada e preenchida de coisas” (CARERI, 2016, p. 32).

[...] explorar a pé a cidade e penetrar em seus significados é uma arte tal como a escultura, a pintura, a arquitetura, mas também como a fotografia, o cinema, a poesia que nos contam muitas vezes com mais eficácia do que os urbanistas, os fenômenos mais dificilmente legíveis da cidade atual (CARERI, 2017, p.101).

(CARERI, 2017, p.101)

Uma atividade que produz encontros com a cidade, encontros com o Outro, encontros com a diversidade e com as desigualdades, definindo uma nova relação entre o caminhante e a cidade, que não se restringe a mover-se apenas, mas a ouvir, sentir, experimentar, falar, transformando estes em espaços de significados.

Assim, na tentativa de cartografar as ruas de Florianópolis, aceitamos os desvios estabelecidos na relação entre corpo e lugar, através do exercício da fotografia como experimentação, que põe em operação um mecanismo perceptivo, no qual as cenas das pessoas, as memórias, os desejos e os olhares se entrecruzam para vir à tona. Uma revelação sempre fotográfica, que foi definida a partir de uma concepção de corpo intensivo, corpo vibrátil (ROLNIK, 2011), ou seja, um corpo concebido como composição e devir de um campo de possibilidades de afetar e ser afetado.

Nessa representação cartográfica, buscou-se “fazer-ver” as mudanças e adaptações na eclosão da pandemia de Covid-19, em uma relação de intimidade do sujeito e a rua, que fazem parte de uma realidade concreta em que o espaço se apresenta como alternativa possível de existência, sobrevivência e moradia, mesmo que de modo transitório. É uma rua constitutiva de território já agenciado a linhas de fuga, que deixam marcas e ficam gravadas no corpo de quem vivencia, um processo que territorializa, desterritorializa e reterritorializa (DELEUZE e GUATTARI, 1995) o sujeito da experiência que se torna o próprio lugar do acontecimento.

As narrativas a cerca da vida nas ruas nos mostram um cotidiano inusitado, que abarcou as maneiras como as pessoas se organizam para sobreviver, esmolar e habitar as ruas. Esses modos de viver compõem

para dizer que esses sujeitos estão vivos, produzindo táticas, como assinalou Certeau (1998). Evidenciam novas formas de fazer existir e ocupar o lugar, traçando uma rede de comunicação entre o sujeito e o desconhecido. Sentimos que nessa cidade, este corpo que vagueia a pedir esmola na rua, decorre de dificuldades de convivência familiar, questões relacionadas à dependência química, desemprego e, por vezes, a um ciclo de perdas afetivas. Corpos marginalizados, carregando as marcas da desigualdade social que opera pela lógica racista.

Portanto, esse encontro com o Outro, nos atravessa por meio da fotografia e forja um modo de ver a rua que se traduz pela presença do corpo excluído em linhas que desvendam o acontecimento inusitado. Os resultados são imagens que produzem solavancos sobre a cidade e nos colocam diante de questões cada vez mais complexas que precisam ser refletidas e discutidas. Elas produzem choques (BENJAMIN, 1995) sobre a nossa realidade cada vez mais desigual.

PARE!
OLHE E
SIGA...

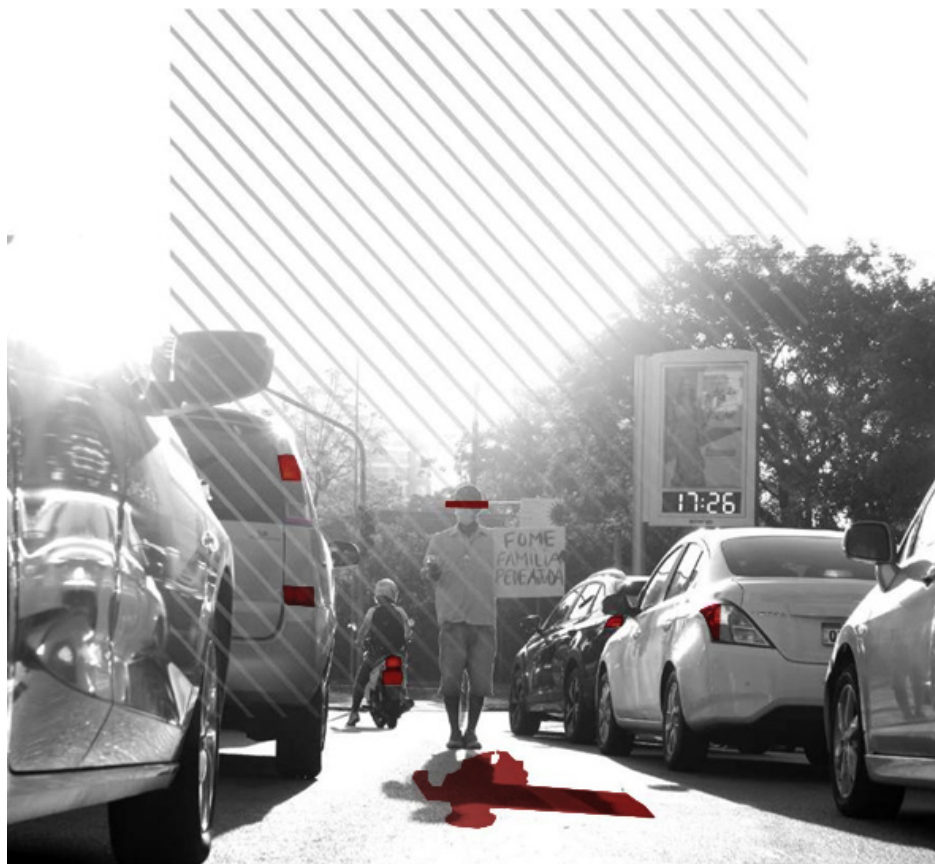


Figura 1 - Imagem que ilustra a vida nas sinaleiras das ruas de Florianópolis;
Fonte: acervo dos autores (2021)./



Figura 2- Imagem que ilustra um abrigo improvisado nas ruas de Florianópolis durante a eclosão da pandemia de Covid-19.
Fonte: acervo dos autores (2021)./



Figura 3 – Imagem que ilustra uma placa de pedido “por favor peço ajuda p/ adquirir par de muletas”.

Fonte: acervo dos autores (2021)./



Figura 4 – Imagem que ilustra uma placa de pedido “Vivo da arte/Fome ajuda”.
Fonte: acervo dos autores (2021)./

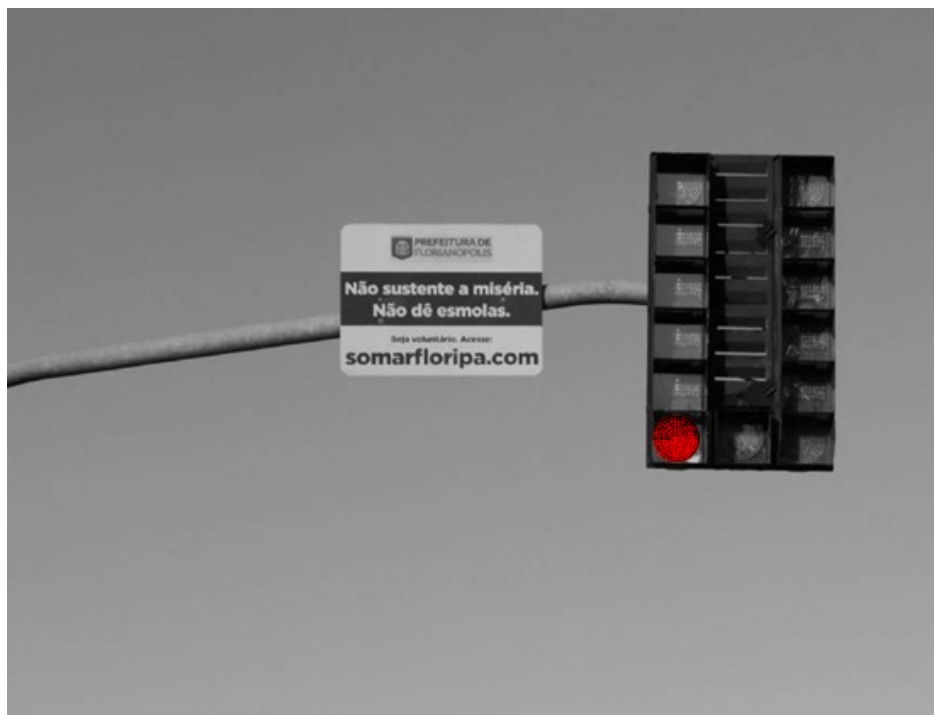


Figura 5 – Imagem que ilustra uma placa “Não sustente a miséria. Não dê esmolas.”
Fonte: acervo dos autores (2021)./

Referências Bibliográficas./

BENJAMIN, Walter. Rua de Mão única. São Paulo: Brasilienses, 1995.

CARERI, Francesco. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CERTEAU, M de. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. V. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. São Paulo: Editora Centauro, 2009.

PEIXOTO, N. B. O Olhar do Estrangeiro. In: NOVAES, A. O Olhar. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 361- 363.

ROLNIK, S. (2011). Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS.

Título: *A cidade inacabada*

Autores:

**Evandro Fiorin
Djonathan Freitas
Guilherme do Carmo Gomes Dias
Heber Macel Tenório Vasconcelos
Kellen Melo Dorileo Louzich
Laís da Silva Rodrigues
Lucas do Nascimento Souza
Matheus Alcântara Silva Chaparim
Paula Gabbi Polli**

Coordenação editorial:

Evandro Fiorin

Projeto gráfico:

Guilherme do Carmo Gomes Dias

Revisão:

Autores

Colaboração:

**Arthur Fracaro Gonçalves
Igor Augusto de March**

Formato do E-book: 14,8x21 cm

número de páginas: 194

Tipografia: Work Sans

1ª Edição: Dezembro de 2021

Evandro Fiorin:

Coordenador do Laboratório de Percepção Urbana / UFSC

Líder do Grupo de Pesquisa de Projeto, Patrimônio, Percepção e Paisagem / CNPq

Docente dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / UFSC / UNESP

Djonathan Freitas:

Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, campus CERES/Laguna. Graduando no curso das Artes Visuais UDESC, campus CEART/Flo-rianópolis e mestrando com Bolsa CAPES em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Guilherme do Carmo Gomes Dias:

Arquiteto e Urbanista (FCT-Unesp) - Pós-graduado em Habitação e Cidade pela Escola da Cidade - São Paulo - Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área: 'Arquitetura Avanzada Paisaje Urbanismo y Diseño' pela (Universidad Politécnica de Valencia) com especialização em desenvolvimento urbano com base nos conceitos de habitat sustentável.

Heber Macel Tenório Vasconcelos:

Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutorando, Bolsista CAPES pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Kellen Melo Dorileo Louzich:

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Lais da Silva Rodrigues:

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Paulista - UNIP, especialista em História da Arte pela Universidade Estácio de Sá - UNESA e mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP Bauru.

Lucas do Nascimento Souza:

Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade do Sagrado Coração - USC e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP Bauru.

Matheus Alcântara Silva Chaparim:

Arquiteto e Urbanista pela FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente, e Mestre pela FAAC-UNESP, campus de Bauru. Foi bolsista FAPESP de iniciação científica e mestrado na Universidad de Sevilla e Università Roma Tre.

Paula Gabbi Polli:

Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Arthur Fracaro Gonçalves:

Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq-UFSC.

Igor Augusto de March:

Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq-UFSC.

a cidade **INACABADA**

1ª edição

A CIDADE INACABADA

